

**A Mediatização da Justiça num Jornal Popular: o caso da secção
“Portugal” do Correio da Manhã**

Ana Beatriz Monteiro Saraiva

Relatório de estágio de Mestrado em Jornalismo

Março de 2014

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, realizado sob a orientação científica do Professor António Granada

Aos meus pais e irmão

Agradecimentos

- Aos meus pais e ao meu irmão, por tudo;
- Ao professor António Granado pela paciência e disponibilidade em ensinar-me e ajudar-me sempre que foi preciso ou pedido;
- À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, por me facultar a possibilidade de frequentar o mestrado em Jornalismo;
- Aos elementos da redação do Correio da Manhã, em Lisboa, que me acolheram durante três meses, em especial aos jornalistas Miguel Curado, João Rodrigues e João Tavares, e ao Fernando Ramos;
- À Sara Cunha, pelo apoio e pelo computador;

**A Mediatização da Justiça num Jornal Popular: o caso da secção “Portugal” do
Correio da Manhã**

**[The Mediatization of justice in a popular journal: the case of the Portugal section of
Correio da Manhã]**

Ana Beatriz Saraiva

Resumo

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa, Jornais, Jornalismo Sensacionalista, *Media*, Justiça, Sistema criminal, Democracia, Emocionalização dos discursos mediáticos, Ética, Deontologia, Estágio, Correio da Manhã, Portugal

Partindo do pressuposto de que existe uma tendência para a cobertura intensiva e emocionalizada de casos criminais, sobretudo por parte dos órgãos de comunicação social sensacionalistas, e tendo em conta o papel e o poder dos *media* numa sociedade democrática, torna-se importante refletir sobre o assunto. Este trabalho pretende alimentar essa reflexão e, além de explorar a forma como um jornal sensacionalista português constrói as suas narrativas criminais, aborda ainda, entre outras coisas, os problemas provenientes da emocionalização desses discursos. Entre outros, a possibilidade de criar ou de alimentar perceções públicas distorcidas e negativas acerca da realidade, e em particular do sistema de justiça criminal, ou, inclusive, a perda da credibilidade e essência do próprio jornalismo.

[Abstract]

KEYWORDS: press, journals, sensationalist journalism, *media*, criminal system, democracy, emotionalization of *media* discourses, ethics, deontology, traineeship, Correio da Manhã, Portugal

Assuming that there is a tendency to cover the news about criminal cases in an intensively and emotional way, especially by sensationalist *media*, and remembering the role and the power of the *media* in a democratic society, it is important to reflect on the subject. This paper intends to feed that reflection and, besides exploring how the sensationalist Portuguese journal builds the criminal narratives, it also approaches the problems from the emotionalization of those discourses. Among other issues, the possibility to create or feed the distorted and negative public perceptions about the reality, and in particular of the criminal justice system, or the lost of the credibility and essence of the journalism itself.

Índice

Introdução	8
Capítulo I: Jornalismo e Democracia.....	11
I. 1. Contextualização	11
I. 2. O “Novo Jornalismo”	15
Capítulo II: Imprensa de Referência e Imprensa Popular	18
II. 1. Critérios de Noticiabilidade	20
II. 2. Contextualização histórica da Yellow Press.....	22
II. 3. Caracterização do Jornalismo Sensacionalista.....	24
Capítulo III: A Mediatização da Justiça.....	26
III. 1. A “emocionalização” do Direito.....	26
III. 2. <i>Media</i> , Direito e Justiça.	29
III. 3. Consequências da exposição às mensagens dos <i>media</i>	33
Capítulo IV: Regulação dos <i>Media</i> em Portugal.....	36
IV. 1. Lei de Imprensa	36
IV. 2. Ética e Deontologia do Jornalismo.....	38
IV. 3. Problemas do Código Deontológico dos Jornalistas	40
Capítulo V: Um caso mediático: o desaparecimento de Maddie.....	42
V. 1. Contextualização	42
V. 2. Conclusão de um estudo de Helena Machado e Filipe Santos	44
Capítulo VI: O caso do Correio da Manhã	49
VI. 1. História do Jornal.....	49
VI. 2. Organização e Funcionamento.....	51
VI. 3. A secção “Portugal”	57

VI. 4. Trabalho efetuado	58
VI. 5. Balanço final do estágio – pequenas reflexões.....	64
VI. 5. 1. Critérios de Noticiabilidade.....	64
VI. 5. 2. Linguagem e Tipo de Escrita.....	66
VI. 5. 3. Relação entre Fontes e Jornalistas	73
VI. 5. 4. O poder de um jornalista dentro de uma redação	75
VI. 5. 5. Condenado antes de o ser	78
VI. 5. 6. A importância de um sub-editor	79
VI. 5. 7. Vítimas de crimes sexuais e delinquentes menores	80
VI. 5. 8. Correspondência entre títulos e conteúdos jornalísticos.	82
VI. 5. 9. A criação de uma nova plataforma: a CMTV.....	83
VI. 5. 10. Paginação	84
VI. 6. 11. A imagem enquanto elemento da linguagem.....	85
Conclusão.....	86
Referências Bibliográficas	90
Anexos	93

Introdução

Terminada a componente letiva do mestrado, chega a hora de concluir a parte não-letiva do mesmo. Para isso, os alunos podiam optar por desenvolver um estágio curricular, projeto ou tese, na área.

Sempre gostei muito de ler e de escrever. Gosto de aprender coisas novas e de questionar o que é que se passa à minha volta. Conhecer outras pessoas e ouvir histórias de vida também é uma das coisas que mais gosto de fazer para ocupar o tempo. Foi isto que me levou a não hesitar em escolher um estágio para concluir a minha componente não letiva do mestrado. Tendo em conta que prefiro imprensa a rádio e televisão, optei por estagiar na redação do Correio da Manhã, em Lisboa.

A escolha deste órgão de comunicação social prendeu-se essencialmente com três fatores: o primeiro, o facto de querer, no futuro, trabalhar em imprensa; o segundo, o facto desta redação do Correio da Manhã, ou CM, ser uma das maiores, se não a maior, do país – o que pensei que seria uma mais-valia e facilitaria a assimilação daquele que é o funcionamento de uma grande redação e a rotina de um jornalista. O terceiro, o facto do CM ser o jornal nacional diário com mais exemplares vendidos no país.

De 13 de Março a 21 de Junho, tempo em que o estágio decorreu, tive a oportunidade de fazer vários trabalhos e realizar várias tarefas e reflexões que considero essenciais na minha aprendizagem enquanto futura profissional. Desde as saídas da redação em reportagem, ao simples observar de outros profissionais executarem as suas tarefas, passando pelo contacto direto com vários tipos de fontes, ou à escrita de pequenas peças, de diferentes géneros jornalísticos.

Depois de uma entrevista com um dos editores do Online, e responsável pelos estagiários do jornal na altura, Miguel Martins, foi decidido que o meu estágio ia ser feito na secção “Portugal” do jornal impresso. Preferia ter estagiado na secção do Online, Cultura ou Sociedade, no entanto essas secções já tinham um número

considerável de estagiários, e por isso tive que optar por outra. A secção “Portugal”, que cobre essencialmente o crime no país, era a que, na altura, estava com menos gente, e por isso foi aí que fiquei.

Durante estes três meses foi-me possível aprender imensas coisas que me permitiram constatar algumas das tendências, constrangimentos, e desafios do jornalismo contemporâneo, assim como da mediatização da justiça num jornal sensacionalista.

Partindo do pressuposto de que “a finalidade do jornalismo é fornecer às pessoas a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem” (Kovach e Rosenstiel, 2004, 9), e de que os *media* são o principal veículo a partir do qual se desenvolvem os conceitos acerca “do crime, criminosos, suspeitos, vítimas e suas famílias, investigadores criminais e o sistema de justiça criminal” (Ericson e Sacco, cit em Machado e Santos, 2010, 57), torna-se importante refletir sobre a mediatização destes casos.

Tendo em conta que o sistema judicial de um país funciona consoante o seu sistema político, e uma vez que em Portugal vigora um sistema democrático, os dois primeiros capítulos do presente trabalho funcionam como uma espécie de introdução ao tema do mesmo e, entre outras coisas, colocam-nos uma pergunta que é: qual é que é o papel do jornalismo numa democracia? Numa época de mudanças, quer pelo advento da televisão por cabo, seguido da Internet, quer pela crescente participação dos leitores nos processos de produção jornalística, surgem alguns constrangimentos ao trabalho jornalístico, que põem em causa o seu rigor. “Uma das questões mais profundas que se colocam à sociedade democrática é a de saber se a imprensa independente sobreviverá” (Kovach e Rosenstiel, 2004, 11). E, num país como o nosso, em que muitas vezes o sensacionalismo se sobrepõe ao rigor jornalístico (Correia, 2006, 25), torna-se fundamental refletir sobre o papel dos *media*, e examinar as características e o profissionalismo do jornalismo, em particular, do sensacionalista, que é o mais consumido.

No terceiro capítulo deste trabalho, é colocada outra questão que se relaciona com os impactos da emocionalização dos discursos dos *media* acerca da justiça e sistema criminal. Partindo do pressuposto de que a construção de narrativas criminais,

por parte dos *media* sensacionalistas, se aproxima muitas vezes mais de entretenimento do que de informação, este capítulo foca-se sobretudo nas consequências deste tipo de discursos, entre as quais, a possibilidade de fomentar perceções públicas do sistema criminal distorcidas e/ ou negativas.

O capítulo seguinte, intitulado de “Regulação dos *Media* em Portugal”, pretende, de certa forma, fomentar uma reflexão acerca dos direitos e deveres dos jornalistas portugueses que, tendo em conta o capítulo anterior, podem não estar a ser devidamente respeitados.

No quinto capítulo deste relatório é apresentado o exemplo de um caso mediático que reflete muitas das coisas abordadas anteriormente: o caso da mediatização do desaparecimento de Maddie, por parte de dois jornais portugueses, entre os quais o Correio da Manhã. De realçar que na base deste capítulo esteve um estudo de Helena Machado e Filipe Santos, publicado no livro “Justiça, ambientes mediáticos e ordem social”.

Por fim, na última parte deste trabalho, e tendo em conta a minha experiência enquanto estagiária da secção “Portugal”, no Correio da Manhã, procuro estabelecer uma ponte entre aquilo que estudei na teoria com aquilo que aprendi na prática. Será que os cidadãos estão a ser bem informados? E que os jornalistas estão a cumprir rigorosamente o seu trabalho enquanto vigilantes e mediadores da realidade? Será o sensacionalismo, de facto, capaz de se sobrepor ao rigor jornalístico? Estas são algumas das perguntas colocadas depois de uma análise da rotina, principais hábitos, tendências e constrangimentos, observados numa redação de grande tiragem em Portugal.

Jornalismo e Democracia

Contextualização

A imprensa e o jornalismo contribuem “com algo único para uma cultura – informação independente, fiável, rigorosa e abrangente, necessária para a liberdade dos cidadãos. Se o jornalismo é solicitado a fornecer algo que desrespeite estas qualidades, estamos perante uma subversão da cultura democrática. (...) Não se trata apenas de perder o jornalismo. O que está em jogo é saber se, enquanto cidadãos, temos acesso a informação independente que nos permita participar na governação dos nossos próprios destinos.” (Kovach e Rosenstiel, 2004, 8)

Ao longo da história, as pessoas (ou pelo menos grande parte delas) têm desejado ser informadas sobre o que as rodeia, usando o jornalismo para se manterem a par dos últimos acontecimentos (Traquina, 2007, 10). Segundo Gomis, o jornalismo, entre outras coisas, interpreta a realidade social para que a possamos entender, adaptarmo-nos a ela e modificá-la. Pode-se dizer, inclusive, que os meios de comunicação social têm o poder de nos ensinar a comportar numa determinada sociedade (Fontcuberta, 2010, 29).

É importante por isso refletir sobre que informação é veiculada pelos órgãos de comunicação social e como é que esta é comunicada, pela sua significância e complexidade, sobretudo para a democracia (Rados, 2008).

É uma realidade incontestável o poder que os *media* assumem na nossa sociedade. A perceção dos eventos e assuntos da atualidade (nacionais e/ ou internacionais) é moldada, em grande medida, pela cobertura noticiosa, capaz de influenciar a opinião pública, a consciência social e, entre outras coisas, também os políticos e as próprias instituições políticas (Correia, 2006, 9). Um cidadão mal informado é incapaz de tomar as decisões adequadas nos diferentes contextos da vida, o que faz com que a informação se torne uma condição básica para uma sociedade livre (Fontcuberta, 2010, 30). A ideia de liberdade, aparentemente tão clara e próxima das pessoas é, contudo, muito difícil de entender e efetivar. Não há liberdade, sem lei, o que a torna, paradoxalmente, no poder de limitar, obedecendo à lei. (Rados, 2008,

7). O número 1 do artigo 37 da Constituição da República Portuguesa diz que “todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações”.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela ONU, define atualmente a liberdade no mundo. Respeitar os direitos do homem significa, entre outras coisas, ter em consideração as liberdades e os direitos fundamentais, tanto culturais como os políticos e sociais. E neste ponto o liberalismo está a falhar. A presença da ignorância é um exemplo do que limita a liberdade (Rados, 2008, 8), e os jornalistas, enquanto participantes ativos na definição e na construção de notícias, e, por consequência, na construção da realidade, (Traquina, 2007, 14) devem honrar a sua profissão e o jornalismo rigoroso, isento, contextualizado e plural (Correia, 2006, 26). De realçar ainda que a noção de liberdade de imprensa se baseia na sua independência (Kovach e Rosenstiel, 2004, 33).

Mas então, e qual é que é o papel do jornalismo numa democracia? Um sistema democrático não pode ser imaginado como um sistema de governo sem liberdade, e numa democracia o jornalismo tem o dever de informar o público sem censura (Traquina, 2007, 12). Num país como o nosso, onde muitas vezes o sensacionalismo se sobrepõe ao rigor, devemos exigir-lhe qualidade (Correia, 2006, 25).

“E qualidade não são apenas programas culturais em sentido estrito, nem uma boa reportagem de vez em quando ou exclusivamente dedicada a quem sofre de insónias. Qualidade é algo que deve impregnar toda a programação, é disponibilidade para campanhas de sensibilização e mobilização que ajudem a resolver graves problemas sociais, é bom senso e bom gosto nos programas de entretenimento, e é também necessariamente, jornalismo rigoroso, isento, contextualizado e plural” (Correia, 2006, 26)

É da responsabilidade de todos os protagonistas que, de forma direta ou indireta, participam no processo informativo – desde jornalistas, a patrões, dirigentes políticos, empresários, cidadãos, professores e investigadores, etc - assegurar que assim seja, já que o que está posto em causa é a essência da democracia (Correia,

2006, 26). Quanto pior é o jornalismo, pior é a democracia (Rados, 2008), pois como James Carey afirma: “O jornalismo e a democracia partilham o mesmo destino”, e é difícil separar o conceito de ambos (Kovach e Rosenstiel, 2004, 16).

“Seria hoje extremamente redutor, naturalmente, considerar o jornal apenas como uma ‘publicação periódica que dá informações sobre a vida política, literária, científica, etc’ conforme a definição do consagrado dicionário Petit Larousse (edição de 1971). A verdade, porém, é que nem sempre obras de investigação e análise entretanto publicadas, no quadro do grande desenvolvimento ocorrido entre nós no sector editorial nesta área a partir da segunda metade da década de noventa, dão suficiente conta dos novos contextos, condicionalismos e estratégias em que a atividade de produção e edição da informação passou a inserir-se” (Correia, em Jornalismo, 2006, 13)

O processo informativo está longe de ser simples, e a verdade é que o jornalismo é uma realidade bastante complexa (Traquina, 2007). Exemplo disso são os interesses e objetivos de todos os que participam neste processo, já que cada protagonista encara os *media* de uma forma diferente. Existe uma grande diversidade de interesses e pressões que influenciam o comportamento dos meios de comunicação social e dos próprios jornalistas, que não permite que esta seja uma análise fácil (Fontcuberta, 2010).

Os jornalistas, que são os principais agentes produtores diretos das notícias, por exemplo, encaram os *media*, essencialmente, como um *espaço de informação*. Os patrões e donos dos principais grupos económicos detentores dos *media*, encaram-nos sobretudo como um *produto* económico, ideológico e político. Para os cidadãos, os *media* tendem a tornar-se um *espaço de participação* e, para grande parte das pessoas, o principal ou mesmo o único *instrumento de conhecimento*. Publicitários e/ou anunciantes, que também participam no processo informativo, veem nos *media* um *suporte de anúncios* que tem como objetivo convencer o público a comprar determinado produto ou serviço. Dirigentes políticos, por sua vez, encaram os órgãos de comunicação social como um *instrumento de luta* pelo poder, enquanto os

trabalhadores, grupos minoritários e, entre outras entidades, os sindicatos, olham para os *media* como um privilegiado *espaço de reivindicação* (Correia, 2006, 14-15).

A análise e reflexão desta panóplia de pressões, expectativas e interesses, aliada a outros fatores, como a crescente participação dos leitores nos processos noticiosos, é de uma importância extrema já que transforma a informação numa componente secundária, e fragiliza o papel do jornalismo e dos jornalistas (Correia, 2006).

Vivemos atualmente numa sociedade em que o conhecimento é mediatizado pelos meios de comunicação social, dos quais estamos cada vez mais dependentes para ter uma determinada perceção do mundo (Fontcuberta, 2010, 113). É que as notícias têm um poder simbólico que ajuda as pessoas a classificarem-se a si próprias e aos outros (Sorlin, 1997, 8).

São os *media* os principais responsáveis pela regulação social e manutenção da coesão interna da sociedade. E num sistema liberal desempenham, ou deviam desempenhar, pelo menos seis funções: vigiar o meio ambiente; difundir informação; entreter; transmitir valores culturais; oferecer espaços de debate e de formação de opiniões; e facilitar a abertura de fluxos comerciais (Monteiro, Caetano, Marques, Lourenço, 2012, 235).

Em 1831, Mill escreveu que “o povo, para estar no seu melhor estado, deveria parecer pronto e impaciente para entrar em ação, sem na realidade entrar. A imprensa, que é o nosso único instrumento, tem neste momento a efetuar a mais delicada e exaltante função que algum poder teve até agora de desempenhar” (cit em Traquina, 2007, 34). E o jornalista, apesar de todos os desafios e constrangimentos da profissão, deve respeitar sempre o código deontológico dos jornalistas, e evitar quaisquer tipos de manipulação ao seu trabalho, que podem, inclusive, pôr a democracia em causa.

Bob Steele, do Poynter Institute, escreveu “jornalistas éticos querem e são capazes de desafiar a sabedoria convencional, questionar autoridade e tolerar ambiguidade”, e é importante que assim seja, pois são eles que, através do seu trabalho, contribuem “para manter o sentido de identidade de uma cidade ou de uma

região (...) e para a unidade e solidariedade do mundo moderno” (Monteiro, Caetano, Marques, Lourenço, 2012, 303).

É importante, como já disse, não esquecer o contexto atual em que vivemos, de constantes mudanças e adventos tecnológicos que colocam novos desafios, não só para os *media*, como também para os decisores políticos e o próprio público, último destinatário da informação e das estratégias de comunicação (Traquina, 2007).

O “Novo Jornalismo”

Um dos principais objetivos do jornalismo nos dias de hoje, e de acordo com aquilo que dizem diversos autores e investigadores da área é, além de vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes, fornecer às pessoas as informações necessárias para que possam desempenhar adequadamente as suas responsabilidades cívicas. No entanto, o jornalismo nem sempre foi como o conhecemos hoje.

Nos anos de 1830-1840 foi desenvolvido um novo tipo de jornalismo, também chamado de *penny press*. Até então o jornalismo era exclusivo apenas para algumas elites e encarado como uma forma essencialmente de propaganda (Traquina, 2007).

Com o desenvolvimento da *penny press* contudo, o jornalismo passou a privilegiar a informação ao invés da propaganda, e a separar factos de opiniões (Traquina, 2007, 35). De notar que ainda hoje esta distinção, entre factos e opinião, está presente na cultura jornalística. É, aliás, a primeira das regras presente no Código Ético e Deontológico dos Jornalistas Portugueses, que diz: “O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público”.

Ainda nesta época, a aproximação o mais fiel possível à realidade, uma orientação mais virada para os acontecimentos, e o imediatismo, passaram a ser o farol das práticas jornalísticas. O impacto tecnológico sentido com o advento do telégrafo e do telefone fez com que passasse a existir uma obsessão crescente pelo

tempo, e a atividade jornalística transformou-se também numa indústria, onde as notícias eram vendidas com o objetivo de conseguir lucros, o que levou ao nascimento de uma nova luta: pelas audiências (Traquina, 2007, 35-38), e conduziu a que, segundo Scott (2005), a missão de serviço público do jornalismo democrático acabasse por ser abandonada pela imprensa comercial em prol das crescentes margens de lucro (Bastos, 2010, 15). Ainda no século XIX, com o comboio, a distribuição dos jornais chegava cada vez mais longe. Posto isto, e dada a diminuição dos custos da produção de papel, os jornais tornaram-se mais baratos (Monteiro, Caetano, Marques e Lourenço, 2012, 3030-304).

Com o objetivo de atrair o maior número possível de leitores, emergiram então tendências menos dispendiosas e mais vendáveis, como debates de confrontos a fingir, conteúdo homogeneizado e difundido através de *media* do mesmo grupo de comunicação, diluição das fronteiras entre conteúdo editorial e publicitário e, entre outras coisas, cobertura noticiosa de baixo custo (Bastos, 2010, 15). Passou ainda a haver uma maior diversidade de conteúdos jornalísticos, que começaram a ser contados de uma forma mais sensacionalista. Para além de assuntos relacionados com política e o estrangeiro, os jornais começaram a noticiar também assuntos relacionados com os tribunais, a polícia, os eventos locais e os acontecimentos de rua (Traquina, 2007, 39-40).

Voltando a citar Nelson Traquina: “E uma quadra britânica do século XIX sobre o jornalismo reza assim: ‘Faz cócegas ao público, fá-lo sorrir / Quanto mais as cócegas mais ganhas;/ Ensinando o público, nunca serás rico / Vives como um mendigo, e morres na valeta’”.

Com a então expansão da imprensa nesta época, as empresas jornalísticas passaram a ser cada vez maiores, mais burocráticas e complexas. Passou a haver uma dependência de *press releases* e de publicidade nas redações, e passaram a existir numerosas posições jornalísticas (Sorlin, 1997). A maior parte dos editores assistiram ainda a uma acentuada redução das práticas jornalísticas mais dispendiosas, como a reportagem de investigação, correspondência no estrangeiro, e manutenção de equipas de repórteres alargadas e diversificadas (Bastos, 2010, 15).

Além disso, no final desta década, mais de uma centena dos principais órgãos de comunicação social, passaram a estar nas mãos de meia dúzia de grandes grupos, tendência que se acentuou e ganhou novos contornos a partir do final da década de 90, com o advento da “nova economia”, ligada à consolidação da Internet, à entrada nos *media* de empresas de outros sectores, e à convergência entre a informática, as telecomunicações e o audiovisual (Correia, 2006, 28-29).

Com o crescimento da Internet e respetivos serviços comerciais, a par da crescente capacidade da rede pública de telecomunicações e do aumento da velocidade dos *modems*, as comunicações *online* tornaram-se um efetivo meio de comunicação em todo o mundo (Pavlik, 1996, cit em Bastos, 2010, 16). Os *media* não ficaram indiferentes a esta realidade e resolveram tirar partido das potencialidades da publicação eletrónica para conduzir os seus conteúdos. Assim foram implementados os primeiros jornais digitais, e começou-se a falar do jornalismo eletrónico (Correia, 2006, 29).

Bastos (2010, 17) escreveu: “O trabalho dos jornalistas estava a mudar rapidamente. A criação de conteúdos na indústria global das notícias ocorria sob condições cada vez mais precárias. Os repórteres e os editores tinham de encarar as suas audiências como coprodutoras de notícias. Em termos de conteúdo, aumentava o isomorfismo e a coerência interinstitucional à medida que a indústria se digitalizava e convergia, ao mesmo tempo que crescia a dependência de notícias de agências. Esperava-se que os jornalistas fizessem mais com menos tempo, menos recursos e menos colegas”.

Os jornalistas e os *newsmakers* deixaram de dominar o território mediático, e o público passou também a participar no processo de pesquisa, produção e distribuição de informações e/ ou notícias (Zamith, 2008, 11).

O impacto da Internet e demais tecnologias veio revolucionar o mundo do jornalismo através de novos conceitos, potencialidades e desafios - em alguns aspetos para melhor, noutros para pior - e ainda hoje é importante refletir sobre estas questões, que condicionam o futuro do jornalismo (Rudin e Obbotson, 2008 – 10-13)

Imprensa de referência e Imprensa Popular

A distinção entre os formatos tablóide e *standard* não é nova, especialmente quando estamos a falar de jornais. Esta diferenciação, tecnicamente, prender-se-ia apenas com o tamanho físico das publicações, no entanto, na prática, também é ela quem define a seriedade e a profundidade da cobertura noticiosa de cada jornal (Rudin e Ibbotson, 2008, 10).

Normalmente associa-se o formato tablóide a um tipo de jornalismo popular, onde as notícias são escolhidas com base naquilo que o jornalista pensa que interessa ao seu público-alvo, e não na opinião que ele tem em relação à relevância real dos assuntos de que vai escrever (Monteiro, Caetano, Marques e Lourenço, 2012, 306). Por outro lado, ao formato *standard*, estão associados os jornais sérios e a “imprensa de qualidade” (Rudin e Ibbotson, 2008, 10).

Não é à toa que em Portugal, por exemplo, o Público e o Correio da Manhã se encontram em “polos opostos do campo jornalístico, o ‘intelectual’ e o ‘comercial’ (Bourdieu, cit em Machado e Santos, 2010, 64). Enquanto o primeiro tem como público-alvo um segmento da população com maiores rendimentos e níveis educacionais superiores, o segundo, e também o mais consumido no país, dirige-se essencialmente aos leitores com menos rendimentos e níveis educacionais mais baixos (Guibentif, cit em Machado e Santos, 2010, 64).

Em 1994, Bourdieu, iniciou um estudo do campo jornalístico com a publicação do texto “L’emprise du Journalisme, na Actes de La recherche en Sciences sociales”. A tese principal do autor diz respeito a uma espécie de mercantilização generalizada da cultura, que coloca sempre em primeiro lugar as audiências.

De acordo com Bourdieu, foi no século XIX que o campo jornalístico se começou a constituir em redor da oposição entre os jornais preocupados em marcar a diferença, e que propunham análises e comentários, e os jornais que ofereciam as novidades, de preferência “sensacionais”. Como consequência, as diferenças de público-alvo contrastam dois tipos de jornalismo: um “que privilegia o ‘comentário’ e marca a sua distinção ao exaltar os valores de ‘objetividade’ e ‘imparcialidade’”; e

outro “que privilegia as ‘novidades’, preferencialmente ‘sensacionalistas’” (Machado e Santos, 2010, 64).

Para o autor, esta oposição representa ainda uma tensão entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares, que se aproxima do polo cultural, e o reconhecimento pelo maior número, que se aproxima do polo comercial.

O primeiro, considerado o mais importante, tem que ver com a qualidade e a deontologia, e é atribuído aos que reconhecem o mais completamente os “valores” ou princípios internos do comércio. Já o segundo é materializado pelo número de vendas. Para exemplificar, em Portugal, o jornalista Paulo Moura tem o reconhecimento dos pares, enquanto os livros de Margarida Rebelo Pinto, têm um reconhecimento pelo maior número. Saramago tinha os dois reconhecimentos, dos pares e pelo maior número. O jornal Público rege-se pelo reconhecimento dos pares, enquanto que o Correio da Manhã parece reger-se pelo do maior número de vendas.

As diferenças que então existem entre a imprensa popular e a de referência, nomeadamente no que diz respeito à orientação de mercado, realçam as variações de estilo e formato de cada jornal.

“A imprensa de referência procura a aceitação do público ao oferecer um estilo mais literário e simbólico. Este estilo traduz-se na produção de peças noticiosas mais longas, incidindo sobre temas políticos e económicos mais complexos frequentemente acerca de eventos nacionais e internacionais. O uso correto da linguagem e a precisão dos relatos são também uma marca deste tipo de imprensa. Em contraste, a imprensa popular dirige-se à realidade quotidiana dos seus leitores, empregando um estilo de cobertura mais vivido e de entretenimento assente numa linguagem mais coloquial. Neste caso, o foco incide sobre a produção de peças noticiosas breves e diretas ao assunto, relacionadas com temas de interesse local, acompanhadas por colunas de opinião com tendências demagógicas (Ericson et al., 1991; Sparks, 1992; cit em Machado e Santos, 2010, 64)

De uma forma geral, podemos dizer que a imprensa séria é aquela onde, na redação das notícias, estão presentes valores como a atualidade, significado e interesse; e que a sensacionalista é aquela que prejudica o critério do significado em

prol do interesse do público por acontecimentos insólitos e emotivos, e escândalos (Monteiro, Caetano, Marques, Lourenço, 2012, 313). Podemos ainda referir que a forma sensacionalista de dar notícias, sobretudo relacionadas com escândalos, sexo e crime, é uma das mais utilizadas no entanto, para atrair leitores, sobretudo no mundo ocidental (Monteiro, Caetano, Marques, Lourenço, 2012, 307).

Critérios de Noticiabilidade

É um facto que a grande maioria das pessoas se interessa sobretudo por temas de carácter humano e, portanto, prefere consumir notícias relacionadas com escândalos, crimes, sexo, e também desporto, entre outras coisas, a textos relacionados com economia ou política, por exemplo. Mas os valores-notícia vão aquém disso.

Com o intuito de atrair um maior número de leitores, os meios de comunicação desenvolvem várias estratégias, entre as quais a escolha de temas que agradem o público (Fontcuberta, 2010, 37). Galtung e Ruge enumeraram doze critérios de seleção de notícias: a frequência; a amplitude do evento; a clareza ou falta de ambiguidade; a significância; a consonância; o inesperado; a continuidade; a composição; referência a nações de elite; referência a pessoas de elite; a personalização; e a negatividade (Traquina, 2007, 179).

1- Frequência

De acordo com Traquina, esta frequência tem que ver com a duração dos acontecimentos (Traquina, 2007, 179), e significa que é mais provável uma ocorrência tornar-se notícia se ocorrer num momento ajustado à periodicidade do meio e ao seu tempo de produção. Por exemplo, é mais provável que sejam notícia os casos que ocorrem durante o dia, do que durante a noite (Fontcuberta, 2010, 37).

2- Amplitude do evento

Um acontecimento com visibilidade forte ou cujo significado adquira um nível mais elevado (como uma catástrofe por exemplo) é mais perceptível e propício a transformar-se em notícia (2010, 37).

3- Clareza ou falta de ambiguidade

Para Galtung e Ruge, uma ocorrência é mais facilmente noticiável quanto menos ambíguo for o seu significado (Traquina, 2007, 180).

4- Significância

“Pode verificar-se por afinidade cultural ou por relevância do acontecimento. A possibilidade de seleção aumenta se um acontecimento se relaciona com os interesses e a cultura de uma determinada comunidade” (Fontcuberta, 2010, 38).

5- Consonância

Com a consonância, os autores, querem dizer que quando uma ocorrência corresponde a determinadas expectativas da audiência, então esta tem mais probabilidade de ser seleccionada (2010, 38).

6- Inesperado

“É o inesperado dentro dos limites do significativo e do consonante que atrai a atenção de alguém, e, por inesperado, queremos dizer duas coisas: inesperado ou raro” (Galtung e Ruge, cit em Traquina, 2007, 180). Um nevão enorme é sempre notícia, por exemplo, mas é-lo ainda mais se se verificar num país tropical (Fontcuberta, 2010, 38).

7- Continuidade

A continuidade consiste na ideia de que um acontecimento que foi considerado notícia, continuará a sê-lo durante algum tempo, e por isso tudo o que esteja relacionado com ele também tem potencial para se vir a tornar notícia (Traquina, 2007, 139). Por exemplo, o desaparecimento de Maddie foi notícia. Tudo o que esteja relacionado com ele dá continuidade à noticiabilidade do caso.

8- Composição

Para Galtung e Ruge, a composição como valor-notícia, significa que o conjunto das notícias que é divulgado por um determinado órgão de comunicação social, tem que ser equilibrado. E isto pode significar, por exemplo, que alguns assuntos e ocorrências façam sentido num determinado meio e noutro não, de acordo com a sua linha editorial.

9- Referência a nações de elite; 10 – Referência a pessoas de elite

“As ações da elite são, pelo menos geralmente e na perspetiva a curto prazo, mais importantes do que as atividades dos outros: e isto aplica-se tanto às nações como às pessoas” (Traquina, 2007, 181).

11- Personalização

Segundo Galtung e Ruge, existe uma tendência, em todas as notícias para apresentar todas as ocorrências como “frases em que existe um sujeito, uma determinada pessoa ou coletividade composta por algumas pessoas, e o acontecimento é então visto como uma consequência das ações desta(s) pessoa(s)” (2010, 181).

12- Negatividade

De acordo com os autores este é o valor-notícia que se rege pela máxima de que “as más notícias são as boas notícias” (Traquina, 2007, 179).

Contextualização Histórica da *Yellow Press*

Entre os anos de 1830 e 1840 desenvolveu-se um novo tipo de jornalismo, já abordado anteriormente, também chamado de *penny press*. Até então, tinham acesso ao jornalismo apenas algumas elites políticas e sociais. Com o aparecimento deste novo jornalismo, chamemos-lhe assim, houve uma revolução na forma de produzir notícias, e passou-se a produzir conteúdos jornalísticos para o grosso da população (Traquina, 2007). Posto isto, emergiram várias tendências menos dispendiosas e mais vendáveis, entre as quais, o sensacionalismo (Bastos, 2010, 16).

Com o objetivo de atrair o maior número possível de leitores, as notícias deixaram de circunscrever-se somente ao mundo da política, economia e da guerra, e passaram a abranger novos temas relacionados, por exemplo, com polícia, tribunais e sociedade (Traquina, 2007, 39-40), enfim, histórias de assuntos de interesse humano.

O *New York Sun* foi o pioneiro na área, ao reduzir as notícias relacionadas com política, bem como o tamanho dos artigos, para começar a publicar crônicas sobre bêbedos, ladrões e, entre outros, pessoas comuns que expunham as suas histórias e problemas na polícia (Erbolato, cit em Sousa, 2010, 150-151).

Além disto, as notícias tornaram-se ainda no género jornalístico dominante, substituindo os artigos. A linguagem destes novos jornais, de carácter popular, também foi tida em conta, e acabou por ser direccionada para um público mais alargado e pouco conhecedor da língua. O objetivo era que as pessoas pudessem ler e entender as notícias com facilidade (Sousa, 2010, 150).

Timóteo Álvarez (cit em Sousa, 2010, 150-151) vai mais longe, e diz que outros fatores contribuíram para aquela que se veio a tornar na “primeira geração da imprensa popular” (ou da *penny press*). É o caso da concentração das pessoas nas cidades, do aparecimento de empresas jornalísticas redireccionadas para o lucro e não para os laços partidários, dos crescentes avanços tecnológicos nas tiragens dos jornais e consequente redução dos custos de produção, dos processos de alfabetização, aumento de poder de compra, difusão de novas técnicas jornalísticas, como a entrevista, e do aparecimento de novos temas nas páginas dos jornais, como as viagens e o desporto.

O conjunto destes fatores, aliado a outros, permitiu que os jornais atingissem nesta época públicos jamais imaginados, o que acabou por conduzir à expansão da imprensa e ao aparecimento de um crescente número de jornais populares (Sousa, 2010).

A época ficou ainda marcada, segundo Albert & Terrou (cit em Sousa, 2010, 5) pela crescente diferenciação dos tipos de diários. De um lado os jornais populares/sensacionalistas e os jornais de qualidade. Do outro, os jornais de assinantes cada vez menos numerosos e os jornais vendidos por unidade.

Caracterização do Jornalismo Sensacionalista

O Jornalismo Sensacionalista, encarado por muitos autores como sinónimo de Jornalismo Tablóide, enfrenta nos dias de hoje um problema. É que, geralmente, e como vimos em cima, é tido também como um sinónimo de mau jornalismo, o que nem sempre é verdade. Alcoviteiro, demasiado simples e populista, que prospera com o sensacionalismo e o escândalo, e é uma ameaça à democracia, pois cria cinismo e falta de interesse, por parte dos cidadãos, enquanto ignora os seus verdadeiros problemas a favor de escândalos superficiais, sobretudo na área da Política. Partindo desta definição pode concluir-se que se o Jornalismo Sensacionalista é mau, então o Jornalismo Tablóide de boa qualidade não pode existir, porque se fosse bom, então não era Tablóide (Ornebring, H. e Jonsson, A., 2004).

No texto “O Jornalismo Tablóide e a Esfera Pública: uma perspetiva histórica do Jornalismo Tablóide”, os autores, Henrik Ornebring e Ana Maria Johnsson, argumentam que, a seu tempo, alguns dos aspetos e elementos deste tipo de jornalismo definidos como “maus”, em muitos casos, serviram o público tão bem ou melhor que o jornalismo considerado mais sério.

Acompanhando o Jornalismo Tablóide ao longo da História, os autores pretendem contribuir, com o texto acima referido, para uma reavaliação do jornalismo, através da examinação do que significa uma esfera pública alternativa.

De realçar que o conceito de Esfera Pública tem sido estudado por diversos autores, que utilizaram o conceito para descrever e avaliar o papel dos meios de comunicação, sobretudo das notícias, na vida pública que, cada vez mais, é marcada por um grau de visibilidade muito alto, onde a luta para se ser ouvido e visto em primeiro lugar é cada vez maior. Para Ornebring e Johnsson, isto pode indicar que podemos não estar perante apenas uma Esfera Pública mediada, e sim perante uma paisagem dos *media* como uma corrente principal e um número de esferas alternativas.

Outros autores, como Nancy Fraser, sugerem ainda que a criação destas Esferas Públicas Alternativas são melhores para promover a participação democrática e o

debate público. É importante referir que, para o autor, estas Esferas Públicas podem ser consideradas alternativas em quatro aspetos. O primeiro, no sentido em que o discurso ocorre nalgum lugar em vez do da Esfera Pública convencional, como a Internet, por exemplo. O segundo, no sentido em que outros participantes além dos que dominam o discurso dos *media*, podem ter acesso a um lugar nos debates e discussões públicas. O terceiro, no sentido em que outros problemas além daqueles que são debatidos pelo jornalismo mais convencional, podem ser discutidos. Quarto, esta alternativa pode derivar do uso de outras formas de debater assuntos comuns.

Para Henrik Ornebring e Ana Maria Johnsson, o jornalismo está baseado em oposições binárias onde o emocional é mau e o racional-intelectual é bom, no entanto, o emocionalismo, o sensacionalismo e a simplificação não são, segundo os autores, necessariamente contrários a um bom serviço público. Em alguns casos inclusive, serviram tão bem, ou melhor, o serviço público do que o Jornalismo mais convencional, posicionando-se então como uma esfera pública alternativa.

Os autores defendem o Jornalismo Tablóide enquanto alternativa ao Jornalismo mais Convencional. E que, apesar de todas as críticas que normalmente lhe são feitas, isso não é sempre incompatível com factualidade e justiça, embora existam casos em que essa incompatibilidade exista. Henrik Ornebring e Ana Maria Johnsson enumeram ainda uma série de vantagens do Jornalismo Tablóide, como a capacidade de alargar o público, afetar a mudança social redefinindo assuntos que antes não se debatiam, e originando novas formas de discurso jornalístico que possam ser mais acessíveis a audiências.

A Mediatização da Justiça

“Emocionalização do Direito”

“O direito penal e o sistema de justiça criminal estão impregnados de emoções. Os transgressores, as vítimas e as testemunhas trazem as suas emoções para a sala de audiências, os tribunais criminais lidam com crimes passionais e as suas decisões podem causar raiva e indignação pública ou sentimentos de vingança entre as vítimas. Os criminosos sentem vergonha e remorso quando transgridem as leis e os seus delitos provocam sentimentos de repulsa moral. Ao mesmo tempo, as vítimas, assim como os agressores, provocam a nossa compaixão e simpatia” (Karstedt, cit em Machado e Santos, 2010, 17)

Num trabalho de Susanne Karstedt, traduzido e publicado no livro “Justiça, ambientes mediáticos e ordem social”, de Helena Machado e Filipe Santos, a autora reflete sobre o papel e os impactos das emoções na justiça criminal. Numa primeira abordagem ao tema, Susanne Karstedt, defende que os tribunais criminais constituem um espaço proeminente para as emoções na sociedade, e lembra Durkheim e Elias, quando disseram que o direito penal estava ligado aos padrões estruturais e institucionais da sociedade, e por isso as mudanças na “moralidade” (Durkheim) e “mentalidade” (Elias) das sociedades.

A autora lembra, ainda, nesta primeira fase do seu texto, que as emoções têm invadido o domínio do direito, e que este não tem fechado os olhos a esta invasão. Daí o estabelecimento de várias categorias específicas, como nos “crimes de ódio”, por exemplo. Ou então a restrição à admissão de determinadas provas em alguns casos por poderem influenciar as emoções de jurados e juízes.

Elster (1999), também citado no texto desta autora, defende que “o próprio edifício do direito penal foi construído sobre alicerces emocionais: o medo de sanções, que deve instilar a conformidade, ou a vingança, que deverá ser canalizada pelos procedimentos legais”.

Por sua vez, Susanne Karstedt defende aquilo a que chama “regresso das emoções” à justiça criminal, que foi iniciado ao longo da década de 90, e que trouxe

consigo de volta um tipo de emoção ao sistema de justiça criminal, que durante décadas tinha sido considerado antiquado.

“Houve juizes, nos EUA, que foram os primeiros a reconstituir os tribunais e o sistema de justiça criminal como um espaço público de emoções. Os criminosos eram condenados pelo tribunal a vestir em público t-shirts que os identificavam como ladrões. Os delinquentes mais jovens tinham de pedir desculpa às suas vítimas, de joelhos, e na presença de membros da comunidade. Os agressores sexuais tinham de colocar letreiros na frente das suas casas a avisar o público em relação a eles; uma outra decisão judicial mandou as vítimas de um assalto a casa do assaltante para levarem de lá o que quisessem (ver Massaro, 1991, 1997; Anderson, 1995; Karstedt, 1996)” (Karstedt, cit em Machado e Santos, 2010, 20)

O regresso destas emoções tem atualmente ocorrido em dois campos: no da “emocionalização do discurso público sobre o crime e a justiça criminal”, e no da “implementação de sanções no sistema de justiça criminal que se baseiam explicitamente nas emoções ou que são especificamente concebidas para as estimular” (Karstedt, cit em Machado e Santos, 2010, 19).

Em Portugal, devido a uma certa privatização da comunicação social nos anos 90, a justiça tornou-se mais permeável aos holofotes do escrutínio público e mediático (Costa, 2006; Dâmaso, 2004; Santos, 2005b; cit em Santos, 2012). Esta visibilidade dos holofotes, sobretudo nos casos que implicavam figuras com um elevado estatuto político e social, pareceu transmitir “a noção de que a justiça se estava a transformar, atingindo ‘todos’ e podendo ser eficaz e célebre, prometendo antecipar um novo paradigma social” (Santos, 2012, 5).

Trazer de volta as emoções aos procedimentos legais tornou-se uma parte essencial desses mesmos procedimentos, sobretudo em contextos tão variados como pequenos furtos em lojas cometidos por adolescentes, a condução sob efeito de álcool e a violência doméstica (Karstedt, cit em Machado e Santos, 2010, 21).

Boltanski (1999), também citado por Susanne Kardstedt neste livro de Helena Machado e Filipe Santos, escreve que a emocionalização do discurso público relativo

ao crime e o direito, aliado à justiça restaurativa e ao regresso da vergonha aos tribunais, respondem às “mudanças na cultura emocional mais ampla, e estão a mudar a imaginação moral destas sociedades”, já que os *media* têm o poder de apelar aos sentimentos do seu público em relação às vítimas, aos delitos e àqueles que os cometem.

Numa crónica de Fernando Costa Lima, publicada na revista *Visão*, ele dá o exemplo de um leitor que escreveu uma carta ao diretor de um jornal diário sobre um processo em tribunal. Na carta o leitor questionava as afirmações públicas do advogado dos arguidos, exclamando pela inocência dos seus clientes, e refutava-as com uma série de factos relacionados com os arguidos de que teve conhecimento através da leitura de notícias sobre o referido processo. Para o leitor, os arguidos são culpados, mesmo sem o julgamento ter terminado, e as declarações do advogado, em defesa dos seus clientes, não fazem sentido.

Com este exemplo simples, Fernando Costa Lima, questiona a mediatização que é feita da justiça, e demonstra o poder e o alcance que esta tem sobre a opinião pública e a sociedade.

De acordo com Charles Taylor (Karstedt, cit em Machado e Santos, 2010, 22), a “vitimização” é a característica que define o discurso público na modernidade tardia. E o “contexto social em que estes desenvolvimentos têm lugar é o das culturas cada vez mais emocionalizadas das sociedades da modernidade tardia (...) Isto inclui a exibição aberta e espontânea de emoções e a exigência de que estas devam ser consideradas como expressões singulares e autênticas da autonomia e da identidade do indivíduo” (Karstedt, cit em Machado e Santos, 2010, 23).

Desta forma, os *media* acabam por trazer à sua audiência o “espetáculo” do sofrimento, induzindo-lhes reações emocionais como a mágoa, a fúria, a compaixão e a raiva, que organizações e movimentos sociais tentam depois converter em participação nas suas ações e objetivos (Karstedt, cit em Machado e Santos, 2010, 23).

Mas as relações entre o direito, as emoções e a moralidade estão longe de ser simples, e até levantam alguns problemas. Karstedt levanta e enumera três. Um deles está relacionado com as reações públicas em relação ao crime.

A autora exemplifica-o com um caso ocorrido no Reino Unido, em 2000, quando os tablóides lideraram uma campanha para “nomear e envergonhar” os pedófilos, no âmbito do rapto seguido de homicídio de Sarah Payne, de oito anos. Na altura, Karstedt, conta que “o público reagiu com uma exibição extrema de emoções: as pessoas colocaram flores e ursinhos de peluche no local em que o corpo de Sarah Payne foi encontrado, o funeral tornou-se um espetáculo mediático com a explosão de emoções, e grupos de vingadores juntaram-se em frente das casas daqueles que tinham sido identificados como pedófilos numa campanha levada a cabo por um jornal” (Karstedt, cit em Machado e Santos, 2010, 24). Depois, compara-o com um caso semelhante ocorrido na Alemanha um ano antes, onde a exibição pública das reações emocionais não teve comparação com as do caso anterior. E isto para concluir que as reações públicas em relação ao crime são moldadas por culturas emocionais específicas e pelos seus contextos institucionais, ou seja, que em diferentes culturas as emoções, podem ter em simultâneo, semelhanças nuns aspetos e diferenças noutros. Isto acaba por sugerir outro problema: o da veracidade ou autenticidade das emoções e/ou ausência delas (Karstedt, cit em Machado e Santos, 2010, 23-27). No contexto atual, a ausência de emoções de simpatia e empatia pode, inclusive, dar lugar a que nasçam determinadas exigências excessivas de punição por parte dos “espectadores morais” (2010, 31) que, quando alimentados por um sentimento de repulsa, vergonha ou raiva podem então trazer algumas consequências para o bem-estar da sociedade (2010, 32).

Media, Direito e Justiça

As relações entre os *media* e o Direito têm estado no epicentro da discussão pública sobre o estado da justiça e da democracia em vários países durante as duas últimas décadas (Machado e Santos, 2010, 7). Tensões e conflitos com reflexos legislativos, políticos, e sociais, com impactos para a cidadania, têm sido uma recorrente fruto da relação entre ambos (Santos, 2012).

E para aqui importa lembrar que os *media* e os jornalistas se tratam de entidades diferentes, e que, como diz Correia (2006, 17), “uma coisa é falar dos *media* enquanto organizações empresariais submetidas aos objetivos e lógicas comerciais, fundamentalmente viradas para a procura de audiências, que trazem consigo a publicidade e, com ela, os lucros”, e outra, diferente, é falar dos jornalistas, “trabalhadores assalariados e não profissionais liberais, sujeitos às estratégias empresariais, subordinados a hierarquias, e cujos objetivos são produzir informação destinada ao público”, isto é, fazer notícias, entendendo-as como bens sociais e não como mercadorias.

“A mediatização da justiça constitui um dos mais prementes desafios para as sociedades atuais na medida em que é dada ao público a possibilidade de observar os procedimentos, regras e o funcionamento da justiça. Por via das imagens e discursos produzidos nos media, o público recebe dados que lhe permitem elaborar conceções e representações acerca do sistema de justiça e da ordem social vigente, plasmada ou mesmo ausente nos códigos e disposições legais” (Machado e Santos, 2010)

Num contexto de mudanças rápidas nas estruturas de comunicação e de informação, e numa época em que o segredo de justiça, bem como o estado do aparelho de justiça em geral, e o criminal em particular, têm sido temas recorrentes de discussão pública, torna-se importante refletir sobre o assunto. O protagonismo que os *media* têm dado ao aparelho criminal, e a forma como procedem à cobertura noticiosa de informações relacionadas com o tema, permitem-nos detetar uma certa tendência de colaboração entre os jornalistas e todos aqueles que integram o aparelho de justiça, especialmente o do crime.

Às redações chegam todos os dias inúmeros *press realises* de várias entidades envolvidas, direta ou indiretamente, no sistema criminal, desde a polícia, à proteção civil, forças armadas, bombeiros, etc. Quando não chegam, um telefonema por parte dos jornalistas costuma resolver o “problema”.

O interesse em mediatizar histórias de crime e transgressão é mútuo. Aos *media*, interessa vender, e eles sabem que são estas histórias, de interesse humano, as que atraem um número maior de leitores. Por outro lado, estas concedem ao aparelho de justiça criminal, sobretudo às suas instituições de polícia, uma certa visibilidade, que, pelo menos potencialmente, pode servir os interesses de reposição de uma certa ordem pública (Araújo, 2009, 1).

Mas a cobertura mediática de casos de justiça tem levantado alguns problemas a vários níveis. Nas redações, começa-se a notar uma certa preocupação por parte de alguns jornalistas, com a imagem das fontes destas histórias que poderão estar a passar nas notícias. Afinal, elas são quem lhes dá o tipo de histórias mais vendáveis, e por isso não lhes convém passar uma imagem negativa das mesmas. Por outro lado, também se nota uma preocupação destas fontes em manter uma imagem positiva da instituição que representam nos *media*, que algumas encaram, segundo Correia (2006, 15), como uma *instância de visibilidade* e, por essa via, de legitimação e credibilização. Em alguns casos existe, inclusive, uma pressão aos jornalistas por parte das fontes, que por vezes acaba por funcionar.

Aliás, “tensão” é mesmo um dos termos mais referidos pelos jornalistas para descrever as relações existentes entre os *media* e a justiça, duas forças que ora se aproximam, ora se repelem, nunca deixando contudo, de se estarem ligadas entre si, já que ambas se mobilizam “na identificação do ‘desvio’ e na busca da ‘verdade’ e pretendem guiar-se pelo interesse público” (Santos, 2012, 6).

São várias as causas que contribuem para a existência deste clima de tensão. Uma delas, é que, pelo menos em Portugal, em alguns casos, prevalece ainda uma cultura judicial, que aparenta funcionar em circuito fechado (Machado e Santos, 2010, 7), e verifica-se alguma perplexidade por parte de alguns jornalistas, tanto quanto a esta falta de colaboração da justiça em obter informação em tempo útil, tanto quanto à ausência de estruturas formais de comunicação no seio dos tribunais (Santos, 2012, 6). Outro fator de tensão que foi apontado por magistrados diz respeito à eventual incapacidade do sistema de justiça em atuar num ambiente de pressão mediática (2012, 6). Mas há outros, mais simples.

Manuel António Pina, numa entrevista publicada na revista *Jornalismo & Jornalistas*, edição de Julho a Setembro de 2011, que tem como título “Serviço público enriquece democracia”, conta que chegou a sentir várias pressões enquanto jornalista. “Tive políticos a contactar-me e a convidar-me para almoçar. E isso, às vezes, acaba por funcionar. Não é indiferente criticar alguém que não se conhece de parte nenhuma e alguém com quem se convive regularmente. Não se trata de pressão direta, é mais uma proximidade que acaba por funcionar como tal”. Este tipo de pressões sempre existiram e “é algo com o qual os jornalistas têm de aprender a lidar e a desvalorizar”, diz mais à frente.

Outro tipo de pressão deste género é, por exemplo, e entre outras coisas, os brindes com que as fontes estão constantemente a presentear os jornalistas, tema que volto a abordar nas reflexões sobre a parte prática que constitui este relatório.

Já outro problema da cobertura mediática de casos de justiça é que, por vezes, as narrativas dos *media*, especialmente dos mais sensacionalistas, podem minar alguns princípios respeitantes ao direito. De acordo com a Ordem dos Advogados, “o direito de informar, o direito de acesso às fontes de informação e o sigilo profissional dos jornalistas podem colidir com os direitos de personalidade, a presunção de inocência dos cidadãos e o segredo de justiça”.

Tomemos, por exemplo, o caso de Robert Murat, o britânico que morava em frente ao apartamento de onde Madeleine McCann terá desaparecido em maio de 2007, caso que é abordado mais à frente neste trabalho. Quando Robert Murat foi constituído arguido no caso, e por altura do desaparecimento, o jornal publicou várias notícias onde chamava o britânico de “predador” e, entre outras coisas, insinuava que tinha sido este a raptar a criança. Condenou-o antes do tribunal. As pessoas, a partir do que viram nas notícias acabaram por condená-lo também, motivo que o levou a sair à rua muitas vezes disfarçado. Mais tarde, com o desenvolvimento da investigação, o Tribunal concluiu que não existiam provas de que o britânico tivesse envolvido no desaparecimento de Maddie. Mas era já tarde de mais. O *Correio da Manhã*, à semelhança de outros tabloides britânicos, já o tinha condenado. Foram, por isso, obrigados pelo Tribunal a pagar-lhe uma indemnização. No caso do jornal português, de 15 mil euros.

Em Portugal pelo menos, importa ainda lembrar que, apesar de tudo, as controvérsias em torno da relação entre os *media* e o sistema de justiça se têm centrado quase exclusivamente na “aparente e mediatizada lentidão e incapacidade do sistema de justiça para investigar e julgar em tempo útil”, e na “politização da justiça e judicialização da política, fenómeno alimentado pela presente voracidade de alguns *media* em sujeitar a justiça e os políticos ao escrutínio público” (Machado e Santos, 2010, 7).

Fernando Costa Lima, na crónica da Visão, publicada a 18 de Julho do ano passado, e que está disponível na internet, diz que o estado atual das coisas não é bom para a Justiça, que precisa de tranquilidade e do recato dos tribunais. Diz ainda que em matéria de Justiça, nos últimos anos, “fala-se” demais, e que é urgente, e da responsabilidade de todos, “desmediatizá-la”.

Consequências da exposição às mensagens dos *media*

Basta acompanhar os *media* durante algum tempo para se chegar à conclusão de que o direito, o crime e a justiça, são temas cada vez mais recorrentes nos mesmos. No entanto, a representação que os *media* fazem do crime e da justiça pode enganar, e isto é um problema.

Tendo em conta que grande parte do público dos *media* não tem grandes conhecimentos do sistema de justiça, nem uma experiência direta com o mesmo, Valerie P. Hans e Juliet L. Dee, num dos trabalhos publicados no livro “Justiça, ambientes mediáticos e ordem social”, de Helena Machado e Filipe Santos, escrevem que tanto os conhecimentos como a opinião dos cidadãos sobre a justiça e sobre o sistema legal, dependem muitas vezes, das imagens da realidade que são construídas e veiculadas pelos *media*.

As autoras, depois de analisarem notícias televisivas relacionadas com o tema, e várias séries policiais e criminais, concluem que estas têm a capacidade para formar atitudes e o conhecimento do público em relação quer ao direito, quer à justiça. No entanto, que os *media* apresentam uma imagem distorcida sobre a justiça norte-

americana. Fazem-no, por exemplo, quando dão pouca profundidade e pormenores às suas peças jornalísticas sobre o assunto, que normalmente são curtas e pouco detalhadas. Ou então quando se concentram maioritariamente no trabalho dos polícias e não no dos juizes ou advogados, uma vez que o público gosta é de “ação pesada”.

“Se os diretores de programas de cadeias de televisão não puderem pedir aos produtores para acrescentar mais ‘ação pesada’ para aumentar as audiências, pedirão para adicionarem mais sexo” (Hans e Dee, cit em Machado e Santos, 2010, 43).

Para provar o impacto da cobertura mediática nas opiniões das pessoas sobre o direito e a justiça, vários autores analisaram as consequências de longo prazo da exposição às mensagens dos *media*. A sensação de que o mundo é um lugar mau e perigoso, e o medo, são duas consequências da abundância de programas de televisão violentos, apontadas por vários investigadores. O facto dos espectadores, sobretudo os que não têm nenhuma experiência direta com os tribunais, usarem a televisão para construir imagens do crime e da violência, do sistema judicial e do processo legal, é outra. Gerbner e Gross (1976), que também são citados por Hans e Dee (cit em Machado e Santos, 2010, 45), num inquérito feito ao público sobre o sistema de justiça, verificaram, inclusive, que os inquiridos que viam televisão durante mais tempo, deram respostas de televisão em algumas perguntas.

Por sua vez, Roberts e Doob (1990) (cit por Hans e Dee, em Machado e Santos, 2010, 45-47), concluíram, depois de vários estudos, que a cobertura noticiosa pode influenciar o pensamento e a atitude das pessoas em relação às sentenças aplicadas pelos tribunais. E que a maior parte dos cidadãos tem conhecimento delas através das reportagens noticiosas, que normalmente são demasiado breves e têm tendência a “sobre representar o crime violento e a fornecer apenas uma parte da informação do crime e o arguido”. Concluíram ainda que os cidadãos dos países ocidentais acham que os tribunais são demasiado brandos quando condenam criminosos, e que são os jornais tablóides, os que mais contribuem para esta sensação de brandura. Nos

Estados Unidos isto pode tornar-se particularmente grave, por causa da existência da figura dos jurados, na justiça, que devem ser imparciais e não devem ser influenciados pelos *media* quando têm que ir a tribunal.

“As pessoas podem desenvolver imagens acerca da natureza e da frequência da atividade criminal mais graves do que aquilo que sucede na realidade” (Machado e Santos, 2010, 46)

Exemplo disto foi uma experiência realizada por Stalans e Diamonds (1990) (cit por Hans e Dee, em Machado e Santos, 2010, 46), onde os autores pediram a uma série de pessoas que descrevesse um “assaltante típico”. A maior parte confessou achar que o “assaltante típico” era sempre reincidente e que, inclusive, já tinha cometido pelo menos quatro assaltos antes. A verdade é que apenas um quarto destes assaltantes era reincidente.

De realçar, que a cobertura noticiosa que se faz do crime, além destas consequências e do que delas advém, pode ainda incitar, em vários casos, uma “onda de crimes” (Hans e Dee, cit em Machado e Santos, 2010, 39). Isto acontece quando por exemplo, vários *media* se começam a concentrar todos num tipo de crime, dando a sensação de que ele está a aumentar.

De realçar também que a preferência do público por sanções mais severas no sistema de justiça criminal; o impacto mediático nas opiniões dos mais leigos acerca da justiça e do sistema legal; o facto de o público poder ficar a pensar que vive num mundo mais violento do que aquilo que realmente é; o dos jornalistas não estarem a desempenhar a sua profissão com rigor, e a sensação de que o crime pode estar a aumentar quando na verdade não está, entre outros, são então apenas algumas das principais consequências da cobertura jornalística que se faz do crime, que nem sempre corresponde à realidade. E isto não acontece só nos estados Unidos. Em Portugal, atrevo-me a dizer, a realidade é bastante semelhante.

Regulação dos *Media* em Portugal

Lei de Imprensa

Dois dos fundamentos básicos de uma sociedade democrática são a liberdade de expressão e o direito à informação. E aos jornalistas cabe, em primeira mão, a salvaguarda destes princípios (Fontcuberta, 2010, 109).

A liberdade de imprensa “abrange o direito de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações” (lei n.º 2/99, de 13 de jan, art.1, nº2). Além disto, implica “o direito de livre impressão e circulação de publicações, sem que alguém a isso se possa opor por quaisquer meios não previstos”(lei n.º 2/99, de 13 de jan, art.2, nº1 c). Isto não quer dizer, contudo, que não existam regras.

Há regras. Tendo em vista o respeito pelo cidadão a ser informado, por exemplo, foram impostas algumas (lei n.º 2/99, de 13 de jan, art.2, nº2): Permissão de concentração até níveis não lesivos ao pluralismo da informação (lei n.º 2/99, de 13 de jan, art.2, nº2 a); Publicação do estatuto editorial das publicações informativas (lei n.º 2/99, de 13 de jan, art.2, nº2 b); Respeitar o direito de resposta e de retificação (lei n.º 2/99, de 13 de jan, art.2, nº2 c); Identificar a publicidade (lei n.º 2/99, de 13 de jan, art.2, nº2 d); Respeitar a isenção e o rigor informativos (lei n.º 2/99, de 13 de jan, art.2, nº2 e); e Respeitar as normas deontológicas no exercício da atividade jornalística (lei n.º 2/99, de 13 de jan, art.2, nº2 f).

“A liberdade de imprensa tem como únicos limites os que decorrem da Constituição e da lei, de forma a salvaguardar o rigor e a objetividade da informação, a garantir os direitos ao bom nome, à reserva da intimidade da vida privada, à imagem e à palavra dos cidadãos e a defender o interesse público e a ordem democrática” (lei n.º 2/99, de 13 de jan, art.2, nº3).

De realçar que o estatuto editorial a adotar pelas publicações periódicas informativas deve, entre outras coisas, “definir claramente a sua orientação e os seus objetivos” e incluir “o compromisso de assegurar o respeito pelos princípios deontológicos e pela ética profissional dos jornalistas, assim como pela boa-fé dos leitores” (lei n.º 2/99, de 13 de jan, art.17, nº1). Além disto, deve ser inserido na

primeira página do primeiro número da publicação, depois de elaborado pelo diretor. Após o parecer do conselho de redação, deve ser submetido à ratificação da entidade proprietária. Mais tarde, deve ser publicado, em cada ano civil, junto com o relatório e as contas da entidade proprietária.

Atualmente cabe à Entidade Reguladora da Comunicação (ERC), que funciona como uma condição exógena ao mercado, supervisionar a atividade dos *media*. No entanto o Estado também intervém, ao organizar um sistema de incentivos de apoio à imprensa, como modernização tecnológica, portes pagos, “apoio à inserção profissional de jovens através de estágios profissionais”, “promoção da mobilidade geográfica”, etc (ver Carvalho, Cardoso e Figueiredo, 2005, 383-299).

O Princípio da Transparência da Propriedade assim como o Princípio da Especialidade existem, e estão ambos assegurados pelos princípios constitucionais, pois permitem assegurar o cumprimento do princípio da independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e o económico.

A transparência da propriedade das empresas jornalísticas implica a identificação dos titulares do capital das mesmas e baseia-se na ideia de que os cidadãos têm o direito de saber quem os informa (quem controla e quem faz). Este princípio “visa permitir aos leitores ajuizar sobre a eventual ligação entre os interesses do titular e a orientação editorial da publicação” (Carvalho, Cardoso e Figueiredo, 2005, 71). Já o princípio da Especialidade diz que as empresas jornalísticas têm de ter como atividade principal a edição de publicações periódicas (Carvalho, Cardoso e Figueiredo, 2005, 66). Estes princípios, consagrados na Constituição, têm como objetivo garantir a democracia.

“1- Integram o conceito de imprensa, para efeitos da presente lei, todas as reproduções impressas de textos ou imagens disponíveis ao público, quaisquer que sejam os processos de impressão e reprodução e o modo de distribuição utilizado. 2 – Excluem-se boletins de empresa, relatórios, estatísticas, listagens, catálogos, mapas, desdobráveis publicitários, cartazes, folhas volantes, programas, anúncios, avisos, impressos oficiais e os correntemente utilizados nas relações sociais e comerciais” (lei de imprensa n.º 2/99 de 13 de jan, art.9)

O Decreto Regulamentar n.º8/99 de 9 de Junho (art.12 n.º1) considera excluídas do registo as publicações periódicas que não sejam postas à disposição do público em geral; as que pertençam ou sejam editadas pela administração central, regional ou local, bem como por quaisquer serviços ou departamentos delas dependentes; as que constituem suplementos de periódicos, desde que publicados e distribuídos juntamente com estes; as diferentes séries do Diário da República e o Jornal Oficial da Comunidade Europeia e, por fim, as que pertençam ou sejam editadas por representações diplomáticas, culturais e comerciais estrangeiras. De notar que as publicações *online* estão também elas sujeitas a registo, assim como as agências noticiosas.

Ética e Deontologia do Jornalismo

Com o intuito de combinar a liberdade de imprensa e sua responsabilidade, com a liberdade de informação e os seus limites, os jornalistas elaboraram um conjunto de normas deontológicas, que acaba, ou devia acabar, inclusive, por funcionar como uma espécie de defesa de reputação e atributo de prestígio social da profissão. “O código deontológico dos jornalistas existe em muitos países e implica a adoção de normas de conduta profissional que vão mais além do estabelecido pelas normas legais” (Fontcuberta, 2010, 109).

Em Portugal, existe um código deontológico, que foi aprovado a 4 de maio de 1993, por um conjunto de jornalistas. Nele, podem-se ler os seguintes critérios:

“1- O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.

2- O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais.

3- O jornalista deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar. É obrigação do jornalista divulgar as ofensas a estes direitos.

4- O jornalista deve utilizar meios legais para obter informações, imagens ou documentos e proibir-se de abusar da boa-fé de quem quer que seja. A identificação como jornalista é a regra e outros processos só podem justificar-se por razões de incontestável interesse público.

5- O jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e atos profissionais, assim como promover a pronta retificação das informações que se revelem inexatas ou falsas. O jornalista deve também recusar atos que violentem a sua consciência.

6- O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, exceto se o tentarem usar para canalizar informações falsas. As opiniões devem ser sempre atribuídas.

7- O jornalista deve salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado. O jornalista não deve identificar, direta ou indiretamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade, assim como deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor.

8- O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da cor, raça, credos, nacionalidade, ou sexo.

9- O jornalista deve respeitar a privacidade dos cidadãos exceto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende. O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas.

10- O jornalista deve recusar funções, tarefas e benefícios suscetíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional. O jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesse”

Problemas do Código Deontológico dos Jornalistas

*“Para se ser o primeiro a ver e a fazer ver alguma coisa, o jornalista está mais ou menos disposto a tudo e como os jornalistas se copiam mutuamente, cada um deles para ultrapassar os outros, para fazer primeiro que os outros, ou para fazer de modo diferente dos outros, acabam por fazer todos a mesma coisa, enquanto a procura de exclusividade, que, noutros lugares, noutros campos, produz a originalidade, a singularidade, culmina aqui na uniformização e na banalização”
(Bourdieu, 1997, 13-14)*

As questões que estão relacionadas com a ética profissional não podem, de todo, ser encaradas apenas sob um prisma individual, apesar de existirem vários tipos de jornalistas: uns que se preocupam mais com as normas deontológicas, e outros que se preocupam mais com o número de vendas (Correia, 2006, 120).

O campo jornalístico está orientado para produzir um bem altamente precíval que é as notícias. A produção destas contudo, é influenciada pela concorrência, e pela luta de um primeiro lugar na linha de chegada às audiências, o que faz com que a velocidade de produção leve muitas vezes à precipitação. Todos querem noticiar tudo e em primeiro lugar. Este facto, apesar de ser ignorado pelos leitores, não é ignorado na maior parte das vezes pela concorrência. Como diz Bourdieu “Ninguém lê tanto os jornais como os jornalistas, que, por outro lado, têm tendência a pensar que toda a gente lê todos os jornais” (1997, 18).

Existe hoje uma “força das pressões mercantilistas dentro das redações”, que são “concretizadas na luta pelas audiências”, na “prioridade e formas de abordagem concedidas a determinados temas”, na “cedência perante a superficialidade e falta de rigor”, no “sensacionalismo”, e também na concorrência entre os próprios jornalistas que, seja para agradar aos superiores, progredir na carreira ou manter o emprego, reflete-se depois no incumprimento de algumas regras básicas da deontologia (Correia, 2006, 121).

A concorrência incentiva a que todos os dias se verifique uma vigilância permanente das atividades dos órgãos de comunicação social concorrentes, o que traz, desde logo, o problema da homogeneização, em vez da diversidade, dos conteúdos.

“Há objetos que são impostos aos telespetadores porque se impõem aos produtores; e impõem-se aos produtores porque são impostos pela concorrência com outros produtores. Esta espécie de pressão cruzada que os jornalistas fazem pesar uns sobre os outros é geradora de toda uma série de consequências que se traduzem por escolhas, ausências e presenças” (Bourdieu, 1997, 24).

De acordo com Bourdieu, a concorrência entre os jornalistas não é vivida nem pensada como uma luta puramente económica em torno de ganhos financeiros, no entanto a concorrência permanece submetida às imposições ligadas à posição do órgão no interior do campo jornalístico. Além disto, o que um jornalista escreve depende de várias coisas, como a posição que ocupa, e o poder que o seu órgão de comunicação detém.

Posto isto, pode-se dizer que o campo jornalístico hoje está dominado pelos constrangimentos do mercado, e que são várias as práticas jornalísticas condenáveis. Estas vêm-se em várias situações, como quando os jornalistas utilizam sistematicamente fontes de informação não identificadas; quando são divulgadas informações, imagens ou documentos obtidos através de meios desleais; quando se estimulam nos leitores sensações de ódio ou vingança; quando se relatam factos que contêm informações fora do contexto; quando se tira partido dos sentimentos, sobretudo de dor, das pessoas; quando se fazem títulos cujo significado não é depois confirmado no corpo das notícias, etc (Correia, 2006, 121-122).

Correia (2006, 123) realça que muitas destas práticas são então o fruto, sobretudo, das “exigências do mercado”, e que é importante que os superiores dos jornalistas aprovelem, tal como eles, o seu código deontológico. Além disto, o autor propõe ainda a “concretização de uma autorregulação séria e eficaz”, capaz de diminuir o número de derrapagens éticas que ocorrem neste contexto profissional (2006, 122-123).

Um caso mediático: o desaparecimento de Madeleine McCann

Contextualização

Foi um dos casos mais mediáticos de sempre em todo o mundo, e diz respeito ao desaparecimento em Portugal de uma menina britânica. Madeleine McCann, então com três anos, desapareceu em maio de 2007, do apartamento onde dormia com os seus dois irmãos mais novos, enquanto os seus pais jantavam com um grupo de amigos num restaurante a poucos metros dali. A família estava a passar férias no Algarve num aldeamento turístico situado na Praia da Luz, na altura do desaparecimento.

Surgiram vários rumores sobre o que teria acontecido naquela noite a Madeleine McCann, no entanto, as autoridades que tomaram conta do caso, e numa fase inicial, avançaram a tese de que a criança poderia ter sido raptada enquanto os pais jantavam com os amigos. Foram acionadas imediatamente várias forças de segurança para procurar uma criança desaparecida, e o caso rapidamente se tornou público através dos *media*, quer nacionais quer internacionais.

A 15 de maio de 2007, foi constituído o primeiro arguido do caso, Robert Murat, um britânico que morava perto do aldeamento de onde Maddie terá desaparecido. No entanto, depois de várias investigações, nunca surgiu qualquer prova contra o inglês.

Em julho do mesmo ano o caso sofre uma reviravolta, com o levantamento da hipótese de Maddie ter sido morta no apartamento da praia da Luz. A polícia britânica, que entretanto começou a colaborar com as autoridades portuguesas, trouxe dois cães ao país que detetaram odores de sangue e cadáver tanto no apartamento de férias dos McCann, como na viatura que estes alugaram. O casal acabou por ser constituído também ele arguido no caso sob alegadas suspeitas de homicídio e ocultação de cadáver, contudo não chegaram a ser deduzidas acusações formais.

Depois do regresso dos McCann e dos seus outros dois filhos a Inglaterra, e com estes a afirmarem que iriam continuar a procurar a filha desaparecida, as notícias sobre o caso continuaram. Desta vez, centradas na possibilidade de poderem vir a ser

realizados mais inquéritos, no âmbito dos resultados finais aos vestígios e odores encontrados no apartamento do aldeamento onde Maddie foi vista pela última vez. Em janeiro do ano seguinte, já com os resultados definitivos apurados, os *media* começaram a noticiar que provavelmente o sangue encontrado pelas autoridades pertencia mesmo à criança desaparecida, no entanto não seriam o suficiente para formalizar uma acusação sólida contra os McCann. Dois meses depois, o casal apresenta queixa contra vários órgãos de comunicação social por difamação, e assim consegue que lhe sejam atribuídas algumas indemnizações.

Em Portugal, o Ministério Público encerra a investigação a 21 de julho de 2008 devido à falta de provas contra qualquer um dos três arguidos referidos anteriormente. No entanto, o caso continuou a ser mediatizado.

Várias pessoas começaram a dizer que tinham visto a criança desaparecida em vários cantos do mundo, e os jornais não ignoraram isso. Além disto, surgiram também notícias de que a polícia britânica, que entretanto ficou com o caso, teria novos suspeitos. Em maio de 2009, alguns *media* noticiaram a existência de um novo suspeito no processo: um pedófilo britânico que se encontrava alegadamente a viver em Tavira, a cerca de uma hora da Praia da Luz, na altura do desaparecimento.

Em janeiro deste ano, o caso continuou a dar que falar, e foi noticiado pela imprensa britânica que a polícia inglesa tinha encontrado mais três suspeitos, e viria a Portugal fazer alguns inquéritos. Em fevereiro, a comunicação social continuou a cobrir o desaparecimento, desta vez porque se começou a especular que a Polícia Judiciária andava atrás de um ex-motorista do apartamento de férias dos McCann, e que estava a trabalhar na noite em que a criança desapareceu.

Pode-se dizer que o caso de Madeleine McCann atingiu uma cobertura mediática sem precedentes, quer no nosso país, quer em outros países estrangeiros. Muito se falou na menina desaparecida, muito se especulou sobre o que lhe teria acontecido, quem a teria raptado ou morto. Várias notícias surgiram sobre campanhas organizadas pelos McCann a fim de angariar fundos para encontrar a filha. Vários retratos robots da criança foram publicados pelos *media* depois desta ter desaparecido. Vários suspeitos no caso foram também eles alvos de cobertura noticiosa. Desde o seu desaparecimento até ao dia de hoje que Maddie é notícia em

vários pontos do mundo. A dúvida é: será que o caso foi devidamente noticiado pelos *media*? Ou será que estes, sobretudo os sensacionalistas, moldaram a cobertura do caso num formato que funde informação com entretenimento (Surette e Otto, cit em Machado e Santos, 59) e criaram uma perspectiva distorcida da realidade e do próprio sistema de justiça criminal, em particular do português?

Conclusão de um estudo de Helena Machado e Filipe Santos

“Temos a impressão de que a pressão dos jornalistas, quer exprimam as suas visões ou os seus valores próprios, quer pretendam, plenamente de boa-fé, fazer-se porta-vozes da ‘emoção popular’ ou da ‘opinião pública’, orienta por vezes muito fortemente o trabalho dos juízes” (Bourdieu, 1997, 62)

Num estudo feito por Helena Machado e Filipe Santos, os autores concluem que por vezes, as representações feitas pelos *media* acerca do sistema de justiça e dos atores envolvidos em certos casos criminais, como o do desaparecimento de Madeleine McCann, podem constituir exemplos daquilo a que chamam de “drama público” e “juízo mediático”.

Helena Machado e Filipe Santos estudaram as formas como foram feitos os relatos noticiosos em relação ao desaparecimento de Madeleine McCann, por parte de dois jornais portugueses: o Público e o Correio da Manhã.

De acordo com estes autores, a mediatização do desaparecimento de Maddie foi tal, que acabou por originar uma forte angústia e preocupação coletiva por parte das audiências, que através dos relatos noticiosos do caso, foram “convidadas a experienciar os sentimentos de vitimização dos pais da criança, bem como repugnância e condenação moral contra eles quando surgiram nos *media* suspeitas do seu envolvimento no desaparecimento da própria filha” (Machado e Santos, 2010, 62-63).

A escolha dos autores pelo Público e pelo Correio da Manhã deveu-se ao facto dos dois representarem polos distintos no que diz respeito ao estilo, público-alvo,

acesso e uso de fontes, e “equilíbrio entre direito de informação e ética de conduta”. Por outras palavras, devido ao facto de um ser o representante da imprensa de referência em Portugal, e outro da imprensa popular. Enquanto o Correio da Manhã se dirige, essencialmente, a leitores com rendimentos mais baixos e uma taxa de escolarização menor, o Público faz o contrário (2010, 64). De acordo com Bourdieu (cit em Machado e Santos, 2010, 64), as diferenças existentes nos públicos-alvo dos jornais representam o seu estilo. Neste caso, em particular, podemos verificar que enquanto o CM privilegia as “novidades”, de preferência sensacionalistas, e tem um estilo de cobertura mais vivido e de entretenimento, o Público dá preferência à “objetividade” e “novidade”, e produz notícias mais longas com um foco maior na Política e Economia (2010, 64 e 65).

Depois da análise das notícias publicadas em ambos os jornais, entre Maio de 2007 a Julho de 2008, data em que foi encerrado o inquérito judicial do caso, Machado e Santos concluem que, enquanto o Correio da Manhã “tirou partido da natureza dramática do caso, construindo uma narrativa serializada com episódios diários”, o Público “adotou uma postura mais informativa” e focou-se “na produção de artigos diretamente ligados a estes eventos”. Além disto, os autores concluem que houve um impacto no número de exemplares vendidos de cada jornal, resultante da cobertura mediática do caso de Madeleine McCann. Enquanto a imprensa popular (CM) verificou um aumento na sua circulação, o Público assistiu a um decréscimo da mesma (2010, 66 e 67).

Outra das coisas apontada por Machado e Santos, que reflete também ela as diferentes políticas editoriais de cada jornal, foi a seleção de temas e assuntos que ambos fizeram. Enquanto o Público fez uma abordagem mais crítica e reflexiva do caso e se focou essencialmente no fenómeno mediático do mesmo, o Correio da Manhã optou por uma abordagem mais sensacionalista e por dar mais relevância ao tema a que os autores chamaram de “científico” devido à sua “ressonância com as imagens e referências culturais associadas a dramas televisivos, tais como o CSI: Investigação Criminal” (Machado e Santos, 2010, 68-69).

Ao contrário do Público, que ignorou especulações e declarações anónimas e citou frequentemente fontes oficiais (tanto da polícia como dos McCann) e não

publicou qualquer notícia do caso em julho de 2007, por exemplo, Helena Machado e Filipe Santos, concluíram que o CM procedeu a uma cobertura exaustiva do caso, chegando a haver uma altura em que qualquer passo dos McCann e da polícia era notícia, “como um *reality show* serializado” (2010, 70).

Entre maio e julho de 2007, os McCann organizaram uma campanha para encontrar a filha e outras crianças desaparecidas que, entre outras, suscitou declarações do papa. O Correio da Manhã, lê-se no estudo destes dois autores, “retratou a dolorosa vitimização dos McCann por um alegado raptor” ao contrário do Público, onde as narrativas forma construídas de “forma menos emocional” (2010, 71).

Após terem sido encontrados odores de cadáver e sangue no apartamento de férias e no carro alugado dos McCann, os autores chamam a atenção para as diferenças encontradas nas produções noticiosas de cada jornal acerca do acontecimento. Enquanto o Público se focou na aparente falta de explicações para os fluidos corporais encontrados e para o fato destes não constituírem uma prova suficiente contra os McCann, o CM mudou o seu discurso, focou-se na existência da prova e, através de verbos como “mataram, esconderam e simularam”, apelaram às reações emocionais das audiências – **ver figura 1** (2010, 72).

Caso Madeleine McCann: Vestígios de sangue no carro decisivos

Suspeitos de matar e esconder Maddie

Kate e Gerry são formalmente suspeitos da morte e da ocultação do cadáver de Madeleine. O sangue encontrado no carro do casal, que só foi alugado 25 dias depois de a menina ter desaparecido, fez mudar todo o cenário. A convicção da Polícia Judiciária é agora de que foram os pais que mataram a criança, esconderam o corpo e depois simularam o rapto.

08 de Setembro 2007, 13h00 ☆ Nº de votos (0) 💬 Comentários (76)

Por: Tânia Laranjo / Henrique Machado / Paulo Marcelino / João Saramago

Like Sign Up to see what your friends like.

Share 0

Com: Kate pagam, não consideram as acusações

Tamanho Letra A- A+ ✉ Enviar

🖨 Imprimir 🔗 Partilhar

💬 Comentar 🗨 Ler Comentários

URL <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/exclusivo->

COMENTÁRIO MAIS VOTADO

"Desde o início deste caso que sempre imaginei algo não estar bem! A comprovar-se tais suspeitas sobre o casal, na posição do Ministério Público congelaria de imediato todas contas bancárias (donativos) do casal, até porque pergunto quem vai pagar os milhões de euros gastos em todo este processo. Que tal pedir comparticipação de € ao governo Inglês. É que somos nós contribuintes que estamos a pagar!"

Rui Tavares
08 Setembro 2007

Figura 1 – parte da notícia publicada no CM a 8 de setembro, e exemplo de uma reação de um leitor à mudança de discurso do jornal

Relativamente às reações do público em relação ao envolvimento dos McCann no desaparecimento da própria filha, e de acordo com a análise feita pelos autores já citados, o Público referiu uma fonte que apontava os McCann como alvo de um “julgamento mediático”, ao passo que o Correio da Manhã deu mais voz a opiniões que apontavam para a ausência de sofrimento visível por parte de Kate McCann, que poderia ser entendida como um sinal de culpa – **ver figura 2** (2010, 72-73).



Caso Madeleine McCann

PJ acredita que Kate matou a filha

Madeleine poderá ter sido agredida. Mas também poderá ter morrido na sequência de um acidente, depois de ter sido sedada para dormir. É esta a convicção da Polícia Judiciária, que acredita ter sido Kate que matou Maddie, de forma accidental ou consciente. As certezas não existem, apenas indícios que apontam para a mãe da criança. Pelo seu comportamento, pela forma como agiu relativamente ao desaparecimento da filha, pelos odores a cadáver e vestígios forenses recolhidos pela polícia científica.

10 de Setembro 2007, 13h00 ★ Nº de votos (0) 💬 Comentários (139)

Por: Eduardo Dâmaso / Tânia Laranjo / Paulo Marcelino / Ângela Lopes / Henrique Machado / Ana Luísa Nascimento / J.S.

[Like](#) Sign Up to see what your friends like.

Tamanho Letra A- A+ ✉ Enviar

🖨 Imprimir 🔗 Partilhar

💬 Comentar 🗨 Ler Comentários

URL <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/exclusivo->

COMENTÁRIO MAIS VOTADO

"Esta Kate Mcann não é muito esperta! Sabe perfeitamente como manipular a comunicação social inglesa. Deu uma entrevista ao Sunday Mirror entre quinta e sexta-feira, (mesmo antes de ser constituída arguida) em que se faz de vítima e faz acusações do arco da velha à polícia portuguesa dizendo: "A polícia portuguesa está a ficar sem orçamento para esta investigação e pretende que ela termine!"

Ana Mafalda Morgado
10 Setembro 2007

Figura 2 – parte da notícia publicada no CM a 10 de setembro, e exemplo da reação de um leitor às suspeitas sobre Kate

Depois da descoberta dos fluídos corporais, o CM mudou então o seu discurso em relação aos McCann, e em particular a Kate, que passou de “vítima culpada” (por ter deixado a filha sozinha enquanto dormia) a “mulher histérica” (2010, 73).

“Ponderando a possibilidade de que Kate possa ter estado envolvida na morte de Madeleine, a narrativa do Correio da Manhã procurou os sinais da sua personalidade que pudessem justificar tal facto e, assim, tornar a situação menos perturbadora para os leitores, aos quais tinham sido facultadas representações mediáticas de uma mãe em sofrimento” (Machado e Santos, 2010, 73)

Outra das coisas a que o CM deu especial importância, e que foi referida por Machado e Santos, foi o papel desempenhado pela PJ no caso.

“Como num episódio da série CSI no qual os cientistas/ detetives dão voz às suas teorias e conjecturas, explicam procedimentos laborais e realizam interrogatórios com os suspeitos, as atividades e opiniões da Polícia Judiciária tornaram-se o foco da atenção para o Correio da Manhã” (Machado e Santos, 2010, 74)

Além disto, os autores realçam ainda o facto do Público ter utilizado geralmente fontes oficiais e identificadas, e o Correio da Manhã ter-se focado essencialmente em opiniões e “declarações de fontes próximas da investigação”, o que, segundo os mesmos, contribuiu para o “drama público” e “julgamento mediático” (2010, 74).

Por fim, Helena Machado e Filipe Santos fazem referência à importância que ambos os jornais deram às provas de ADN recolhidas. O Público “não retratou a prova como evidência categórica do homicídio, mas antes sublinhou o carácter probabilístico de tal prova”. Já o CM construiu um discurso “assente na eficiência e certeza associada com representações ficcionais da ciência forense, nomeadamente no CSI”, o que “convidou as audiências a ‘tomar partido’ uma vez mais. A prova foi projetada como ‘forte’ no sentido de possibilitar a transformação da perceção pública dos McCann de vítimas a possíveis suspeitos (2010, 74 e 75).

O Caso do Correio da Manhã

História do Jornal

O Correio da Manhã, ou CM, é um jornal diário português que pertence ao grupo Cofina, um dos maiores grupos de *media* em Portugal, líder no domínio da imprensa, mas que ambiciona deter uma forte presença em todos os segmentos de *media*.

Chegou às bancas pela primeira vez a 19 de Março de 1979 para preencher uma lacuna na imprensa portuguesa, onde não existia nenhum tablóide, e foi criado pelo jornalista Vítor Direito, seu primeiro diretor.

O nome “Correio da Manhã” surgiu da vontade de fugir à regra, já que na altura, existiam o “Diário de Notícias”, o “Diário Popular” e o “Diário de Lisboa”. Várias propostas para o nome do jornal estiveram em cima da mesa. Os criadores, que como certo tinham apenas que o jornal não se chamaria “Diário”, acabaram por escolher, por unanimidade “Correio da Manhã”.

Este órgão de comunicação social estava, inicialmente, sediado numa cave perto do Príncipe Real, em Lisboa.

“Privado e independente”, segundo as palavras do seu fundador e primeiro diretor, Vítor Direito, o Correio da Manhã desde cedo se assumiu como um jornal que dá prioridade essencialmente a assuntos do quotidiano.

Entre 1980 e 1981 a redação começou contudo a fazer uma cobertura noticiosa mais abrangente, alargando-se às regiões autónomas, ao centro e sul do país. A periodicidade diária e a introdução de um suplemento ao domingo (uma revista de carácter generalista) transformaram o “Correio da Manhã” no jornal mais procurado em Portugal. Este facto conduziu a uma mudança de instalações, e a sede do diário passou a ser num edifício maior, na Avenida Mouzinho da Silveira, também em Lisboa.

Em 1991, Agostinho de Azevedo foi nomeado como Diretor do jornal e Vítor Direito passou a ser o Presidente Diretor Geral. No ano seguinte, o Correio da Manhã destacou-se entre os jornais portugueses com a impressão da capa a cores, e um maior

número de páginas. Voltou-se a registar um crescimento progressivo nas vendas que levou a uma nova mudança de instalações, desta vez para um prédio de oito andares na Avenida João Crisóstomo.

A partir de 1998, o CM, além do papel, começou a apostar também na multimédia através do portal Netc, para que os leitores pudessem estar mais próximos do jornalista e vice-versa.

Até 2002, este órgão de comunicação passou a estar *online* de forma autónoma, disponível com todas as notícias presentes na edição impressa e com atualizações.

João Marcelino, que entretanto fora nomeado Diretor do jornal foi substituído por Octávio Ribeiro, que se mantém a liderar o jornal até aos dias de hoje.

Numa entrevista dada ao Jornal Público, Octávio Ribeiro, diretor do Correio da Manhã desde 2007, caracteriza o jornal como “generalista, que privilegia a notícia e estabelece um elo de estreita confiança com os leitores”. Acrescenta ainda que o CM busca “o pulsar do país, dia após dia”, e tem uma “história repleta de génio, esforço, trabalho e sucesso”.

Há muito que o CM é o jornal que mais vende em Portugal. Segundo dados divulgados pela Associação Portuguesa de Controlo de Tiragem relativos ao primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto bimestre de 2013, o Correio da Manhã continuou a ser o jornal com maior tiragem no país.

Desde que Octávio Ribeiro se tornou diretor da publicação, que foram introduzidas várias alterações no jornal. Passou a haver uma aposta mais forte no meio *online*, no jornalismo de investigação, num painel de opinião, e também na televisão. Em Março do ano passado, o jornal lançou um canal generalista (CMTV), em parceria com o *Meo* disponível no canal 8.

Atualmente, a sede do Correio da Manhã encontra-se localizada no Arruamento D à Rua José Maria Nicolau, em Benfica, também na capital.

Organização e Funcionamento

Todos os dias, os jornalistas do CM chegam à redação, que está aberta todo o dia e, depois de consultarem a agenda e verificarem os serviços que têm marcados, sentam-se na sua cadeira para começar mais um dia de trabalho. À sua frente têm um computador, onde podem pesquisar informações sobre o que vão fazer, e escrever as palavras do dia. Podem ter que sair da redação, um espaço amplo e aberto, envolto num ambiente limpo, bem iluminado e com sistema de ar condicionado, ou não. De um lado, têm um telefone, blocos de notas e canetas. Do outro, folhas de papel com rabiscos de serviços anteriores e alguns jornais. Estes podem ser consultados e tirados à entrada da redação, onde existe uma mesa com vários molhos deles. Cada secção tem acesso a todos os jornais do dia, e funciona de maneira diferente.

Mais ao menos ao centro da redação, existe um grande círculo de mesas cobertas de computadores e telefones para a direcção e alguns jornalistas da CMTV. Uma, no entanto, é reservada para a pessoa que estiver a fazer o “Radar”, no dia. Nessa existem mais ecrãs do que nas outras, cada um sintonizado com um canal de informação diferente, e várias agências noticiosas, como a Lusa, ou a Reuters. De acordo com o Miguel Martins, um dos editores da secção “Online” do jornal, “o Radar é um ponto nevrálgico no sistema de distribuição das notícias para as várias plataformas do CM” e por isso a chefia entendeu que todos os estagiários deviam ter contacto com este serviço, “de forma a poderem não só perceber a importância do mesmo, mas ganhar a dinâmica de consulta da atualidade de uma forma global, além de contribuírem para o processo de *newsmaking*”. Assim, foi estabelecida uma escala para todos os estagiários, com os dias e os turnos em que tinham que trabalhar no Radar. O turno da manhã começava às 08h00 e acabava às 16h30. O da tarde começava às 16h30 e acabava às 00h30. A função da pessoa que está no Radar é estar atenta ao que os outros órgãos e agências de comunicação, nacionais e internacionais, estão a noticiar. Depois, é seleccionar o mais importante e alertar as respetivas secções do jornal, para ver se já escreveram sobre isso ou não. Avisar o Online e a Televisão sempre em primeiro lugar. Por vezes, quando há falta de pessoas nas secções, quem está no “Radar”, tem que escrever algumas peças, sobretudo para o “Online”. Por

estes motivos, apesar de ter ficado a trabalhar na secção “Portugal”, fiz “Radar” algumas vezes, o que me permitiu escrever algumas coisas para o “Online”, sobre outros temas que a secção onde estava não abrangia.

À volta deste círculo, estão espalhadas várias outras mesas compridas, cada uma para uma secção diferente do jornal. Existem mesas para a secção do Desporto, do Online, da Política, Portugal, Mundo, Sociedade, Vidas, Economia, Cultura, Televisão e *Media*. Um grupo de pessoas encarregue de fazer a Agenda, outro a quem compete a paginação e revisão do jornal, e os chefes de redação, também têm ali uma mesa.

Com a chegada da CMTV, passou também a haver um espaço dedicado a todos aqueles que trabalham em programas informativos do canal.

São várias as televisões espalhadas por toda a redação. Todas estão ligadas ou sintonizadas em canais ou programas informativos diferentes. Desde a SIC Notícias e a RTP Informação, à BBC e à CNN.

A disposição da redação, em “*open space*”, facilita muito, e segundo os jornalistas, a comunicação entre eles e os seus superiores, e melhora muito o ritmo de produção de notícias. Como existem mesas onde estão os jornalistas de cada secção, os editores só têm que se virar para trás ou para o lado, se e quando quiserem falar. Não precisam de fazer reuniões formais de secção, a menos que seja para fazer uma reestruturação ou outra coisa igualmente importante.

Por dia, são feitas algumas reuniões importantes na rotina do Correio da Manhã. A primeira é feita de manhã, por volta das 11h00, entre os editores de cada secção e o diretor do jornal em horário de expediente. Ali, discutem-se várias coisas. Revêem-se as apostas lançadas no dia anterior e, depois de se atualizarem as informações, decide-se o que vai abrir o jornal no dia seguinte. Com essas apostas, os editores de cada secção desenham as suas páginas e distribuem conteúdos pelos jornalistas. Além disso, os editores ainda escolhem, durante o dia, as fotografias das páginas, atendem fontes e leitores, falam com os correspondentes do CM que estão noutros pontos do país, e editam os textos dos jornalistas. Sempre que for possível

preparam a agenda da secção para o dia seguinte. Na secção “Portugal”, por exemplo, essa tarefa era mais difícil devido à imprevisibilidade dos acontecimentos que cobre.

À tarde, por volta das 18h00, existe outra reunião importante na rotina da redação, com os mesmos protagonistas. Nesta planeiam-se as apostas de cada secção para o dia seguinte, e apresentam-se sugestões para a primeira página do jornal. Também se analisa o que correu bem e mal na edição do dia. Cabe aos elementos da direcção fazer a revisão da última página do jornal, e decidir quais é que vão ser as notícias que vão ter uma chamada de atenção na primeira. De realçar que estas duas páginas ficam suspensas e só são decididas no final do dia, devido aos acontecimentos noticiosos de última hora que podem surgir a qualquer momento.

Por vezes, quando surgem perto da hora de fecho da edição e não há tempo para fazer grandes alterações no jornal, o que se faz é escrever uma breve na última página que depois é retomada e reescrita com mais precisão e rigor no dia seguinte, sempre que se justifique. Há situações contudo, em que a importância de determinados acontecimentos é tal para o jornal, que a hora de fecho da sua edição acaba por ser prolongada (em dias normais fecha por volta das 19h00). Quando se quer abrir com notícias relacionadas com o Desporto e jogos importantes que acontecem ao final do dia, por exemplo.

Às vezes, também se acaba por ter que mudar o jornal todo, mesmo que a edição já tenha sido fechada, em função de alguns acontecimentos relevantes (para o jornal) que ocorrem ao final do dia. Lembro-me de, num dia de estágio, o jornal estar a fechar a sua edição, quando ocorreu um duplo homicídio seguido de suicídio em Loures. O jornal já estava todo escrito, mas teve que ser alterado em função do crime que, no dia seguinte, ocupava as páginas mais importantes da publicação (as de abertura – “Atualidade”, que são as primeiras). Foi uma verdadeira corrida contra o tempo, e todos os jornalistas, mesmo que de diferentes secções pareciam estar empenhados em noticiar o crime e alterar o jornal. Enquanto uns redenhavam a primeira página, outros iam falando ao telefone com colegas no local e escrevendo no jornal consoante as informações que recebiam. Eu ia vendo televisão e apontando o depoimento de algumas pessoas que conheciam as vítimas para depois dar aos jornalistas que iam escrevendo as peças. Havia quem estivesse a fazer o mesmo que

eu, mas a partir de outro canal informativo. Outros reescreviam ou reeditavam o que estava anteriormente nas primeiras páginas da publicação para outro sítio. Havia quem estivesse no local já a cobrir o caso para a televisão, ou a tentar saber mais sobre a vida pessoal dos envolvidos. Na redação ia-se ainda procurando fotografias do homem e das mulheres que matou, etc.

É importante que o jornal esteja pronto à hora de fecho da sua edição, porque como me explicou uma vez um dos chefes de redação, Paulo Santos, “enviar o jornal para a gráfica depois da hora prevista, e adiar a hora de fecho do jornal é uma coisa que só fazemos quando é mesmo necessária, pois envolve custos muito grandes”. De acordo com o que me explicou, a gráfica onde o Correio da Manhã é impresso, é a mesma onde são impressos outros jornais. Todos à mesma hora. Enviá-lo por isso depois do tempo previsto é mau para o jornal porque depois a gráfica tem que ligar as máquinas só para o imprimir a ele, e isso torna-se muito caro.

Mas voltando às tarefas que cabem a todos os protagonistas que participam no processo de fazer notícias na redação do CM. Aos jornalistas cabe sobretudo sair em reportagem, escrever sobre os serviços que têm marcados na agenda, ou lhes foram atribuídos e, entre outras coisas, realizar rondas telefónica. Na secção “Portugal”, dedicada essencialmente aos crimes como homicídios, corrupção, detenções, julgamentos, assaltos, tráfico de droga e violações, fazem-se várias destas rondas por dia. Normalmente quatro. Umas vezes mais, outras menos.

Ir fazer uma ronda telefónica significa que um jornalista vai ligar a várias fontes para saber se há ocorrências relacionadas com a secção à qual pertence a registar.

Na secção “Portugal”, os jornalistas a quem compete realizar esta tarefa têm que ligar a várias entidades de segurança, como a GNR, a PSP, a PJ, os Bombeiros, Proteções Civis, Marinha, Exército, Força Aérea, entre outras. Em cada um destes sítios, geralmente, está uma pessoa encarregue de falar e de dar informações, sempre que relevantes, à comunicação social.

“O mundo cansou-se de pregadores e sermões. Hoje, o mundo pede factos. Está cansado de fadas e anjos, pede carne e sangue” (Schudson, 1987). E a verdade é que esta é a secção do Correio da Manhã mais apreciada pelos leitores. Dá para ver

isso, por exemplo, através do Online. As notícias relacionadas com o crime são quase sempre as que têm mais visualizações e comentários. Daí a forte aposta da publicação em assuntos relacionados com esta área – a criminal. Reflexo disso é que a secção “Portugal” além de ser das secções, se não a secção, que ocupa um maior número de páginas no jornal todos os dias, é ainda aquela que ocupa as primeiras páginas do mesmo, que semioticamente são tidas como as mais importantes, por serem, por norma, aquelas para onde os leitores olham em primeiro lugar.

Seja para escrever um texto, editar uma página ou fazer uma pesquisa, o computador é uma ferramenta essencial na produção do Correio da Manhã. Todo o processo de elaboração do jornal é realizado com o uso do computador. Desde as pesquisas de informações à escrita e edição de uma página. No CM, o programa que liga todos os jornalistas e está presente em todos os computadores da redação, é o Millennium. Este divide-se em três aplicações: Millennium Editor, onde são desenhadas, escritas e editadas as páginas do jornal, e onde estão guardadas, em arquivo, as edições anteriores à do dia; Millennium Pictures, onde estão as fotos dos fotógrafos que acompanham os jornalistas em serviço, depois analisadas e selecionadas pelos editores de cada secção; e Millennium News, onde um jornalista tem acesso, por exemplo, a todos os *takes* da agência Lusa, e pode pesquisar as informações que quiser segundo os critérios que preferir.

As últimas pessoas a abandonar a redação depois de um dia de trabalho, além dos chefes de redação e de alguns elementos da direção são, geralmente, os jornalistas do “Online”, da Televisão, ou quem está a fazer radar ou piquete.

Na redação do CM, todos os dias, dois jornalistas são encarregues de fazer piquete. Isso significa que, nesse dia, têm que entrar às 17h00 e sair à 01h00. E que, além de fazerem o mesmo que está a fazer a pessoa do “Radar”, têm que fazer uma ronda telefónica ao final da noite. Se nessa ronda tiverem conhecimento de alguma ocorrência relevante, ou vão para o local cobri-la, ou escrevem sobre ela no *site*, ou marcam um serviço na agenda para o dia seguinte a propósito do acontecimento, ou, em último caso, avisam simplesmente o chefe de redação sobre o ocorrido para que este decida o que vai fazer em relação a isso.

De uma forma muito sucinta, pode-se dizer que antes de chegar às bancas, um jornal passa por várias fases. E os textos escritos pelos jornalistas das diferentes secções também.

Na redação do Correio da Manhã, depois de recolherem todas as informações de que precisam, os jornalistas procedem à construção dos diferentes textos jornalísticos que vão compor a publicação do dia seguinte. Enquanto isto, a paginação vai moldando as páginas e o grafismo do jornal, com as caixas de texto para as peças secundárias e principais, os títulos, os subtítulos, os pormenores, as imagens e respetivas legendas, etc. Pelo menos na secção “Portugal”, é o editor quem escolhe depois os modelos de páginas que vai aplicar na secção. Os textos são todos escritos no Millennium pelos jornalistas e, mais tarde, corrigidos pelo respetivo editor, e também pela “Revisão”.

A “Revisão” é um espaço muito importante na rotina do Correio da Manhã. É aos revisores que cabe, entre outras coisas, a difícil tarefa de “harmonização do estilo de cada jornalista, de forma a obter uma uniformização estilística da publicação” (Carvalhas, 2013, 5).

Depois de verificados os conteúdos do jornal e corrigidos os erros ortográficos, a “Paginação” volta a aceder às páginas para reparar os últimos detalhes gráficos das mesmas. Feitas todas as mudanças, a Direção do CM, assim como os chefes e subchefes de redação, e os editores, avaliam o que foi alterado e aprovam, ou não, a modificação. A “Revisão” volta a verificar o jornal, desta vez em papel e, só depois da sua aprovação é que este é enviado para a gráfica.

Uma vez imprimidos todos os exemplares, procede-se à sua distribuição pelos diferentes estabelecimentos comerciais espalhados por todo o país. Assim, chega às bancas o Correio da Manhã, que tem quatro versões em papel: Norte, Aveiro, Algarve e Nacional. Estas não apresentam grandes discrepâncias entre si, a não ser nas notícias de índole regional. No entanto, obrigam a que os editores das várias delegações do jornal estejam em permanente comunicação. Afinal, é a eles que cabe a “função de coordenar os trabalhos realizados pelos redatores” e “a responsabilidade de ‘fechar’ o

número de páginas estipulado para a secção independentemente do fluxo de notícias neste dia” (Simão, 2007, 18). É aos editores que cabe fazer os desdobramentos do jornal, e é importante que todos comuniquem entre si, sobretudo quando são responsáveis pela mesma secção só que numa região diferente. Isto para evitar que haja uma repetição de peças na mesma versão do CM.

De realçar que apesar da forte aposta do jornal no meio *online* e agora também em televisão, daqui para a frente vou falar apenas da secção “Portugal” do jornal impresso, que foi aquela com a qual tive mais contacto.

A secção “Portugal”

Como já foi referido antes, a secção “Portugal” é o espaço noticioso do jornal impresso do Correio da Manhã, dedicado aos crimes, homicídios, corrupção, detenções, julgamentos, assaltos, tráfico de droga e violações. Na altura em que iniciei o estágio a secção era composta por um editor - o Henrique Machado; seis jornalistas – a Magali Pinto, o João Rodrigues, o João Tavares, a Sara Carrilho, a Joana Gomes Sá e o Miguel Curado – e outra estagiária – a Cátia Dias.

Por cobrir todos os acontecimentos que estão relacionados com o sistema de justiça, sobretudo o criminal, as principais fontes desta secção são, na sua grande maioria, e como também já foi dito anteriormente, várias entidades de segurança, como a GNR, a PSP, PJ, os Bombeiros, Proteções Civis, Marinha, Exército, Força Aérea, entre outras. Outros jornais, tanto nacionais como internacionais, algumas agências noticiosas, e alguns cidadãos, por vezes, também são fontes de informação do “Portugal”.

Enquanto estagiei faziam-se várias rondas telefónicas na secção, durante o dia. Normalmente, uma de manhã, outra antes e depois do almoço, uma a meio da tarde, outra ao final, e uma durante a noite. Todos os jornalistas da secção têm uma lista de contactos para quem devem ligar. Entre estes, estão as entidades que referi acima. O objetivo destas rondas era perguntar aos agentes oficiais do outro lado do telefone se tinham alguma ocorrência relevante a registar. Depois, explorar o tema, e escrever

sobre ele sempre que o editor assim entendesse. Grande parte dos assuntos posteriormente noticiados eram-nos dados no decorrer destas rondas telefónicas.

“O mundo cansou-se de pregadores e sermões. Hoje, o mundo pede factos. Está cansado de fadas e anjos, pede carne e sangue” (Schudson, 1987). E a verdade é que, de facto, e como já disse antes também, esta secção, do crime e do sangue, é das mais apreciadas pelos leitores. E isto vê-se, por exemplo, através de um contador de visualizações *online* que o site do jornal tem, e que ajuda a perceber quais são as notícias ou temas mais vistos, partilhados e/ ou comentados. As publicações que têm que ver com crimes, sexo, e por vezes desporto, destacam-se quase sempre das outras.

Por este motivo, a secção “Portugal” é o espaço noticioso que, no jornal, tem direito a um maior número de páginas. Além disto, é ainda a secção que aparece em primeiro lugar na publicação impressa do CM, que semioticamente é tida como a mais importante, e aquela para onde os leitores olham em primeiro lugar. Em contraste, as secções dedicadas à Política e à Economia, por exemplo, aparecem quase no final do jornal, e têm quase sempre uma ou duas páginas cada, menos de metade das páginas da secção “Portugal”. Entre outras coisas, isto prende-se também com a linha editorial do Correio da Manhã, e com a vertente sensacionalista do mesmo.

Trabalho Efetuado

Ao longo destes três meses de estágio foram várias as tarefas e os trabalhos que realizei. Estagiei sempre na secção “Portugal”, da redação do jornal em Lisboa, e por isso a maior parte dos artigos que escrevi estiveram quase todos relacionados com diversos tipos de crimes ocorridos em Lisboa e arredores. No entanto, também cheguei a fazer uma reportagem para a secção “Sociedade”, sobre uma corrida solidária que houve, entre Lisboa e Mafra, pelos 200 anos das Linhas de Torres. Na altura soube-se que o ministro Pedro Mota Soares ia participar na corrida, e por isso o jornal queria abrir a “Sociedade” com ela. Como não havia ninguém disponível nessa secção para cobrir a ocorrência, pediram-me a mim para fazê-lo.

Quem ia correr, tinha que parar em vários pontos durante a prova e, no jornal, nós tínhamos a hora aproximada em que as pessoas iam parar em cada sítio. Saí da redação com um fotógrafo de manhã, por volta das 11h00, e fomos ter ao ponto onde os participantes da corrida iam ter a seguir. Aí encontramos duas pessoas da organização. Enquanto o fotógrafo tirava algumas fotos, eu entrevistei os organizadores enquanto os participantes não chegavam. Os responsáveis pela prova disseram-me que o ministro afinal não estava a correr como pensávamos, tinha era ido dar o tiro de partida da corrida quando esta começou. Continuei a entrevistá-los e o fotógrafo a fazer algumas imagens, e quando os participantes chegaram entrevistei alguns deles para depois construir a minha reportagem com vários testemunhos. Quando cheguei à redação, ao final da tarde, contei à editora do “Online” o que se tinha passado, os testemunhos das pessoas que entrevistei, etc. Como o ministro não participava na prova como pensava, a reportagem deixou de ser abertura de secção, como estava previsto, e foi-me pedido que a escrevesse numa das páginas seguintes. Só que entretanto aconteceu alguma coisa que consideraram mais importante, e então copiaram o que tinha escrito para o Online, e no jornal fizeram apenas uma breve relativa à Corrida.

Por ter estado várias vezes no “Radar”, como já expliquei, também cheguei a escrever algumas coisas para o “Online” já que na altura também não havia ninguém disponível para o fazer.

Com o aparecimento do canal CMTV também me foi pedido algumas vezes que escrevesse alguns *offs* para o *pivô* do telejornal.

Na secção “Portugal”, uma das tarefas que me foi incumbida a partir do primeiro dia de estágio foi o acesso permanente às atualizações da agência Lusa, uma vez que esta está sempre a enviar para a base de dados da redação do CM, um historial das notícias que marcam o dia. O objetivo era seleccionar todas as que se encaixassem na secção para que depois o editor da mesma escolhesse as que queria explorar e/ ou publicar. De realçar que como o jornal tem várias versões impressas e

correspondentes em todos os cantos do país, e uma vez que estagiei na redação de Lisboa, foi-me pedido que estivesse especialmente atenta a todos os acontecimentos ocorridos na capital e arredores.

No caso de encontrar alguma história que interessasse à secção, mas fosse de outra região que não Lisboa, o objetivo era avisar os jornalistas da delegação dessa zona, ou um dos correspondentes que o jornal tem espalhados pelo país (importa mencionar que o CM tem várias delegações – uma em Braga, outra em Coimbra, outra no Porto, uma em Viseu, Leiria, Évora, Faro e Portimão).

Da mesma forma que tinha que consultar constantemente a Lusa, também tinha que estar constantemente atenta às plataformas *online* de outros jornais, nacionais, internacionais e regionais, e aos sites das entidades de segurança, principais fontes da secção. A minha conta de correio eletrónico do jornal, que me foi criada e facultada desde o primeiro dia de estágio, e que todos os dias ficava completamente cheia, também servia, muitas vezes, de fonte noticiosa, já que muitas das entidades que mencionei anteriormente, enviavam comunicados a que todos os jornalistas da redação tinham acesso através dos seus *e-mails*.

Depois de consultadas todas as notícias e/ ou comunicados relacionados com a secção, os jornalistas da secção “Portugal” tinham como tarefa tratar das informações daí extraídas, explorá-las, e escrever, por fim, os seus artigos. Aqui, havia uma especial preocupação de todos os jornalistas em “simplificar” a informação, sobretudo a que provinha dos comunicados das várias entidades de segurança, para que esta pudesse ser lida e entendida por um maior número de pessoas.

Sempre que ouvisse o telefone da secção tocar, foi-me pedido que o atendesse sem hesitações, porque a partir daí podia ter conhecimento de um caso qualquer que podia “resultar ou numa breve, ou numa abertura de página ou do jornal”, como me disse uma vez o jornalista João Rodrigues.

Passei grande parte do meu estágio dentro da redação a falar ao telefone. Todos os dias passava horas a atendê-lo ou a fazer chamadas. Atendia, normalmente, a outros jornalistas do CM que ligavam para saber se a secção já sabia de determinado acontecimento, ou se já tinha escrito sobre determinado caso. Também atendi a vários

leitores, que ligavam ou para saber mais sobre uma notícia qualquer que entretanto fora publicada, ou para reclamar sobre as mesmas, ou para elogiá-las, ou para nos dar conhecimento de certas “histórias” que achavam relevantes sair no jornal.

Ligava sobretudo a fontes oficiais da GNR, da PSP e PJ, aos Bombeiros, Proteções Civis, Hospitais, INEM, entre outras. E também a várias pessoas envolvidas nos casos que me calhavam noticiar. Por exemplo, em caso de acidentes ou crimes, tinha muitas vezes que falar com familiares ou amigos das vítimas para saber determinadas informações. Antes de começar a escrever para o jornal impresso, a equipa de jornalistas da secção, aconselhou-me a fazer uma pesquisa relativa às temáticas que eram frequentemente abordadas, para além de uma leitura das peças que eram escritas por outros jornalistas na secção “Portugal”. Isto para que me conseguisse familiarizar o quanto antes com o estilo e o tipo de escrita da publicação.

Ao longo do estágio escrevi várias coisas para a secção “Portugal”, desde rodapés, a colunas, fotos-legendas, orelhas, breves, fotos e frases de fecho, valas na última página do jornal, e aberturas de páginas. Normalmente, o que escrevia era construído de raiz a partir ou de comunicados de imprensa, ou de *takes* da lusa, ou de informações provenientes das rondas telefónicas, ou de determinadas chamadas recebidas por civis que forneciam notícias, etc.

Nos casos em que não tinha informação relevante para ocupar os espaços do jornal que me eram atribuídos, tinha que arranjar de forma autónoma contactos – embora às vezes pedisse a ajuda de outros jornalistas para os obter – para proceder à realização de telefonemas em busca de mais informações que, sempre que surgiam, tinha que transmitir ao editor. Era quase sempre um critério seu decidir se devia incluí-las no meu texto ou não.

De realçar que a frase de fecho da secção (**figura 3**) é uma pequena frase dita por uma pessoa qualquer conhecida no seio das autoridades, sobre um tema que esteja a ser cobrido pela secção “Portugal”. Encontra-se na última página dedicada à secção, no canto inferior direito. Para a “encontrar”, tinha que fazer várias pesquisas sobretudo nos *sites* da TSF e Rádio Renascença. Quando visse alguma declaração pertinente ligava à pessoa em questão e fazia duas ou três perguntas relacionadas com

o tema em causa. Depois, era só escolher uma frase sobre o assunto, que fosse pertinente, e que encaixasse no espaço que me era destinado.



Figura 3 – frase de fecho da secção “Portugal”, publicada na edição do CM de dia 14 de junho de 2013

De realçar ainda que a agenda da secção (**figura 4**), ao lado da frase de fecho da mesma, tinha que estar a par, entre outras coisas, das atividades realizadas pelas diferentes forças de segurança (desde exposições em museus, a treinos, eventos, aniversários, palestras e operações). Por este motivo, sempre que a fazia, tinha que consultar os vários *sites* destas entidades, e respetivas agendas. Depois, era escolher os eventos mais relevantes do dia (em que o jornal ia ser publicado, ou seja, o dia seguinte aquele em que estava a escrever), e do dia a seguir. E que a orelha (**figura 5**) é sempre uma pequena notícia escrita no cabeçalho de abertura da secção, normalmente sobre o número de acidentes rodoviários, mortos e feridos daí resultantes, que a GNR registou no dia anterior, e disponibiliza sempre no seu *site*, ou então sobre o número de condutores apanhados a conduzir com uma taxa de álcool no sangue.

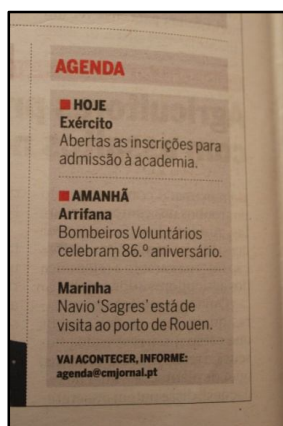


Figura 4 – Agenda da secção “Portugal” da edição do Correio da Manhã de 14 de junho de 2013

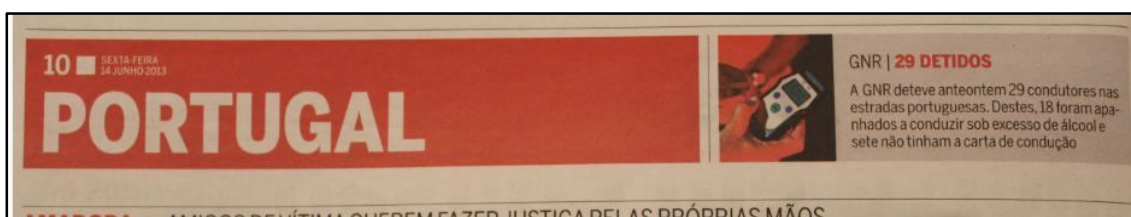


Figura 5 – Orelha da secção “Portugal” da edição do Correio da Manhã de 14 de junho de 2013

Todos os dias, alguém de uma determinada secção era responsável por ver ainda um determinado telejornal. A secção “Portugal” era a responsável pelo telejornal da TVI, e por isso, todos os dias, alguém da secção tinha que o ver, fazer o seu alinhamento, e entregá-lo ou dizê-lo a um dos chefes de redação que estivesse a trabalhar. O objetivo era saber se o CM já tinha publicado tudo o que tinha sido noticiado por outros meios de comunicação nesse dia. Por este motivo, fiquei muitas vezes na redação para ver o telejornal da TVI.

É difícil falar em rotina quando se fala num jornal como o Correio da Manhã, que todos os dias luta para dar uma grande quantidade de notícias exclusivas e de preferência em primeira mão, já que todos os dias de redação são diferentes e dependem muito daquilo que acontece. É mais difícil ainda falar de rotina quando se fala na secção “Portugal”, já que a maior parte dos acontecimentos que esta cobre, não se podem prever.

Os dias são coordenados pela atualidade, e a rotina e os horários dependem muito daquilo que está a acontecer. No entanto, foi-me estipulado pelo editor da secção “Portugal” que trabalhasse ou das 10h30 às 19h00; ou das 14h00 às 21h30, com dois dias de folgas por semana. Na prática, contudo, estes planos nem sempre eram cumpridos. Às vezes tinha uma folga numa semana, e três noutra; entrava antes ou saída depois, etc.

Não foi muito difícil adaptar-me quer à redação, quer à secção. Antes deste estágio, já tinha feito outro na redação do Porto do Jornal de Notícias, e por isso já estava habituada a muitos dos hábitos que encontrei no Correio da Manhã. Além disso, fui bem recebida por parte dos meus colegas de trabalho do CM, sobretudo da

secção onde fiquei, o que também contribuiu para que a minha integração no jornal não tivesse sido difícil.

Balanco final do Estágio – Pequenas Reflexões

Depois de três meses a trabalhar enquanto jornalista estagiária na secção “Portugal” do Correio da Manhã, em Lisboa, foi-me possível aprender imensa coisa acerca do funcionamento da mesma. Daqui para a frente deixo alguns tópicos onde explico melhor o que fiz e onde faço algumas reflexões, que são o fruto da minha experiência e observação nesta redação, e que estão relacionadas com o tema deste trabalho.

Crítérios de Noticiabilidade

Como já referi anteriormente, a secção “Portugal” é o espaço noticioso do Correio da Manhã, dedicado ao crime e, como os próprios jornalistas da publicação dizem, ao “sangue”. São notícia nesta secção diversos acontecimentos, desde os vários tipos de acidentes (rodoviários, naturais, de trabalho, entre outros), a assaltos, furtos, arrastões, homicídios, suicídios, violações, tráfico, sobretudo de droga, etc.

Na redação do CM em Lisboa, a secção “Portugal” dá prioridade aos acontecimentos que ocorreram na capital e arredores, devido ao facto do jornal ter jornalistas noutros pontos do país a cobrirem essas zonas, e várias versões da publicação em papel.

Uma vez que os assuntos são quase sempre os mesmos todos os dias, dá-se sempre mais destaque aos casos que forem de maior amplitude. No caso de acidentes rodoviários, por exemplo, dá-se sempre um destaque maior àqueles que forem considerados mais graves, por envolverem um maior número de vítimas, ou de viaturas. Além disto, dá-se ainda mais destaque aos acontecimentos nos quais os leitores se possam envolver, como é o caso, por exemplo, de certas manifestações,

que houve ou vai haver. Ou então com os quais os leitores se possam identificar e envolver emocionalmente. Isto acontece quando, por exemplo, algum dos envolvidos em determinado acontecimento tem características com as quais os leitores se possam identificar, e enfatiza-se sobretudo através da linguagem que os jornalistas usam e na descrição que fazem dos seus protagonistas.

Quando este tipo de acontecimentos envolve alguém conhecido ou de um estrato social mais elevado, então a notícia também irá ter um destaque maior.

Uma vez, durante o estágio, a agência lusa enviou um *take* para o jornal a dizer que tinha ocorrido uma colisão entre duas viaturas, e que daí tinha resultado um morto, no Algarve. A jornalista Tânia Laranjo pediu-me para tentar descobrir o quanto antes melhor, quem é que tinha morrido, porque “se fosse, por exemplo, um toxicodependente dávamos uma breve, mas se fosse um presidente de uma junta qualquer dávamos uma página”.

O jornal não noticia suicídios salvo raras exceções. Um jornalista da secção uma vez explicou-me que só se noticiam estes casos quando, por exemplo, “é um professor que se mata dentro de uma sala de aula”, ou “é alguém conhecido que se suicida”. Ou então, quando estes casos envolvem outras pessoas ou crimes, ou acontecimentos que por si só são ou foram notícia.

Durante o meu estágio pude assistir à cobertura de um suicídio. Neste caso, o acontecimento foi notícia porque, o homem que se matou, antes de o fazer, assassinou duas pessoas. O então duplo homicídio seguido de suicídio foi um acontecimento ao qual foi dado grande destaque pelo jornal que, no dia a seguir ao crime, abriu a publicação com o caso, que ocupava várias páginas.

As notícias que envolvem mortes ou sofrimento normalmente são aquelas a que o CM dá mais destaque, na minha opinião por serem as que apelam mais às emoções do seu público e, em simultâneo, as mais consumidas normalmente.

Acho que a maioria das pessoas têm medo de, um dia serem elas próprias, ou alguém que conhecem, protagonistas da maioria destas estórias, e por isso gostam de as conhecer melhor a elas e aos seus protagonistas, para as evitar. Além disso, é um facto que a maior parte dos leitores se interessa mais, regra geral, por notícias que

apelem a algum tipo de sentimento da sua parte. Não é por acaso que normalmente são as notícias que suscitam sentimentos como raiva, injustiça ou dor, por exemplo, as que geram um fluxo maior de reações por parte dos leitores.

Os crimes mais incomuns, isto é, aqueles que ocorrem com menor frequência, também são aqueles aos quais se atribui mais espaço no jornal.

As ações (sobretudo de fiscalização) e operações das entidades de segurança também não são esquecidas pela secção “Portugal”. Dado que estas são as principais fontes do CM a este nível, então também lhes é dado algum protagonismo nesta secção, embora o destaque maior seja atribuído quase sempre aos crimes, escândalos, e outras coisas negativas.

Linguagem e Tipo de Escrita

Uma das coisas que reflete bem qual é o público-alvo do jornal é, entre outras coisas, a estrutura e o conteúdo das suas páginas: no caso do CM, muitos artigos, não muito extensos, com textos simples, uma linguagem própria e mais coloquial e um estilo quase sempre sensacionalista.

Depois de três meses a escrever para a secção “Portugal” foi possível verificar que os jornalistas da secção já têm alguns hábitos e vícios de escrita que tornam a sua linguagem muito característica, e que já lhes surgem naturalmente a maioria das vezes.

Para atrair o maior número de leitores possível, os jornalistas não escrevem notícias muito longas. “Essas maçam as pessoas”, disse-me uma vez o João Rodrigues, colega de secção. Além disto, a linguagem dos textos deve ser sempre o mais simples possível, para que possa ser entendida por toda a gente. E por isto, os jornalistas da secção “Portugal” têm todos os dias que “desmistificar” a linguagem das suas fontes, sempre que esta não for perceptível. Por exemplo, nos comunicados oriundos da polícia, nas informações obtidas através dos tribunais, ou nas declarações de alguns advogados, etc, existe muitas vezes um conjunto de termos muito específicos que, por norma, o cidadão comum não entende. Pelo menos os jornalistas têm que partir do

pressuposto que não entende, e por isso cabe-lhes a eles explicar aos leitores o que é que quer dizer esse conjunto de termos, de uma forma simples e coloquial, para que estes não tenham dúvidas acerca do seu significado.

Tendo em conta que o público-alvo do jornal é constituído por uma população sobretudo envelhecida e com uma taxa de escolarização baixa, a linguagem das peças noticiosas não pode então ser muito complicada, quer a nível gramatical, quer a nível de conteúdo. Além disto, tem que ser o mais apelativa possível. E para isso os jornalistas usam alguns truques, como a utilização de muitas palavras e expressões em detrimento de outras; a utilização de muitos adjetivos; e a própria “emocionalização” do discurso.

Basta desfolhar o CM para perceber que por muitas vezes, as peças jornalísticas da secção “Portugal” chegam a ser escritas como se se estivesse a escrever um livro, com um estilo sobretudo literário e subjetivo, onde há muita descrição, adjetivos, e muitas vezes só se sabe ou percebe o desfecho da história no fim; onde há muito apelo à emoção e, atrevo-me a dizer, também algum suspense. Tomemos este texto (figura 6) da jornalista Tânia Laranjo como exemplo:

Aveiro: Polícia Judiciária andou à procura de recém-nascido

Inventa gravidez e doença

Simula história de coragem para garantir que namorado não a abandona. Foi desmascarada

13 de Junho 2013, sábado · Nº de votos (2) · Comentários (1)

Por: Tânia Laranjo

Like 59 people like this. Sign Up to see what your friends like.

Share 56

Com apenas 20 anos inventou uma vida de mentira. Uma doença que não existia, uma gravidez que nunca aconteceu, uma desgraça que a tornava numa menina coragem. Queria muito o namorado e não se importava de que tudo assentasse numa farsa. Tinha decidido encarnar o papel da jovem que desafiava o destino para ser mãe. Mas era tudo uma mentira.

A história chocou até a Polícia Judiciária de Aveiro. Os inspetores tinham sido sensíveis ao drama da menina. Quando o namorado foi à polícia dar conta de que não sabia do filho recém nascido tentaram falar com ela. Estava abalada e fechava-se na sua dor. Ninguém a forçou de imediato a contar.

O jovem revelou, então, uma história dramática. Aos 20 anos, a namorada tinha um cancro maligno no útero. Engravidara e mesmo contra os conselhos médicos decidira ter o filho. Ele viu as ecografias, chegou a levá-la até à porta das unidades de saúde onde ela fazia o tratamento. Admirava-a pela força de querer, muito, deixar um legado. Estava a morrer, mas não aceitava o aborto como opção. Arriscara.

Aos nove meses de gravidez, a jovem desapareceu durante uma semana. Quando regressou a casa, a barriga já não era visível, tudo indicando que o bebé tivesse nascido morto. Estava de rastos, abalada, e recusava-se a contar o que se tinha passado.

O namorado pediu ajuda à Polícia Judiciária para tentar perceber o que acontecera ao bebé. Ninguém culpava a jovem mãe, todos percebiam que a dor de estar gravemente doente, com apenas 20 anos, a deixava fragilizada.

Ontem, a PJ finalmente resolveu o mistério. Depois de procurar em diversos hospitais por registos do parto e nas unidades de saúde pelos dados da doença, perceberam que nada existia. Nunca houve filho, gravidez ou sequer doença. Havia apenas nove meses de mentiras.

Imprimir · Partilhar

Comentar · Ler Comentários

URL <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/pi>

COMENTÁRIO MAIS VOTADO

'História estranha!! Então e a família? ninguém a acompanhava às consultas?'

Ana
13 Junho 2013

Figura 6 – peça jornalística publicada no Correio da Manhã a 13 de junho de 2013

Quem lê a secção “Portugal” pode ainda constatar que a descrição dos sentimentos dos protagonistas das estórias que o compõem, assim como o recurso a vários adjetivos, são uma característica frequentemente presente nos seus relatos dos acontecimentos, sobretudo naqueles a que é atribuído um espaço maior.

A objetividade com que aprendemos a escrever nos cursos de Jornalismo, e que se verifica quase sempre na imprensa de referência, contrasta com a emocionalização dos discursos da imprensa sensacionalista, e neste caso em particular do Correio da Manhã. Em baixo seguem-se uma série de exemplos onde é notória a presença destas características (figuras 7, 8, 9, 10).



Figura 7, 8, 9 e 10 – (da esquerda para a direita e de cima para baixo) excertos de notícias publicadas no jornal do CM de 29 de abril e 13 de março de 2013, e no site do CM a 29 de maio de 2014

Uma das coisas que aprendi durante a faculdade foi que os relatos jornalísticos deviam ser sempre, dentro do possível, o retrato mais fidedigno e aproximado da realidade. E digo dentro do possível devido aos inúmeros constrangimentos aos quais os jornalistas estão expostos todos os dias.

Um dos grandes problemas que se coloca na construção deste tipo de discursos então, e na minha opinião, é que, por várias vezes, os jornalistas têm que descrever coisas que não viram, ou então escrever a partir do que é suposto verificar-se perante determinado caso, isto é, a partir da norma/ padrão do que se sente face a determinados acontecimentos. Em certas notícias, por exemplo, os jornalistas partem do pressuposto de que face a determinado caso as pessoas se sentem de determinada maneira, e escrevem-no sem que estas lho tenham chegado a dizer. Nas situações em que isto acontece, até que ponto é fidedigno o retrato da realidade “pintado” pelos jornalistas?

Por exemplo, durante o meu estágio, foi-me pedido que escrevesse uma notícia sobre o funeral de um rapaz que morreu durante uma perseguição policial no Bairro da Bela Vista, em Lisboa, depois de ter acontecido. Como não fui ao funeral não sabia muito bem por onde começar. Um colega sugeriu-me que começasse com “foi entre lágrimas e um sentimento profundo de tristeza que familiares e amigos se despediram de Rúben pela última vez...”. Isto fez-me pensar. É claro que é provável que tenham havido muitas lágrimas durante o funeral por parte de familiares e amigos do jovem que morreu, ou de pessoas que simplesmente se emocionaram com o caso, aliás isso viu-se depois numa peça sobre o ocorrido que passou depois na televisão nessa noite. Mas até que ponto é que eu devia estar a descrever uma coisa que não vi, mesmo sabendo que o mais provável era que tivesse acontecido mesmo?

Acabei por escrever a notícia de outra maneira (**figura 11**), no entanto isto fez-me repensar naquilo que é, afinal, o jornalismo enquanto retrato da realidade.



Figura 11 – notícia que escrevi sobre o funeral de um rapaz que morreu durante uma perseguição policial, publicada na edição impressa do CM de 20 de março de 2013

Duas das principais características da natureza da maioria dos acontecimentos que constituem textos jornalísticos na secção “Portugal” são a sua imprevisibilidade e duração. Não é possível aos jornalistas preverem quando é que vai ocorrer determinado crime. E quando este acontece, nem sempre é possível aos jornalistas estarem presentes no local onde ocorreu o sucedido à hora que ele se deu, até porque regra geral, quando o jornalista toma conhecimento destes casos, no local já não se passa nada. Desta forma, muitos dos seus relatos têm que ser escritos a partir do que testemunhas ou entidades oficiais responsáveis pelo caso dizem, e não por aquilo que viram, como acontece com a grande maioria dos jornalistas de outras secções. Então, e tendo em conta que o campo das emoções é muito subjetivo, até que ponto é que se devem descrever tão pormenorizadamente estes casos, como o CM costuma fazer?

Como a secção “Portugal” noticia essencialmente crimes, acabam por ser escritos muitos textos sobre o mesmo. Durante este estágio, escrevi quase todos os dias em que trabalhei, por exemplo, sobre pessoas detidas por posse ou tráfico de droga, ou sobre assaltos e furtos, ou acidentes rodoviários, ou ações de fiscalização e operações realizadas por determinadas entidades de segurança, etc. Isto permitiu-me detetar alguns vícios na linguagem utilizada para descrever este tipo de situações.

Por exemplo, quase sempre que se escrevia sobre alguém que tinha sido detido, os jornalistas usavam o verbo “caçar” e o adjetivo “caçado”, em vez do verbo “deter” ou “prender” e o adjetivo “detido” ou “preso” (figura 12). Em baixo deixo dois exemplos em que esta situação ocorreu, no entanto, basta desfolhar o CM para perceber que, quase todos os dias, estas palavras estão presentes na secção “Portugal”, para descrever este tipo de situações.

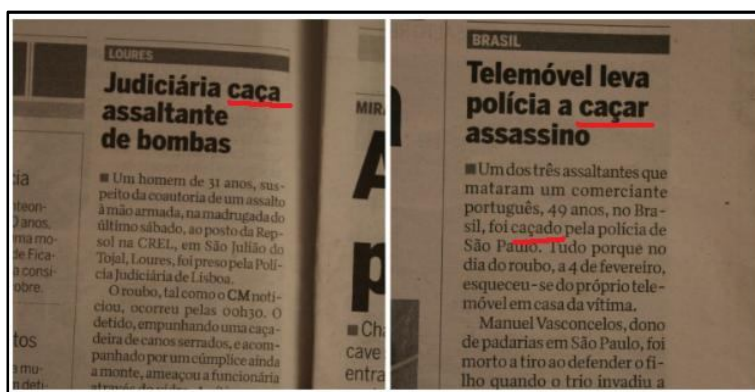


Figura 12 – notícias publicadas na edição impressa do Correio da Manhã de 7 de março de 2013

Quando ocorria um acidente rodoviário do qual resultavam mortes, por exemplo, também constatei que era muito comum os jornalistas do “Portugal” utilizarem o adjetivo “brutal” para descrever o acidente. Ou então usarem a palavra “brutalmente” para descreverem a forma como morreram as pessoas vítimas destas contingências (**figura 13**). E de novo deixo alguns exemplos de situações em que isto se verificou, mas basta percorrer a secção “Portugal” algumas vezes para o observar em outras situações semelhantes.



Figura 13 – (da esquerda para a direita e de cima para baixo) excertos de notícias publicadas nas edições impressas do CM de 8 e 13 de março de 2013, e no site do CM a 4 e 13 de março de 2014

Quando os assuntos noticiados diziam respeito a algumas operações organizadas pela polícia, por exemplo, era muito comum os jornalistas utilizarem a palavra “megaoperação” em vez de “operação” (**figura 14**) como estava quase sempre escrito nos *press releases* enviados por estas entidades.

Na minha opinião, é possível que os jornalistas prefiram utilizar esta palavra para descrever este tipo de situações, porque ao usá-la dá a sensação de que estão a “enaltecer”/ênfatisar o trabalho da polícia, e isso é uma coisa que até lhes convém, já que as entidades de segurança são uma das suas principais fontes de informação.



Figura 14 – (da esquerda para a direita e de cima para baixo) excertos de notícias publicadas nas edições online do CM de 13 e 3 de março de 2014, 14 de fevereiro do mesmo ano e no site da CMTV a 31 de dezembro de 2013

Mas há mais casos do género, e mais palavras a que os jornalistas dão preferência para descrever certo tipo de situações.

Por exemplo, quando existem assaltos a algum estabelecimento e as vítimas estão presentes, também é muito comum os jornalistas desta secção, consciente ou inconscientemente, utilizarem a palavra “terror” para descrever aquilo que os lesados sentiram enquanto decorria o crime.

Outra coisa que reparei foi que uma das formas usadas pelos jornalistas para defender a imparcialidade que devia ser inerente às suas peças jornalísticas, era, entre outras coisas, a utilização de aspas em algumas das suas afirmações. No entanto, essa preocupação com a imparcialidade e o rigor jornalístico, não contrasta por exemplo, com a seleção de certas palavras, como as que referi em cima, em detrimento de outras?

Além disto, verifiquei ainda que o Correio da Manhã utiliza muitas vezes fontes não identificadas, ou identificadas indevidamente, o que, na minha opinião, além de ir contra o código deontológico dos jornalistas, que diz que estes devem utilizar como critério fundamental a identificação de fontes, salvo se estas “o tentarem usar para canalizar informações falsas”, pode contribuir ainda para a ausência de imparcialidade em certas situações, e gerar alguns constrangimentos. Por exemplo, retomemos o caso Maddie, que no CM foi noticiado pelo “Portugal”, e já foi abordado na parte teórica deste relatório. Machado e Santos (2010) explicam que ao contrário do Público que usou quase sempre fontes oficiais, o CM recorreu muito a opiniões e fontes não identificadas, o que lhe permitiu construir um discurso mais emocionalizado e dramático.

Relação entre Fontes e Jornalistas

Como já foi dito antes, as principais fontes desta secção são, na sua grande maioria, várias entidades de segurança como a GNR, a PSP, PJ, Bombeiros, Proteções Civis, Marinha, Exército, Força Aérea, entre outras. É através delas, a maior parte das vezes nas rondas telefónicas, que os jornalistas da secção “Portugal” têm conhecimento de grande parte dos crimes que mais tarde noticiam. Ao fim de semana, por exemplo, isto torna-se ainda mais visível. É que a maioria destas entidades está de folga, e por isso os jornalistas não têm tanto sobre o que escrever. O que parece fácil durante a semana, ao fim de semana torna-se mais complicado: que é preencher todo o espaço que é dado à secção com notícias.

Para tentar suavizar a situação, o que os jornalistas fazem é guardar algumas informações que podiam ter publicado durante a semana, para o fim-de-semana. No entanto, por vezes é complicado fazê-lo. Tanto que acabam por ser publicadas coisas que não o seriam durante a semana, só para que o espaço da secção esteja todo preenchido.

O peso que estas fontes têm na rotina jornalística do Correio da Manhã, sobretudo nesta secção é então, sem dúvida alguma, muito grande, e por isso há que preservá-las. E há várias formas de o fazer. Uma delas é, por exemplo, noticiar acontecimentos que demonstrem a sua autoridade e zelo pela segurança do país, como as operações que de vez em quando realizam. E enaltecer isso. Como não o podem fazer diretamente, os jornalistas fazem-no através da escolha de certas palavras em detrimento de outras, como vimos anteriormente com a palavra “megaoperação” no lugar de “operação”, por exemplo.

Nota-se uma ligeira preocupação por parte dos jornalistas quando se referem a estas entidades. Lembro-me de uma vez ter atendido o telefone a um senhor que dizia que tinha sido feito um arrastão ao seu restaurante na noite dos santos e que a polícia não tinha feito nada. Nesta situação em concreto, lembro-me ainda de um dos meus colegas me ter dito que tínhamos que ter um cuidado especial com estes casos e com o que dizíamos em relação a estas entidades, que eram as principais fontes do jornal e da secção. Mas não as únicas.

Outra fonte muito importante dos jornalistas da secção “Portugal” é também os próprios cidadãos que estão descontentes com alguma coisa e/ ou apreciam o Correio da Manhã.

Todos os dias ligam para a redação várias pessoas que dão conta aos jornalistas de várias situações, umas que interessam ao jornal, outras que não. Assim, existem vezes em que estes têm conhecimento de algum acidente, por exemplo, antes de entidades como o INEM ou os Bombeiros. Outras em que, dado que este tipo de acontecimentos são na sua grande maioria imprevisíveis e que nem sempre é possível aos jornalistas estarem no local enquanto eles decorrem, são as próprias pessoas que assistem a algum caso destes que tiram fotos, por exemplo, e enviam para a redação do jornal. Por estes motivos nota-se também, na redação do CM, uma certa

disponibilidade dos jornalistas para falarem com as pessoas do público, a maioria das vezes ao telefone.

Mas a secção “Portugal” tem ainda outras fontes. Além das que referi em cima, que são as mais importantes, os jornalistas têm ainda acesso às informações que todos os dias a agência Lusa faz chegar à redação. A Lusa também é uma fonte muito importante nesta secção. Na minha opinião não tanto como as anteriores, porque o que agência envia ao Correio da Manhã, também envia para outros *media* e jornais, o que faz com que as notícias que estes depois publicam quase nunca sejam exclusivas. E é sobretudo isso que o CM procura: exclusividade. Por isso é que às vezes só publica certas histórias que vão sair no jornal do dia seguinte, depois deste – e dos seus concorrentes – terem ido para a gráfica que os vai imprimir. É mais provável conseguir uma história exclusiva a partir das fontes anteriores, do que de uma agência noticiosa.

Por vezes outros *media*, tanto nacionais como internacionais, também servem de fonte de informação aos jornalistas do Correio da Manhã. Todos os dias estes leem os principais diários portugueses antes de começar a trabalhar, sobretudo o Jornal de Notícias, seu principal concorrente, para verem se lhes escapou alguma coisa do dia anterior. Diariamente ainda, os jornalistas procuram nos sites destes *media*, e de outros, notícias relacionadas com a secção. E aqui, dão especial atenção aos *sites* de alguns jornais, rádios, e televisões internacionais. É que na secção “Portugal” também são notícia os crimes que ocorrem no estrangeiro e que envolvem portugueses, e estes são os melhores meios para os descobrir.

Amigos, família, colegas de trabalho, entre outros, por vezes também podem funcionar como fontes de informação aos jornalistas desta secção, embora a sua importância não seja tão grande como a das fontes mencionadas anteriormente, pois são situações menos frequentes.

O poder de um jornalista dentro de uma redação

O poder que um jornalista tem dentro de uma redação foi uma das coisas que mais me preocupou durante o estágio que fiz na secção “Portugal” do Correio da

Manhã. Não foi preciso muito tempo para perceber que, apesar de ser o jornalista a escrever todas as peças que são publicadas no jornal, não é ele quem tem o último poder sobre os seus textos. Pelo menos na redação do CM, esse poder é atribuído aos editores de cada secção, chefes de redação e direcção.

Isto significa que depois de escrever um texto, este passa por várias pessoas que têm liberdade de o alterar, antes de ser publicado. Isto preocupou-me particularmente durante este estágio, porque por várias vezes, depois dos meus textos serem editados, eram alteradas pequenas coisas, com as quais eu não concordava. A maior parte das vezes só as via no dia a seguir àquele em que tinha escrito, no jornal impresso, o que também me preocupava. Afinal, era o meu nome o que assinava grande parte dos textos que escrevi. Não assinava todos porque, por exemplo, as breves ou fotos legendas não se assinam. (É claro que existiram muitas alterações aos meus textos com que eu concordei, por melhorarem o seu sentido e/ ou o conteúdo).

Um exemplo que ilustra o que quero dizer é que na secção “Portugal”, por exemplo, tinha que escrever muitas vezes notícias a partir de comunicados de entidades de segurança, como a GNR, a PSP ou a PJ. A maior parte deles eram sobre detenções relacionadas ou com tráfico de droga, ou com roubos, furtos, violações, burlas, entre outros. Muitas vezes esses comunicados referiam que tinham sido detidos suspeitos de determinados crimes, então, nos textos que escrevia sobre isso tinha sempre a preocupação de escrever isso mesmo, que tinha sido detido um, ou vários suspeitos, de determinado (s) crime (s). No dia a seguir, quando lia o jornal, em vez de suspeito de um crime de roubo ou tráfico de droga, por exemplo, e como tinha escrito, estavam as palavras “ladrão” ou “traficante”.

Nestes comunicados normalmente vinha também o dia em que estas pessoas iam ser julgadas pelo tribunal. No entanto, nem sempre o jornal acompanhou esses julgamentos. Em muitos casos, depois de noticiar o crime, o jornal não falou mais no assunto. Isto preocupou-me especialmente porque, e por já ter assistido a muitos julgamentos, por vezes existem muitas pessoas que são absolvidas e, como o jornal não acompanha os julgamentos dos crimes todos que noticia, pode ser que esteja a chamar ladrão, por exemplo, a uma pessoa que nunca roubou. Nem sempre um suspeito passa disso mesmo.

O segundo ponto do Código Deontológico dos Jornalistas portugueses diz que estes devem considerar a acusação sem provas como graves faltas profissionais, e por isso devem tentar evitar fazê-lo. No entanto, e devido ao poder que os jornalistas, sobretudo os estagiários, têm dentro de uma redação, foi isto que acabei por fazer algumas vezes.

O exemplo que dei em cima é, na minha opinião, um reflexo de que por vezes, a preocupação com o código deontológico dos jornalistas, por exemplo, é apenas destes, quando devia ser também dos seus superiores. Isto preocupava-me particularmente durante o estágio porque afinal, não era eu quem “mandava” naquilo que eu própria escrevia, e era eu quem estava a condenar antes do tribunal.

Para que é que existe um código deontológico da profissão se depois quem manda não o cumpre? Até que ponto conseguimos alcançar o rigor que devia ser inseparável do jornalismo, se não cumprimos sequer com o código deontológico da profissão? Qual é o papel do jornalismo nestes casos? E, assim sendo, até que ponto estão os cidadãos bem informados? Até que ponto é que a preocupação com os lucros e audiências se deve sobrepor aos deveres dos jornalistas, que aliás, foram estipulados por eles próprios?

Como diz John Soloski (cit em Traquina, 1999, 99), “Tanto o profissionalismo jornalístico como a política editorial são utilizados para minimizar o conflito dentro da organização jornalística (...) Como um jogo, as normas profissionais e as políticas editoriais são regra que toda a gente aprende; só raramente estas regras são explícitas e levantam objeções”. John Soloski fez um estudo de observação-participante num diário de *média* tiragem. Num de grande tiragem, como é o caso do Correio da Manhã, as coisas não deviam funcionar ainda melhor? Assisti algumas vezes, sobretudo por parte dos estagiários, a desacordos entre as normas profissionais e as políticas editoriais. E não verifiquei grandes preocupações por parte dos jornalistas mais velhos em questionar as políticas editoriais que não iam de encontro a um conjunto de normas que visa assegurar todo o profissionalismo que devia ser inerente ao jornalismo. Na minha opinião isto deve-se ao facto dos jornalistas mais velhos já estarem tão habituados àquela rotina que fazer as coisas de outro modo, mesmo que seja em favor de um jornalismo rigoroso, é que seria estranho.

Condenado antes de o ser

“2- O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais”

Como expliquei no tópico anterior, muitas vezes no Correio da Manhã, pude assistir a casos em que determinadas pessoas eram condenadas pelo jornal antes de o serem pelas entidades competentes, neste caso, os tribunais. Quando fazem isto, os jornalistas não estão a respeitar a ordem natural das coisas – de detenção, acusação e julgamento. Na minha opinião isto é particularmente grave, não só porque acaba por afetar a credibilidade do jornalismo e desanimar alguns jornalistas, como também acaba por afetar a vida pessoal dos envolvidos e demais sociedade.

Tornemos a tomar o exemplo de Robert Murat, que foi constituído arguido no caso Maddie. Neste caso, o CM condenou o homem antes do tribunal, que mais tarde o ilibou das acusações por não ter provas do seu envolvimento no desaparecimento da menina britânica. Aqui, pode-se dizer que os jornalistas que cobriram o caso não respeitaram outro dos pontos do seu código deontológico, já que não respeitaram a presunção de inocência do arguido, e a ordem natural das coisas que referi acima.

Depois do que foi publicado a seu respeito em jornais sensacionalistas, neste caso no Correio da Manhã, Robert Murat foi criticado por grande parte da população. De acordo com o tribunal, o homem chegou mesmo a receber ameaças à sua integridade física, e ficou com medo de sair à rua. Quando o fazia, por conseguinte, fazia-o disfarçado.

Neste caso, um dos mais mediáticos em todo o mundo, este jornal foi condenado a pagar uma indemnização de 15 mil euros ao britânico, no entanto, nem todas as histórias têm um desfecho como esta, e nem todas as pessoas que são condenadas pelos jornais, sobretudo os sensacionalistas, têm dinheiro para recorrer a um tribunal e lutar pelo seu direito à presunção de inocência até prova em contrário.

A importância de um sub-editor

Na altura em que decorreu o meu estágio, a secção “Portugal” era a única secção do jornal que não tinha um sub-editor, o que dificultou um bocado o meu trabalho. No Jornal de Notícias, onde tinha estado anteriormente, e também noutras secções do CM, por exemplo, é o sub-editor quem costuma acompanhar os estagiários. Entre outras tarefas, é ele quem lhes costuma explicar o funcionamento e a rotina de uma redação e secção. Além disso, também é ele quem costuma atribuir-lhes grande parte das suas tarefas, lê e corrige os seus artigos, e chama a atenção para eventuais erros.

Senti por vezes a falta desse tipo de acompanhamento e percebi, assim, a importância real de um sub-editor dentro de uma secção. É, de facto, muito importante, sobretudo para quem está a começar a trabalhar e ainda não conhece bem a rotina à sua volta, ter alguém que o acompanhe e o incentive a trabalhar e a ser cada vez melhor. Que lhe elogie o que fez de bem, e lhe critique o que fez de mal. É assim que se aprende e se ganha motivação para continuar a trabalhar. É bom termos pessoas animadas e com vontade de fazer cada vez mais e melhor. Afinal, quando temos vontade, as coisas têm outro significado.

Na altura do meu estágio, a secção “Portugal” tinha um editor, o Henrique Machado, que de vez em quando cumpria esse papel, mas nem sempre. Como editor, tinha sempre muitas outras coisas para fazer e não tinha quase tempo nenhum para mim. Percebo que essa não era nem de perto nem de longe a principal tarefa dele, mas acabei por me sentir “esquecida” e “inútil” muitas vezes por causa disto. Tinha uns dias em que ficava lá dez horas e só fazia rondas, via o telejornal, procurava histórias que depois outros jornalistas escreviam, e escrevia breves. Tinha outros, sobretudo os primeiros, em que acabava de escrever qualquer coisa e queria que o meu editor lesse e corrigisse, e ele não podia. Foram raras as vezes em que ele me chamou para fazer alguma correção, ou que pôde falar comigo. Isto fez com que eu me sentisse um bocado mal algumas vezes. É que sentia que só me mandavam fazer as coisas que não queriam, ou ligavam quando precisavam mesmo de mim e não tinham

outro jornalista para fazer o que me era pedido, e por isso tive muitas vezes vontade de desistir deste estágio.

Não o fiz, e devo isso, em grande parte, aos jornalistas João Rodrigues e João Tavares, que sempre me apoiaram, incentivaram a ficar, e ensinaram grande parte de tudo aquilo que aprendi. Não me esqueço, por exemplo, do João Rodrigues a dizer que “só não erra quem não escreve, por isso escreve sempre e não tenhas medo de te enganar. Faz parte e é assim que se aprende”. Ou então de uma conversa com o João Tavares num dia em que estava mesmo desanimada e desiludida com o estágio e a profissão.

Vítimas de crimes sexuais e delinquentes menores

De acordo com Helena Machado e Filipe Santos (2010, 77), “a dramatização e exploração de tragédias humanas, sobretudo quando estas envolvem crianças, é quase sempre um valor seguro de audiências”. E a verdade é que durante o estágio que fiz foram escritas várias peças jornalísticas que envolviam menores.

Relativamente a estes casos em particular, existe um ponto do código deontológico dos jornalistas, que diz que estes não devem “identificar, direta ou indiretamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade”. Além disto, pode-se ainda ler, no mesmo ponto, que os jornalistas devem “salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado”, e “proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor”.

O que eu verifiquei durante a minha experiência enquanto estagiária foi que, de facto, os jornalistas da secção “Portugal” tentam cumprir com aquilo que está escrito no seu código deontológico, no entanto, no final, acabam por não o fazer.

Por exemplo, por várias vezes reparei que, quando existia um crime qualquer que envolvia crianças, como violações, os jornalistas tentavam salvaguardar a identidade dos menores, atribuindo-lhes um nome fictício nos seus textos. No entanto, depois, acabavam por referir nas suas peças alguma característica das crianças envolvidas que, para quem as conhece podia ser determinante para as conseguir

identificar, pondo assim em causa a salvaguarda das suas identidades, prevista no código deontológico.

A notícia que se segue (**figura 15**), publicada na edição impressa do CM a 8 de março de 2013, por exemplo, ilustra o que estou a dizer, e diz respeito ao caso de uma criança que foi violada. Aqui, as jornalistas que escreveram a peça, com o objetivo de salvaguardar a identidade da menor, acabaram por lhe atribuir um nome fictício: Maria. No entanto, depois, no decorrer do texto, acabaram por descrever dados relacionados, direta ou indiretamente, com a sua identidade.

Os leitores, depois de lerem o texto completo, sabem que foi violada uma criança de sete anos em Chaves. Não sabem o nome dela, mas sabem que foi violada pelo companheiro da avó, a quem chamava avô; que o homem vivia da agricultura e por isso passava muito tempo em casa, às vezes a cuidar dela; e que a criança morou com ele e a avó durante algum tempo, mas tinha mudado de casa recentemente. Além disso, os leitores sabem ainda que a criança falou sobre o assunto na escola, com a professora; o caso foi entregue à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves; e a menor retirada à família. Para quem não é de Chaves e não conhece a criança, é difícil proceder à sua identificação a partir destes dados. No entanto, será que quem a conhece ou é da zona, mesmo não sendo referenciado o nome da menor no texto, não a consegue identificar a partir destas informações?

Agricultor violava menina em casa

■ Criança, de apenas sete anos, perguntou à professora se era normal que o companheiro da avó lhe tocasse. Menina foi de imediato retirada à família

● ANA ISABEL FONSECA/
/TÂNIA LARANJO

Maria, nome fictício, tem apenas sete anos pelo que não se apercebeu da gravidade dos atos sexuais a que o companheiro da avó a começou a sujeitar, na casa onde viviam em Chaves. Os abusos repetiram-se durante meses, e há alguns dias a menina decidiu perguntar à professora se era

O abusador, que não possui antecedentes criminais, foi ouvido em primeiro interrogatório por um juiz de instrução criminal no Tribunal de Chaves, tendo ficado a aguardar julgamento em prisão preventiva.

Os abusos sexuais começaram em setembro do ano passado. Na altura, o agricultor, a quem a menor sempre tratou por avó, residia na mesma casa que a vítima. O pedófilo terá aproveitado os momentos em que estava a sós com a criança para cometer os abusos. Começou a

PORMENORES

- **ALVO DE EXAMES**
A menina foi alvo de exames médicos de forma a serem recolhidos vestígios dos abusos sexuais a que foi sujeita durante meses.
- **PROFESSORA EM CHOQUE**
A professora ficou em choque ao ser confrontada pela menina e ouvir o relato dos atos a que foi sujeita.
- **VIVE DA AGRICULTURA**
O predador sexual vive há já algum tempo da agricul-

petidamente abusada, e o pedófilo chegou a tentar consumar os atos sexuais por diversas vezes, mas nunca conseguiu.

Mais recentemente, o abusador deixou de viver com a menor, tendo passado a residir numa outra moradia com a avó da criança. A menina continuava assim a conviver com o pedófilo quase diariamente, passando várias horas na companhia daquele.

Só no final do mês passado é que o caso foi descoberto quando a criança decidiu falar com a professora no interior da escola. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves foi de imediato alertada e Maria foi retirada à família, estando

Figura 15 – notícia publicada na edição impressa do CM a 8 de março de 2013

Correspondência entre os títulos e conteúdos jornalísticos

Como já foi referido antes, pode-se dizer que o campo jornalístico está hoje dominado pelos constrangimentos do mercado, e que são várias as práticas jornalísticas condenáveis. De acordo com Correia (2006, 121-122), estas podem ver-se em várias situações, como quando os jornalistas utilizam sistematicamente fontes de informação não identificadas; quando são divulgadas informações, imagens ou documentos obtidos através de meios desleais; quando se estimulam nos leitores sensações de ódio ou vingança; quando se relatam factos que contêm informações fora de contexto; quando se tira partido dos sentimentos, sobretudo de dor, das pessoas; quando se fazem títulos cujo significado não é depois confirmado no corpo das notícias, etc.

Já abordei na parte prática do presente relatório, algumas destas práticas, com que me deparei durante o estágio no CM. Neste ponto, quero falar de outra, já referida por Correia, que é então a utilização de títulos cujo significado não é depois confirmado no corpo das notícias.

Dada a linha editorial do jornal em causa, os jornalistas acabam por optar sempre pela utilização de títulos quanto mais sensacionalistas e/ou apelativos, melhor. O problema é que por vezes, depois, nem sempre o confirmam no corpo das suas peças. Tomemos, por exemplo, o caso mediático e recente dos jovens estudantes da Lusófona que morreram na praia do Meço.

A 14 de fevereiro deste ano, o Correio da Manhã anuncia um exclusivo com o título “‘Dux’ do Meço fala pela primeira vez na CMTV”. Logo depois, uma notícia a dizer que João Miguel Gouveia, o único que sobreviveu à tragédia, fez as suas primeiras declarações sobre o caso. A seguir, surge no “CM Jornal” o vídeo. Neste, vê-se e ouve-se o “Dux” dizer apenas que não quer prestar quaisquer declarações, o que acaba por contrariar aquilo que foi anunciado e descrito pelo jornal nos títulos dados às peças que anunciavam a notícia.

A criação de uma nova plataforma: a CMTV

São muitos os constrangimentos do mercado jornalístico. E existem mais além daqueles que referi nas páginas anteriores. A chegada da CMTV à redação do Correio da Manhã, por exemplo, também constituiu um, pelo menos numa fase inicial, e na minha opinião. Pelo menos na altura em que decorreu o meu estágio, altura também da criação da CMTV, as coisas estavam bastante desorganizadas a nível de logística no jornal.

Com a criação de uma nova plataforma, passou a haver três meios de divulgação de notícias na redação do CM: o papel, a Internet e a Televisão. Como o tipo de escrita é diferente em cada plataforma, e dado que as coisas ainda estavam a começar, não havia ainda gente suficiente a trabalhar e os jornalistas ainda não sabiam muito bem qual é que era o seu papel.

Na secção “Portugal”, por exemplo, os jornalistas tiveram que começar a fazer peças para televisão (já que a CMTV também tinha, pelo menos na altura em que decorreu o meu estágio, um programa dedicado ao crime), além de terem que continuar a escrever para o jornal. Além disso, ainda tinham que escrever sobre outras coisas que a televisão tinha ido fazer, porque alguns dos jornalistas que trabalhavam na CMTV não queriam escrever para o jornal, devido a terem uma formação em televisão.

Isto constituiu um constrangimento, na minha opinião, na medida em que os jornalistas passaram a ter menos tempo para fazer mais coisas, e em diferentes plataformas. Muitos não tinham ainda uma noção, por exemplo, das diferenças no tipo de escrita utilizada em cada meio.

Muitos dos que estavam a escrever para o jornal impresso não sabiam, por exemplo, fazer peças ou diretos para televisão e nem mexer com programas de edição de imagem. E muitos dos que foram contratados para trabalhar na CMTV não se sentiam à vontade para escrever peças para o jornal. Por estes motivos, a Direção do CM organizou várias formações nas diferentes áreas para os seus jornalistas. No entanto, numa redação em que se produzem informações durante 24 horas por dia,

não se podem fazer pausas muito prolongadas, e as coisas levam o seu tempo a aprender.

A criação da CMTV, pelo menos numa primeira fase, a que tive o privilégio de assistir, foi em simultâneo um desafio na medida em que possibilitou aos jornalistas sentirem na pele o peso que a convergência dos meios está atualmente a tomar, e um constrangimento, na medida em que passou a haver menos jornalistas e tempo para fazer mais coisas. E isto teve consequências, como por exemplo, a deslocação de dois jornalistas a um serviço onde normalmente só ia um – agora iam dois, um de televisão e outro do jornal, além do camera.

Paginação

Na secção “Portugal” muitas vezes as páginas, pelo menos durante o tempo em que estagiei, eram desenhadas antes de se saberem quais eram as notícias do dia, o que na minha opinião se pode transformar num problema, e pôr em causa o próprio trabalho jornalístico.

É que se acabam por existir dias em que há uma grande abundância de notícias para preencher a secção, também os há em que é a ausência destas que sobressai.

Isto pode constituir-se um problema na medida em que, assim, acabam por existir dias em que não há casos suficientes para preencher todos os espaços que foram atribuídos à secção, e por isso “qualquer coisa” acaba por ser notícia. Ou então dias em que boas histórias não têm o desenvolvimento que podiam ter porque não há espaço para mais.

Existe uma certa preocupação do jornal em relação à quantidade de peças jornalísticas que vão ser publicadas, sobretudo na secção “Portugal”, que é aquela que mais leitores atrai, e aquela à qual o jornal dá mais importância. Isto claro, na medida em que é a ela a que atribui não só um maior número de páginas de entre todas as secções, como também as primeiras da sua publicação, o que nem sempre é bom, porque pode afetar a qualidade das mesmas.

A imagem enquanto elemento da linguagem

Em relação ainda ao conteúdo e à linguagem, aquilo que se lê todos os dias na secção “Portugal” são, como já disse, textos sobre acidentes, homicídios, feridos, sequestros, assaltos, mortes, “sangue”.

Durante o meu estágio reparei que estes textos são muitas vezes acompanhados de imagens ou fotografias que quanto mais “chocantes” forem, melhor. Às vezes chegam-se mesmo a encontrar fotografias de pessoas mortas num acidente rodoviário por exemplo. Mas até que ponto é que este tipo de informação é relevante para o bem da sociedade? E até que ponto é que o jornal tem o direito de publicar determinadas informações, nomeadamente aquelas que dizem respeito à intimidade de algumas vítimas?

Muitas destas fotografias fizeram-me refletir algumas vezes sobre o papel da imagem enquanto elemento da linguagem. Na minha opinião estas deviam complementar as informações descritas nos textos que as acompanham, isto é, acrescentar-lhes algo, mas muitas vezes, não sei até que ponto o fazem. Se fosse eu a morrer, por exemplo, não ia gostar que os meus pais vissem uma fotografia minha morta, ou do estado em que ficou o carro onde morri, no jornal. E não ia gostar de ver a foto de ninguém da minha família na mesma situação.

Penso que as fotos deste tipo de crimes/ acidentes devem ser publicadas apenas quando o interesse público se sobreponha ao privado, e que se há vezes em que os jornais as devem publicar, também há outras em que não, como quando interferem com a privacidade e intimidade das pessoas, o respeito pelos cidadãos e com a ética e deontologia do jornalismo.

Na minha opinião os casos devem ser analisados caso a caso, porque há o bom senso e o bom gosto, e porque se há então vezes em que os meios justificam os fins (quando o interesse público se sobrepõe ao privado por exemplo), há outras em que não. Não sei até que ponto é que publicar tanto este tipo de fotografias, que interfere com a dor e a intimidade das pessoas, se justifica. Na minha opinião até as banaliza, no sentido em que por serem tão abundantes, as pessoas podem deixar de lhes “ligar”.

Conclusão

“Com a sua influência vasta e direta sobre a opinião pública, o jornalismo não pode orientar-se apenas por forças económicas, pelo lucro e por interesses especiais. Deve, sim, ser sentido como uma missão, em certo sentido sagrada, desempenhada com a consciência de que os poderosos meios de comunicação social vos foram confiados para o bem de todos” (João Paulo II, cit em Kovach e Rosenstiel, 2004, 19)

Milan Rados, um antigo jornalista especializado em Ciência Política, escreveu num dos seus livros que “a principal arma do poder é a comunicação”. De facto, hoje em dia, onde muitas vezes a forma substitui a essência das coisas, “ganha” quem melhor sabe comunicar. E os *media* são um excelente instrumento de comunicação, não só porque têm capacidade de chegar a um grande número de pessoas e moldar a opinião pública, mas também porque nos ajudam “a definir as nossas comunidades e permitem-nos criar uma linguagem e conhecimento comuns, com base na realidade” (Kovach e Rosenstiel, 2004, 16).

Para muita gente, infelizmente, ainda só existe aquilo que é noticiado, o que é um problema, porque os *media* não são a realidade, apenas uma perceção dela. As pessoas deviam estar conscientes disso, até porque muitas vezes, por detrás do discurso dos órgãos de comunicação social, existe um conjunto de interesses, tanto dos órgãos de comunicação como das suas fontes, que leva a que a informação seja manipulada, consciente ou inconscientemente. Os *media* querem vender e atrair leitores e espetadores. As fontes querem comunicar aquilo que vai favorecer a sua instituição. A primeira tarefa dos jornalistas devia ser, então, “verificar quais as informações que são fiáveis e ordená-las para que as pessoas possam aprendê-las de modo eficaz” (Kovach e Rosenstiel, 2004, 23).

Em Portugal é o Correio da Manhã, um diário sensacionalista, o jornal que vende mais exemplares. Se pensarmos que o objetivo é atrair leitores, então podemos dizer que este é o jornal que tem mais poder e que melhor sabe comunicar, porque afinal, é aquele a que chega a um maior número de pessoas. Quem o desfolha pode facilmente chegar à conclusão de que a informação a que o jornal dá mais importância

é toda aquela que está relacionada com o crime, já que “a dramatização e exploração de tragédias humanas, é quase sempre um valor seguro de audiências” (Machado e Santos, 2010, 77). Mas será que o jornal está a comunicar devidamente?

Segundo o Código Deontológico dos Jornalistas, aprovado em 1993, “o jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade” e “os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso”. Se estivermos atentos à secção “Portugal”, por exemplo, podemos verificar que nem sempre há exatidão em alguns factos e que nem sempre se ouvem todas as partes envolvidas num mesmo assunto, por isso é que surgem mais vezes do que aquelas que deviam surgir, vários desmentidos na publicação.

No Código Deontológico diz ainda que o jornalista “deve combater a censura e o sensacionalismo”. Mas o jornal é, por si só, sensacionalista - daí que contenha muitos artigos, não muito extensos, com textos simples, e uma linguagem própria e mais coloquial. Diz também, neste Código dos jornalistas, que estes devem lutar contra “as restrições no acesso às fontes de informação”. As notícias publicadas pelo Correio da Manhã têm, muitas vezes, fontes não identificadas por detrás, o que, na minha opinião, torna mais fácil operar e desenvolver estratégias que têm o poder de formar a opinião pública.

O jornalista não deve atropelar a realidade. Segundo ainda o seu Código Deontológico, deve é, entre outras coisas, “salvaguardar a presunção da inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado” e “não deve identificar, direta ou indiretamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade, assim como deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor”. Se pegarmos no Correio da Manhã, e como já foi explicado ao longo deste relatório, podemos então verificar que muitas vezes, no CM, os arguidos são condenados antes de o serem, e que as vítimas de crimes sexuais e delinquentes menores acabam por ser identificados indiretamente várias vezes.

Lembrando uma notícia publicada no CM durante o meu estágio, a 22 de maio de 2013, a propósito da morte de Andrea Rebello, uma portuguesa que foi morta pela polícia nos EUA. O jornal escreveu que “Avô de Andrea Rebello não sabe que neta morreu” no título de uma das suas notícias a propósito do caso, que passou também

na CMTV. O jornalista “deve respeitar a privacidade dos cidadãos exceto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende”. Além disso, deve “proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor”. Este caso em particular é mais um exemplo, na minha opinião, do facto dos jornalistas puderem não estar a cumprir devidamente o seu papel. “Bem vistas as coisas, talvez a ideia de que a imprensa fornece a informação necessária à autogovernança das pessoas seja uma ilusão” (Kovach e Rosenstiel, 2004, 25).

Não quero dizer que o sensacionalismo, o emocional, e a simplificação sejam contrários a um bom serviço público. Pelo contrário, tal como Henrik Ornebring e Ana Maria Johnsson dizem, no texto “O Jornalismo Tablóide e a Esfera Pública: uma perspetiva histórica do Jornalismo Tablóide”, também acho que existem casos onde este tipo de jornalismo pode servir melhor o público do que aquele mais convencional, na medida em que tem a capacidade de chegar a um maior número de pessoas. Os jornais tablóides deviam tirar partido disso, desde que os jornalistas sejam éticos e capazes de “ter a capacidade para ver as coisas de diferentes perspetivas e chegar ao âmago das questões (Brown, cit em Kovach e Rosenstiel, 2004, 23).

Na minha opinião o recurso aos discursos emocionalizados, característicos dos jornais sensacionalistas, é bom no sentido em que cria uma melhor sensação de proximidade entre um jornal e os seus leitores. De uma forma geral, podemos dizer que a maioria das pessoas prefere ler conteúdos que apelem à sua condição enquanto seres humanos, com sentimentos, do que conteúdos mais “sérios” e por conseguinte menos apelativos. No entanto, os jornalistas devem analisar caso a caso, e ter a consciência de que às vezes os meios não justificam os fins.

Acho que o jornalismo sensacionalista não se deve confundir com o mau jornalismo, mas os jornalistas devem talvez repensar a forma como o fazem, pois é indiscutível o seu poder na formação da opinião pública e consolidação da sociedade. Devem também preocupar-se menos em lutar para serem ouvidos e vistos em primeiro lugar, e lembrar-se de que esclarecer os cidadãos não se deve confundir com assustá-los. Coisa que acho que o Correio da Manhã faz ao dar, por exemplo, muito mais destaque às notícias relacionadas com crimes do que às outras.

A sensação de que o mundo é um lugar mau e perigoso, e o medo, são duas consequências da abundância da cobertura deste tipo de acontecimentos. (Machado e Santos, 2010, 45). Até eu, por exemplo, que já sei como é que o CM se faz, sinto que me tornei uma pessoa diferente durante este estágio, e passei, inclusive, a ter medo de andar sozinha na rua à noite, depois de um dia de trabalho.

Além disto, importa referir que “o desenvolvimento de ‘dramas públicos’ e ‘julgamentos mediáticos’ pode gerar momentos poderosos de efervescência social”, e que “a construção de narrativas dramáticas mediatizadas em torno de casos judiciais é particularmente problemática na medida em que as energias coletivas geradas tendem a procurar o apaziguamento ou qualquer acontecimento catártico que possa vir a restaurar a ordem social” (Cottle, 2005, cit em Machado e Santos, 2010, 76)

Susanne Kartedt defende que a “emocionalização” do discurso público acerca do crime é uma característica da esfera pública na modernidade tardia, e que os *media* cativam as suas audiências numa forma de “sofrimento distante” (Machado e Santos, 2010, 63).

Na minha opinião, não se deve então confundir jornalismo sensacionalista com mau jornalismo, pois sensacionalismo, simplificação, recurso às emoções (...) ainda não são sinónimos de mentira, manipulação, e outro número sem fim de práticas que essas sim, são fruto daquilo que está errado e a que se pode chamar de mau jornalismo. No entanto, esta emocionalização dos discursos acerca da justiça e do sistema criminal em particular pode estar, e por tudo o que foi falado ao longo deste trabalho, a criar alguns constrangimentos no ramo jornalístico, que fazem com que os jornalistas não estejam a cumprir rigorosamente o seu trabalho enquanto vigilantes e mediadores da realidade e, conseqüentemente, os cidadãos não estejam a ser devidamente informados, e o sensacionalismo se esteja a sobrepôr então ao rigor que devia ser inerente ao trabalho jornalístico. E isto é um problema para a sociedade porque, entre outras, pode pôr em causa a democracia, que é “muito mais do que um governo eficiente. O seu verdadeiro objetivo é a liberdade humana”, e por isso há que resolver os seus problemas e “melhorar as capacidades da imprensa e a educação do público” (Kovach e Rosenstiel, 2004, 26).

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Cláudia (2009). *Os crimes dos jornalistas – uma análise dos processos judiciais contra a imprensa portuguesa*. Disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13386/3/Tese_introdu%C3%A7%C3%A3o_CI%C3%A1udia%20Ara%C3%BAjo.pdf
- BASTOS, Hélder (2010). *Origens e evolução do Ciberjornalismo em Portugal*. Edições Afrontamento
- BOURDIEU, Pierre (1997). *Sobre a Televisão*. Oeiras, Celta Ed.
- BRITO, Joice (2010). *As estratégias de comunicabilidade de um jornal popular. O caso do diário português – Correio da Manhã*. Disponível em <http://run.unl.pt/bitstream/10362/5334/1/343o%20CD.pdf>
- CARVALHAS, Maria (2013). Relatório de estágio no Correio da Manhã – Relatório de estágio de mestrado em edição de texto. Disponível em <http://run.unl.pt/bitstream/10362/10564/1/mjcarvalhas.pdf>
- CARVALHO, A. CARDOSO, A. e FIGUEIREDO, J. (2005). *Legislação anotada da Comunicação Social*. Casa das Letras
- CORREIA, Fernando (2006). *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*. Editorial Caminho, SA, Lisboa
- CURRAN, J. e SEATON, J. (1997). *Imprensa, Rádio e Televisão – Poder sem Responsabilidade*. Instituto Piaget
- DÂMASO, E., LARANJO, T., MARCELINO, M., LOPES, A., MACHADO, H. *et all* (2007). *PJ acredita que Kate matou a filha*. Correio da Manhã, 10 de setembro
- ESTEVES, João Pissarra (2007). *A Ética da Comunicação e os Media Modernos. Legitimidade e Poder nas sociedades complexas*. Fundação Calouste Gulbenkian, 3ªed.
- FONTCUBERTA, Mar (2010). *A Notícia – Pistas para Compreender o Mundo*. Casa das Letras, 3ªed.

- HOLANDA, Janaína (2009). *O Sensacionalismo na Imprensa Mossoreense: um estudo nos jornais impressos de Mossoro*. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-sensacionalismo-holanda.pdf>
- JOHANSSON, Sofia (2007). *Reading Tabloids – Tabloid Newspapers and Their Readers*. Disponível em <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:15698/FULLTEXT01.pdf>
- KOVACH, B. e ROSENSTIEL, T. (2004). *Os elementos do Jornalismo. O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto Editora
- LARANJO, Tânia (2013). *Inventa gravidez e doença*. Correio da Manhã, 13 de junho
- LARANJO, T., MACHADO, H., MARCELINO, P. e SARAMAGO, J. (2007). *Suspeitos de matar e esconder Maddie*. Correio da Manhã, 08 de setembro
- MACHADO, H. e SANTOS, F. (2010). *Justiça, ambientes mediáticos e ordem social*. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/14045>
- MACHADO, H. e SANTOS, F. (2008). *Mediatização da investigação criminal no caso Maddie – entre a ficção e a realidade*. Disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/396.pdf>
- MATTELART, Armand e Michéle (2002). *História das Teorias da Comunicação*. Campo das Letras Editores, 2ª ed.
- MONTEIRO, A., CAETANO, J., Marques, H. e Lourenço, J. (2012). *Fundamentos de Comunicação*. Edições Sílabo
- ORNEBRING, H. e Jonsson, A. (2004). *Tabloid journalism and the public sphere: a historical perspective on tabloid journalism*. Disponível em http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1461670042000246052#.UxAc4ON_vy0
- PÚBLICO (2009). *Livro de Estilo*. Disponível em http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/29-codigo-d.html
- PÚBLICO (2009). *“Correio da Manhã cumpre 30 anos”*. Público, 18 de março
- RADOS, Milan (2008). *Mundo e Comunicação – Uma história política contemporânea*. Edições Afrontamento

- RUDIN, R. e IBBOTSON, T. (2008). *Introdução ao Jornalismo: Técnicas Essenciais e Conhecimentos Básicos*. Roca Ltda.
- SANTOS, Filipe (2012). *Tensões e equilíbrios na mediatização da Justiça: As perspectivas dos actores*. Disponível em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP0486_ed.pdf
- SIMÃO, João (2007). *Manual de Jornalismo Impresso – o informativo*. Disponível em <http://comunicamos.files.wordpress.com/2007/09/press-manual.pdf>
- SORLIN, Pierre (1997). *Mass Media*. Celta Editora
- SOUSA, Jorge Pedro (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>
- TRAQUINA, Nelson (1999). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Veja, 2ªed.
- TRAQUINA, Nelson (2007). *O que é o Jornalismo?* Quimera, 2ªed.
- ZAMITH, Fernando (2008). *Ciberjornalismo – As potencialidades da Internet nos sites noticiosos portugueses*. Edições Afrontamento

Anexos

- Alguns trabalhos feitos durante o estágio

Futebol

Costinha substitui Paulo Fonseca no Paços de Ferreira

Costinha foi o escolhido para suceder Paulo Fonseca no Paços de Ferreira. O técnico, de 38 anos, leva consigo Maniche, que vai ser um dos treinadores adjuntos.

11 de Junho 2013, 18h41 Nº de votos (0) Comentários (1)

Por: Beatriz Saraiva

Like Be the first of your friends to like this.

Share

Com a saída de Paulo Fonseca para treinar o Futebol Clube do Porto, nas próximas duas épocas, Costinha, antigo técnico do Beira-Mar, foi o escolhido para assumir o comando do Paços de Ferreira.

O ex-jogador português, de 38 anos, estreou-se como treinador principal na última temporada, no clube aveirense. Segundo avança a RTP Informação, Maniche vai ser um dos seus treinadores adjuntos no Paços de Ferreira.



Costinha

Tamanho Letra A- A+

Enviar

Imprimir

Partilhar

Comentar

Ler Comentários

URL

COMENTÁRIO MAIS VOTADO

"Aqui se vê o filho do Dragão, reparem quem se subfuga ao PC, nota-se logo quem fica á frente"

Greve dos guardas prisionais

Paralisação prolongada nas cadeias

Os guardas prisionais vão prolongar a greve nas cadeias, ainda este mês e em junho, depois de ontem terem terminado o segundo período de paralisação, que estava previsto ser também o último.

12 de Maio 2013, 02h29 Nº de votos (0) Comentários (0)

Por: Beatriz Saraiva

Like Be the first of your friends to like this.

Share

Na próxima quinta-feira haverá ainda uma vigília junto ao Ministério da Justiça, em Lisboa, para a qual já está assegurada a deslocação de autocarros do Norte do País. Jorge Alves, presidente do sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SNCGP), diz que "é esperada uma grande adesão de guardas prisionais" e revela que vão ser intensificados os protestos seguintes. O primeiro período vai decorrer entre dia 21 deste mês e o dia 1 de junho. Jorge Alves admite que os guardas prisionais acabaram as greves pior do que o que estavam, uma vez que o Governo fechou portas para negociar o estatuto profissional da classe. Como o Ministério não recuou, a greve mantém-se.

Tamanho Letra A- A+

Enviar

Imprimir

Partilhar

Comentar

Ler Comentários

URL

Corrigir

Feedback...

PARTILHAR



Tags: greve, cadeias, paralisação, guardas prisionais


Greve

Alunos do Secundário sem exame de português

Sindicato dos professores garantem que não vão haver serviços mínimos.

11 de Junho 2013, 18h49 ☆ Nº de votos (6) 💬 Comentários (2)

Por: Beatriz Saraiva

 Like 14 people like this.

 Share 54

A Federação Nacional de Educação (FNE) avançou esta terça-feira que não vão haver serviços mínimos nas escolas, dia 17, durante a greve dos professores. Significa que, se assim for, mais de 75 mil alunos do Secundário não vão realizar os exames de Português e de Latim, marcados para esse dia.


O Colégio Arbitral, responsável por determinar a existência, ou não, de serviços mínimos durante a greve, decidiu que não há lugar à sua decretação.


António Avelãs, membro do secretariado nacional da FENPROF, disse ao CM que, “a confirmar-se a decisão, será uma derrota política do Governo, que tentou impedir a greve e apertou nos serviços mínimos”.

“Os serviços mínimos foram pensados para casos extremos, que põem em causa a vida das pessoas. Não faz sentido considerar um exame um serviço mínimo, porque se pode adia-lo”, diz António Avelãs. “Não está prevista para a área da Educação que hajam serviços mínimos”, acrescenta.

A greve dos professores, marcada para dia 17, deve-se à decisão do Governo de alargar o horário de trabalho dos professores, de 35 para 40 horas semanais, e de colocar docentes na mobilidade especial.

Agendados para dia 17 estão também os primeiros exames nacionais do ensino secundário. E que agora estão em risco de serem adiados. O exame de Português está marcado para as 09h30, e no qual estão inscritos mais de 70 mil alunos. À tarde, é a vez de se realizar o exame de Latim, com menos inscritos.

 Imprimir

 Partilhar

 Comentar

 Ler Comentários

URL <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/ei>

COMENTÁRIO MAIS VOTADO

"É lamentável a falta de respeito que os professores mostram pelos alunos. DEPOIS ADMIREM-SE SE OS ALUNOS NÃO MOSTRAREM RESPEITO PELOS PROFESSORES."

SONEOS
11 Junho 2013

Seníbal: Eduardo Martins morreu junto a casa

Atropelado ao ir comprar cigarros

Eduardo Martins, de 49 anos, virou-se para a mãe e para mulher e disse que ia até ao café comprar cigarros. Saiu de casa, na estrada da Chamburguinha, freguesia do Faralhão, Setúbal, mas não chegou ao destino, a 200 metros de distância. Foi brutalmente colhido por um carro, acabando por falecer ainda no local.

30 de Março 2013, 02h00 ☆ Nº de votos (16) 💬 Comentários (2)

Por: João Tavares/Beatriz Saraiva

 Like 167 people like this.


 Share 167

À família de Eduardo Martins, o condutor do carro – também morador daquela localidade – disse apenas que não viu a vítima a caminhar pela estrada, que não tem passeios. “Nem nós sabemos ainda bem o que aconteceu. Só sei que o meu filho saiu para comprar cigarros e acabou por morrer”, disse ao CM, bastante emocionada, a mãe da vítima mortal, Ermelinda Procópio, de 76 anos.


Eduardo, que estava desempregado, saiu de casa pelas 19h45 de anteontem e deslocava-se para o café O Sobreira, a 200 metros de distância. Acabou colhido pelo carro, que seguia no mesmo sentido. Apesar da curta distância entre a casa da vítima e o local do acidente, a família de Eduardo só soube da tragédia após ser avisada por uma vizinha.

A GNR acabou por comparecer no local e cortar a estrada ao trânsito. Apesar dos esforços das equipas médicas, o óbito foi declarado no local. n

 Imprimir

 Partilhar

 Comentar

 Ler Comentários

URL <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/pi>

COMENTÁRIO MAIS VOTADO

"situação muito triste. mas também já tinha idade para saber que fumar mata!"

Anónimo
30 Março 2013

Cada participante contribuiu com um mínimo de cinco euros

Corrida solidária pelos 200 anos das Linhas de Torres

Centenas de pessoas participaram ontem na primeira corrida 'Linhas de Torres 200 anos 100 km', entre Lisboa e Mafra.

26 de Abril 2013, 08h16 Nº de votos (4) Comentários (0)

Por: Beatriz Saraiva

Like 15 people like this.

Share

Dos 21 que se inscreveram para fazer a totalidade do percurso, apenas 13 conseguiram cumprir o objectivo. Cada participante, cerca de 500, contribuiu com um mínimo de cinco euros que reverteram a favor da Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson.

"A componente solidária da corrida, para a qual treinei desde novembro, foi a cereja em cima do bolo", disse ao CM Nuno Santos, de 39 anos, um dos participantes que se inscreveu para fazer os 100 km do percurso.

Raquel Afonso, também com 39, foi a única mulher a inscrever-se para fazer a totalidade do trajeto. Isto, porque os participantes poderiam optar por fazer apenas uma ou algumas das etapas em que a corrida foi dividida. "O que me motivou a participar foi a distância, porque gosto de corridas em que se revele não a velocidade, mas a capacidade de resistência de quem participa", confessou Raquel. E acrescentou: "Este percurso, que é muito bonito e tem uma importância histórica muito grande ajudou na minha decisão de participar."

O ministro Pedro Mota Soares deu o tiro de partida da corrida, que teve início pelas 05h00, no Instituto Superior Técnico de Lisboa, na Alameda e terminou no Terreiro D. João V, em Mafra.

Corrigir

Feedback...

PARTILHAR

Imprimir

Partilhar

Comentar

Ler Comentários

URL

Coimbra

Duas pistolas roubadas em esquadra da PSP

Desapareceram duas pistolas Glock de 9mm dos cacifos de dois agentes do Comando da PSP de Coimbra. O Ministério Público e a Inspeção-Geral da Administração Interna estão a investigar.

26 de Março 2013, 19h05 Nº de votos (2) Comentários (2)

Por: Beatriz Saraiva

Like 125 people like this.

Share

As pistolas, duas Glock de 9mm, autorizadas apenas para forças militares e de segurança, desapareceram em dois períodos distintos – a primeira em janeiro e a segunda em fevereiro. O furto das duas pistolas, consideradas de calibre de guerra, foi feito através do arrombamento dos armários, de onde foram levados também os respectivos carregadores e munições, e ainda um aparelho comunicador, que permite a quem o tiver na sua posse ter conhecimento de todas as diligências da PSP coordenadas ou ordenadas via rádio.

Os furtos desencadearam um inquérito interno e foram participados ao Ministério Público pelos agentes titulares das armas.

Tamanho Letra

Enviar

Imprimir

Partilhar

Comentar

Ler Comentários

URL

COMENTÁRIO MAIS VOTADO

"SE OS COMANDOS FISCALIZASSEM/REVISTA E OBRIGASSEM À LIMPEZA DAS ARMAS COMO PERTENCE, DE CERTO QUE SE ACHAVA LOGO FALTA. HOJE NADA FUNCIONA. É TEMPO DE HAVER RESPEITO OU ENTÃO ESTAMOS FEITOS."

Homem
26 Março 2013

Vila Franca de Xira: Três homens ficaram a dever 325 euros

Comem marisco e recusam pagar

O momento era de felicidade – o homem tinha acabado de ser pai. Para festejar, convidou dois amigos para jantar numa marisqueira. Comeram mais de quatro quilos de sapateira, camarão e, entre outras iguarias, sete sobremesas.

24 de Abril 2013, 08h00 👤 Nº de votos (20) 💬 Comentários (2)

Por: **Beatriz Saraiva / João C. Rodrigues**

Like Be the first of your friends to like this.

Share 201

Depois de encherem a barriga foram embora sem pagar a conta, no valor de 325,65 euros. A PSP foi chamada ao local, mas não pôde prender ninguém.

O incidente ocorreu no restaurante O Zé Carteiro, na Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira. Os três homens comeram as entradas, uma cabeça de peixe, um bife da vazia, quatro quilos e duzentas gramas de sapateira, meio quilo de camarão cozido e 39 euros de camarão-tigre. No fim pediram sete sobremesas e uísque. Quando lhes foi apresentada a conta, de 325, 65 euros, o recém-pai "disse que tinha perdido a nota e que depois pagava", revelou ao CM fonte da PSP, que foi chamada ao local por um dos donos.

Apesar de ainda não ter sido formalizada a queixa, a PSP confirmou ao CM a presença de agentes no local. Os três homens incorrem num crime de burla para a obtenção de serviços, punível com seis meses de cadeia. No dia 9, como noticiou o CM, o Zé Carteiro foi assaltado à mão armada.

Corrigir ✓ | Feedback...

PARTILHAR

URL <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/pr>

COMENTÁRIO MAIS VOTADO

"O mesmo que o País, se não quiser passar fome, tem de fazer com PPP's e outros negócios afins, venham buscar o material, não pagamos."

Anónimo
24 Abril 2013

Mau tempo nos Açores

Três pescadores desaparecidos em naufrágio

Três pescadores estavam ontem à noite desaparecidos ao largo da ilha de S. Jorge, nos Açores.

12 de Março 2013, 08h57 👤 Nº de votos (4) 💬 Comentários (0)

Por: **Magali Pinto / Beatriz Saraiva**

Like 3 people like this.

Share 2

No domingo à noite a embarcação 'Gracilaria' naufragou com quatro ocupantes, mas o alerta só surgiu ontem à hora de almoço quando um dos pescadores foi avistado e resgatado por outra embarcação.

O tenente Carlos Oliveira, do comando da zona marítima de Ponta Delgada, contou ao CM que o pescador que já foi salvo - Paulo Jorge Silveira - disse que os restantes companheiros (pescadores de S. Mateus, na Terceira) estavam agarrados a alguns destroços que sobraram do barco naufragado. "O pescador esteve sempre consciente durante o resgate", afirmou o tenente Carlos Oliveira.

Nas operações de busca e salvamento estiveram ontem envolvidos meios aéreos, sendo que as buscas vão manter-se hoje. Estiveram empenhados um C295 da Força Aérea, uma lancha do Instituto de Socorros a Náufragos, um navio de pesca e um helicóptero. Segundo a Marinha, as causas do naufrágio podem prender-se com o mau tempo que se fez sentir durante todo o fim de semana e ontem no arquipélago. O temporal obrigou mesmo ao cancelamento de cinco voos da Sata Internacional, tendo ficado retidos 591 passageiros. Já a Sata Air Açores viu-se impedida de realizar outras 14 ligações entre as ilhas do arquipélago, que afetaram mais 577 passageiros.

O porta-voz da transportadora aérea açoriana revelou ontem à noite que se aguardava pela evolução das condições do estado do tempo para a realização de cinco voos.

URL <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/pr>

Imprimir Partilhar

Comentar Ler Comentários

Montijo: cão atacou Alexandre Balazan pela segunda vez

Homem mordido por pitbull

Vítima sofreu ferimentos na zona do peito e nos dois pés. O animal foi levado para canil.

30 de Março 2013, 08h00 Nº de votos (2) Comentários (4)

Por: João Tavares/Beatriz Saraiva

Like 35 people like this.

Share 35

A imagem que eu mais recorde é a de ver o cão vir aos saltos contra mim e derrubar-me com as patas. Depois só pensei em defender-me enquanto ele me mordia". A descrição ao CM é feita por Alexandre Balazan, russo de 43 anos naturalizado português, horas depois de ter sido atacado ferozmente por um cão de raça pitbull, na zona do Afonsoeiro, Montijo. Alexandre foi mordido na zona do peito e nas duas pernas. O cão foi levado para o canil e o seu proprietário, também foi atacado mas não sofreu ferimentos de maior. Foi identificado pela GNR.

O ataque do cão, que segundo a vítima era de grande porte, aconteceu na manhã de ontem e acabou por ser uma prenda indesejada para Alexandre. "Fiz anos no dia anterior e este é o presente que recebo. Tão cedo não me aproximo de cães grandes, fiquei com medo", disse a vítima, que, curiosamente, é dona de um cão de raça caniche. E foi com o seu cão que Alexandre apanhou o primeiro susto. "Este cão já me tinha assustado há cerca de duas semanas. Eu tinha ido à rua passear o meu e só vi o outro correr na minha direção. Só tive tempo de pegar o meu cão ao colo. O dono dizia para eu não ter medo, que o cão dele só queria brincar comigo. E agora vejam o que me aconteceu desta vez".

Alexandre foi atacado mal saiu da porta do prédio, com o objetivo de ir beber café, a cerca de 200 metros de distância de casa. "Mal cheguei à rua vi logo o cão a correr para mim. Só que a porta do prédio já se tinha fechado e não tive tempo de a abrir. O cão atirou-se contra mim e depois mordeu-me um pé, puxou-me e deitou-me ao chão. Só pensei em defender o rosto", relatou a vítima. "O dono veio em meu auxílio mas também foi derrubado". Alexandre acabou por conseguir abrir a porta e fugir. O cão e o dono abandonaram o local.



Alexandre Balazan mostra os ferimentos do ataque de pitbull

Tamanho Letra A- A+ Enviar

Imprimir

Partilhar

Comentar

Ler Comentários

URL

COMENTÁRIO MAIS VOTADO

"Essa fotografia prova o quê? Que o homem tem um penso?"

segismundo c c de bragança
30 Março 2013

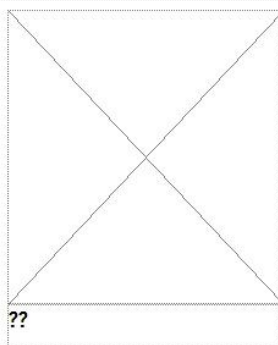
ALMADA - HOMEM JÁ TINHA SIDO PROIBIDO DE MORAR COM OS PAIS, MAS IGNOROU A DECISÃO JUDICIAL

Preso por bater nos pais octogenários

■ Um homem foi condenado ontem a prisão preventiva, em Almada, por agredir os próprios pais, de 80 anos.

O casal de idosos era vítima de agressões constantes por parte do filho, que já tinha sido proibido de continuar a viver na mesma casa dos pais devido aos maus tratos.

O Ministério Público entendeu que havia um risco real de as agressões voltarem a repetir-se, e por isso o suspeito está agora



em prisão preventiva. Já tinha sido condenado antes a pena suspensa pelas agressões. Foi também proibido de continuar a morar como casal, mas ignorou a ordem do tribunal e, por isso, o juiz emitiu um mandado de detenção em seu nome.

De acordo com o Ministério Público, a articulação com a Unidade Especial de Investigação da Violência Doméstica, foi fundamental para assegurar a segurança das vítimas. ■B.S./P.C.

TONDELA

Jovem continua em coma após depiste brutal

■ Continua internado nos cuidados intensivos o jovem, de 17 anos, que ficou gravemente ferido num acidente de viação, sábado à tarde, no concelho de Tondela.

O acidente ocorreu na Estrada Nacional 2, em Sabugosa, e provocou a morte a outros dois jovens, Marco Gabriel e Luís Rebelo, de 19 e 25 anos. O mais velho, que conduzia o carro, seguia em excesso de velocidade quando perdeu o controlo da viatura numa curva e se despi- to contra uma árvore. Teve morte imediata. ■ B.S.

AMADORA

Tenta matar excompanheira a tiro

■ Um homem com 58 anos foi detido em flagrante pela PSP, no sábado, às 19h30, na rua das Flores - Bairro Alto da Cova da Moura, na Amadora, quando atentava contra a vida da ex-companheira com uma arma de fogo.

Depois de saber que a mulher tinha iniciado uma nova relação, o sujeito deslocou-se à sua residência e disparou na sua direção, mas a mulher não foi atingida. Quando chegaram ao local, os polícias intercetaram o sujeito que escondia na zona da cintura um revólver de calibre .32. ■ B.S.

CASTELO BRANCO

GNR apreende 11.350 euros em roupa falsa

■ A GNR apreendeu, sexta-feira, num local junto à praia fluvial de Sarzedas, Castelo Branco, várias peças de roupa de marca, que terá sido falsificada, no valor 11.350 euros. A apreensão foi feita a dois vendedores ambulantes que estavam no local, deserto, após a GNR suspeitar da presença de uma viatura na área.

Foram apreendidas várias peças, entre as quais, 776 de roupa interior masculina que se destinariam à comercialização em mercados. Segundo a GNR, prossegue a investigação do caso. ■ B.S.

CASCAIS

Ladra na cadeia 8 anos por furto e agressões

■ Uma mulher, com 30 anos, foi ontem detida, em Trajouce, Cascais, para cumprir oito anos de prisão. Já tinha dois mandados de detenção. Um para cumprimento de sete anos de prisão por agressões ao seu filho menor, em dezembro de 2009, outro para o cumprimento de um pela prática de furto simples, em dezembro do ano passado.

A detida estava já também referenciada pela PSP por prática de outros crimes de roubo na área. Foi conduzida ao estabelecimento prisional de Tires. ■ B.S.

LISBOA

Homem assalta três lojas em saída precária

■ Um homem de 43 anos foi detido na sexta-feira depois de assaltar três estabelecimentos comerciais, na zona de Telheiras e de Carnide.

O indivíduo encontrava-se de licença precária do estabelecimento prisional da Carregueira, onde cumpre uma pena de prisão de sete anos e três meses, pela prática de crimes da mesma natureza. Teve licença precária por ocasião da Páscoa. Abandonou a prisão dia 28, pelas 17h30 e foi detido no dia seguinte. Deveria ter regressado hoje à tarde. ■ B.S.

OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

GNR fiscaliza uso do cinto de segurança

■ A GNR começou ontem a fiscalizar o uso do cinto de segurança e de meios de retenção de crianças.

A decorrer até domingo, a operação incide sobretudo em localidades próximas de estabelecimentos de ensino, e vai abranger cerca de 3 mil inspeções. Desde o início do ano, a GNR já registou 3.825 condutores que circulavam sem cinto de segurança. Detetou 103 crianças sem sistema de retenção.

A ação mobiliza 6.874 militares e está a decorrer em 27 países da União Europeia.

FUNERAL VAI SER NO CEMITÉRIO DA AMADORA ÀS 14H00. CORPO ESTÁ EM CÂMARA ARDENTE NA IREJA DA DAMAIA

Funeral de Diogo Seidi previsto para hoje à tarde

■ Realiza-se hoje, pelas 14h00, no cemitério da Amadora, o funeral de Diogo Seidi, o jovem de 15 anos que faleceu na terça-feira, no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, depois de ter sido levado para a esquadra da Reboleira, e de ter sido delatado.

No passado dia 10, Diogo foi apanhado na sequência de um arrastão às prateleiras do Mini-preço da Falagueira. Dois dias

depois sofreu um Acidente Vascular Cerebral, ao qual não resistiu. A família e os moradores do bairro 6 de Maio, na Venda Nova, Amadora, onde residia o jovem, prometem revolta contra a PSP, a quem culpam da morte.

Segundo Ermelinda, mãe do jovem, antes de morrer, ele terá dito que foi espancado pelos agentes na esquadra. A vítima deixa a mãe e 10 irmãos. ■ B.S.



Ermelinda está inconsolável com a morte do filho, Diogo Seidi

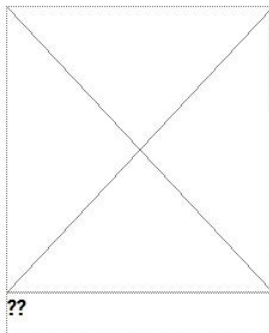
DURANTE TRÊS DIAS BOMBEIROS E PSP ESTIVERAM ENVOLVIDOS EM BUSCAS PARA ENCONTRAR HOMEM

Ex-autarca encontrado com vida

■ Apareceu ontem com vida, o ex-autarca que estava desaparecido desde quinta-feira, na ilha de São Miguel, nos Açores.

O homem, ex-presidente da junta, foi encontrado por dois populares numa pastagem, na Feteira Grande, em Santana. Estava desaparecido desde as 19h30 de quinta-feira.

Manuel Paiva, comandante dos bombeiros locais, adiantou ao CM que "antes de desaparecer, o homem, de 47 anos, disse à



mãe que ia sair uns dias".

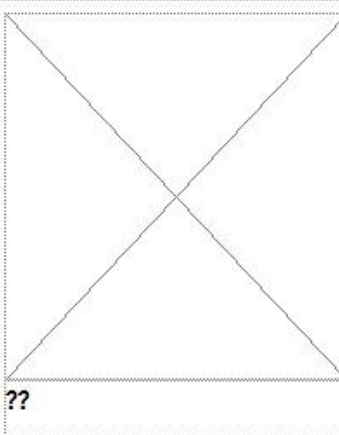
Os populares que o encontraram contactaram imediatamente a família, que avisou depois os bombeiros para pararem as buscas cerca das 11h30.

"O homem estava bem quando foi encontrado. Não disse nada de especial, mas vê-se que tem problemas de saúde", acrescentou o comandante dos bombeiros do Nordeste, que não foram chamados para assistir o ex-autarca no local. ■ B.S.

Seis traficantes apanhados com armas

■ A PSP desmantelou anteriormente uma importante rede de tráfico de droga que operava nas freguesias do Alto do Pina e de S. João, em Lisboa.

Foram detidos cinco homens e uma mulher em flagrante, entre as 05h40 e as 10h30, em Lisboa e no Cacém. Entre eles está um casal, que era o responsável pelo transporte do estupefaciente para a cidade de Lisboa, e dois homens que faziam a venda directa aos consumidores. Está



ainda um outro homem que organizava o negócio desde a aquisição à venda final.

Os suspeitos tinham todos entre os 29 e os 49 anos, e foram detidos no âmbito de uma investigação que decorreu durante oito meses, e que permitiu apreender, entre outras coisas, 3,6 quilos de heroína, 9,91 gramas de cocaína, 16,37 de haxixe, e ainda seis armas, 106 cartuchos, 24 telemóveis, quatro viaturas, e dois LCD's. ■ B.S.

SETÚBAL - CAMIÃO TIR CAPOTOU LATERALMENTE E CONDUTOR TEVE QUE SER DESENCARCERADO



■ **Alto da Guerra** Um homem ficou gravemente ferido, ontem, na sequência do despiste de um camião TIR, na EN 10.



“Ele andava deprimido”

■ Segundo o relato de um amigo do homicida, este estava com uma “depressão terrível devido a problemas familiares, e sobretudo devido ao processo de divórcio que atravessava”.

“Na semana passada estivemos juntos e tive que chamar o INEM porque ele estava a babar-se todo”, continuou o amigo, bas-

tante indignado e abalado com a tragédia. “Foram os Bombeiros de Camarate que vieram buscá-lo. Disseram que ele estava muito deprimido. Depois levaram-no para um hospital onde lhe receitaram uns comprimidos antes de o mandarem embora”, acrescenta a mesma fonte.

Joaquim Pedro da Costa Maga-

lhães estava, segundo o colega, “a tentar um entendimento com a mulher, mas não conseguiu”.

“Ele disse-me que estava com um aperto no coração. Os bombeiros viram que tinha uma depressão terrível. Se o tivessem medicado em condições e internado, no Hospital, isto não tinha acontecido”, concluiu a fonte.

AÇORES

Apanhado com droga na Terceira

■ A PJ anunciou ontem a detenção de um homem de 44 anos, suspeito de tráfico de droga, no aeroporto das Lajes, na Ilha Terceira, Açores.

O suspeito, de nacionalidade estrangeira, pertencia a uma rede de tráfico com ligações ao continente, e foi apanhado na posse de 11 400 doses de heroína, e 39 290 de haxixe. Residia numa das áreas limítrofes de Lisboa, e embarcou no aeroporto da capital. Vai ser presente a primeiro interrogatório judicial. ■

TORRES VEDRAS

Empresário faz frente a quatro ladrões

■ Quatro ladrões encapuzados tentaram assaltar anteontem ao final da tarde, uma firma de materiais de construção, em Outeiro da Cabeça, Torres Vedras.

A tentativa de assalto ocorreu cerca das 19h30, junto à área do posto de Torres Vedras. Segundo o CM apurou, um dos homens estava munido de um açaçadeira, mas devido à reacção do proprietário da firma acabou por fugir, juntamente com os outros três.

O caso foi entregue à PJ que está a investigar. ■ B.S.

ESPAÑA

Preso com 30 kg de 'haxe'

■ As autoridades espanholas prenderam um português de 30 anos, na Avenida Juan Pérez Arriete, em Algeciras, na posse de mais de 30 quilos de haxixe.

O homem conduzia um veículo com matrícula portuguesa que aparentava ter problemas mecânicos quando foi detetado por agentes da polícia. Quando foi abordado, tentou esconder um saco que trazia ao lado.

Os polícias estranharam o

seu comportamento e nervosismo, e revistaram-lhe a bolsa, que estava no banco do passageiro da viatura. Lá dentro estavam 21 embalagens de haxixe, com um quilo cada uma.

Os agentes encontraram ainda, no interior do veículo do suspeito, mais 199 bolotas e 22 placas do mesmo estupefaciente. No total, o homem tinha na sua posse 32,3 quilos de droga. ■ B.S.

SINAPOL**Contra corte do subsídio de férias**

■ O Sindicato Nacional da Polícia (Sinapol) admitiu ontem em comunicado que vai acionar todos os meios jurídicos disponíveis, caso os elementos da PSP não recebam o subsídio de férias. Salientou ainda que caso os subsídios não sejam pagos até ao final do mês, poderão ser pedidos juros de mora sobre os capitais em dívida.

O Sindicato disse ainda que caso se venha a confirmar, esta decisão poderá tratar-se de um caso de violação “dos princípios da legalidade democrática”. ■ B.S.

ESPAÑA**Portugueses presos com roupa falsa**

■ Um português, de 42 anos, foi preso anteontem, em Espanha, durante uma operação STOP, na Nacional 620. Conduzia um veículo ligeiro de mercadorias, e foi apanhado com 19 caixas de roupa falsificada, avaliada em 80.000€.

Foi a segunda apreensão de roupas falsas a portugueses, em Espanha, em menos de uma semana. Cinco dias antes, em Fontes de Oñoro, foi detido um outro português, de 32 anos, pelo mesmo crime. Tinha 2.000 peças, avaliadas em 75.000€. ■ B.S.

GUARDAS PRISIONAIS ENTENDEM-SE COM O GOVERNO**Guardas cancelam greve**

■ Os Guardas Prisionais desconvocaram a greve que estava prevista começar hoje e terminar no próximo dia 22.

Após uma reunião realizada na sexta-feira, entre Hélder Rosalino, secretário de Estado da Administração Pública, e representantes do Ministério da Justiça e Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, as garantias dadas pelo Governo foram suficientes para convencer os delegados sin-

dicais a desconvocar o novo período de greve previsto.

Nos últimos três meses, os guardas prisionais fizeram 30 dias de greve devido ao impasse nas negociações com o Governo sobre um novo estatuto. Os últimos protestos, de 12 dias, contaram com uma adesão que oscilou entre os 91 e os 96%. As manifestações afetaram sobretudo as visitas dos reclusos e o transporte destes para os tribunais. ■ B.S.

LISBOA**PSP prende 112 cidadãos**

■ A PSP realizou, entre as 07h00 de sexta-feira, e as 07h00 de ontem, uma megaoperação de prevenção e dissuasão da criminalidade, da qual resultaram 112 detenções por vários crimes, em Lisboa.

No total, foram detidos 36 cidadãos por conduzirem sob efeito de álcool, 18 por terem mandados de detenção, e 12 por tráfico de droga. Dois tinham na sua posse armas ilegais e nove conduziam sem

carta. Além das detenções, foi ainda possível apreender 10 armas, 35 munições e 5.760 euros. Também foi apreendida alguma quantidade de droga: 26.220 doses de haxixe, 1104 de cocaína, 24 de heroína e 200 unidades de ecstasy.

No que diz respeito à sinistralidade rodoviária, a PSP registou um total de 145 acidentes nas estradas portuguesas, dos quais resultaram 48 feridos ligeiros. ■ B.S.

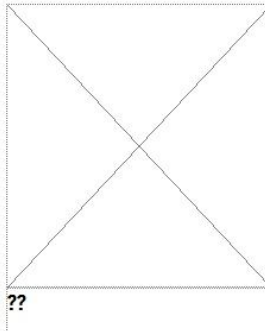
LISBOA - SUSPEITOS TINHAM ENTRE OS 16 E OS 19 ANOS E FORAM DETIDOS EM FLAGRANTE

Apanhados a roubar nos Santos

Três homens, com idades entre os 16 e os 19 anos, foram detidos em flagrante, ontem de madrugada, no Largo da Graça, em Lisboa, por roubo.

Os suspeitos terão assaltado diversas pessoas, que depois informaram os agentes da PSP que patrulhavam o local, no âmbito de uma megaoperação policial das Festas Populares.

Eram cerca das 03h30 quando os agentes interceperam os homens, cujas características físi-



cas correspondiam às que tinham sido descritas pelas vítimas dos assaltos.

Ao mesmo tempo que revistavam os suspeitos, que tinham na sua posse dois telemóveis desligados e sem cartão SIM, os agentes foram interpelados por um outro cidadão que os informou que tinha acabado de ser assaltado pelos homens, e que era o dono de um dos telemóveis. Disse ainda ter sido agredido durante o roubo. ■ B.S.

ALENQUER

Ourivesaria assaltada no Carregado

Uma ourivesaria no Carregado, em Alenquer, foi anteontem à tarde assaltada por dois homens, munidos de uma arma branca.

De acordo com a GNR, os assaltantes conseguiram levar vários objetos valiosos, cujo montante ainda não tinha sido quantificado, até à hora de fecho desta edição.

Tudo aconteceu pelas 16h15 da tarde, altura em que a GNR tomou conhecimento do roubo. Os ladrões conseguiram fugir com os objetos após o assalto. A polícia está a investigar. ■ B.S.

LISBOA

112 detidos em 48 horas

A PSP deteve 112 pessoas na zona de Lisboa entre as 07h00 de sexta-feira, e as 07h00 de ontem, no âmbito de uma megaoperação de prevenção e dissuasão da criminalidade.

No total, foram detidos 36 cidadãos por conduzirem sob efeito de álcool, 18 por terem mandados de detenção, e 12 por tráfico de droga. Dois tinham na sua posse armas ilegais e nove conduziam sem carta. Além das detenções, foi

ainda possível apreender 10 armas, 35 munições e 5.760 euros. Também foi apreendida alguma quantidade de droga: 26.220 doses de haxixe, 1104 de cocaína, 24 de heroína e 200 unidades de ecstasy.

No que diz respeito à sinistralidade rodoviária, a PSP registou, durante o mesmo período, um total de 145 acidentes nas estradas portuguesas, dos quais resultaram 48 feridos ligeiros. ■ B.S.

FECHO

LISBOA

Fogo destrói

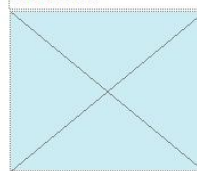
Um incêndio, na Rua do Rio Vez, em Lisboa, destruiu ontem por completo algumas casas que já estavam degradadas e desabitadas na zona. Tudo aconteceu por volta das 12h54. Ao local socorreram 8 viaturas com 19 elementos dos Sapadores.

SANTARÉM

Conhece acórdão

Está agendada para 15 de julho, no Tribunal de Benavente, a leitura do acórdão do falso piloto de aviões suspeito de burlar seis mulheres, desde 2008. O homem terá lesado as vítimas em pelo menos 60 mil euros.

AUTOMOVEIS



Alerta automático

A Comissão Europeia quer que a partir de 1 de outubro de 2015, todas as viaturas novas tenham instalado um serviço automático de chamadas de emergência e 112 obrigatório. Em caso de acidente, o serviço de emergência, designado por 'eCall', deverá ser adotado manualmente ou automaticamente com o disparo do "airbag".

LISBOA

Roubo com seringa

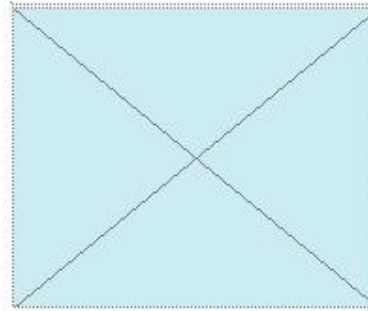
■ Um homem de 34 anos foi detido anteontem à noite, na rua Morais Soares, por roubo. Ameaçou a vítima, que estava a levantar dinheiro, com uma seringa, até esta lhe dar 20 euros. Já estava referenciado pela PSP por furtos.

PORTO DE MÓS

Choque com camiões

■ Um ferido é o resultado do aparatoso acidente envolvendo quando camiões ocorrido ontem à tarde no IC2, em Tremoceira, concelho de Porto de Mós. O acidente ocorreu às 15h10 e obrigou ao condicionamento do trânsito na via durante duas horas.

BARREIRO



Presos com haxixe

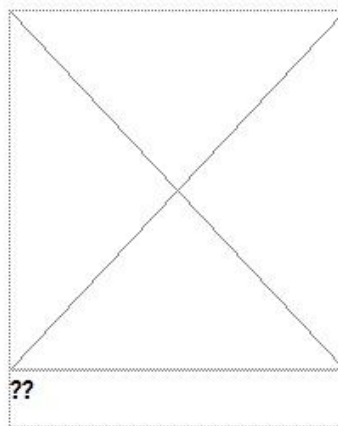
■ Cinco homens, com idades entre os 25 e os 33 anos, foram detidos na madrugada de segunda-feira, junto às portagens de Coima, na A2, sentido Palmela-Lisboa, por tráfico de droga. Transportavam com eles 526 bolotas de haxixe no estômago, equivalente a 4,151 quilos de droga. Os suspeitos já andavam a ser investigados pela PSP.

OPERAÇÃO DE RESGATE COMEÇOU DURANTE A TARDE DE ANTEONTEM E TERMINOU ONTEM DE MADRUGADA

Força Aérea salva finlandeses em veleiro

■ Quatro finlandeses, dois homens e duas mulheres, foram resgatados pela Força Aérea Portuguesa, depois do veleiro em que viajavam se ter danificado, anteontem à tarde, a 370 quilómetros a leste de Vigo.

Os tripulantes do "SERENA" viajavam tranquilamente quando a água começou a inundar o veleiro, e os equipamentos de salvamento existentes a bordo se perderam no mar. Depois de ter conhecimento do caso, o Centro



de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo de Lisboa, iniciou uma operação de salvamento. Enviou um helicóptero e uma aeronave ao local, pelas 19h00. "Foi uma operação difícil por causa das condições adversas, mas conseguimos fazer o resgate rapidamente", disse ao CM o Major Mineiro da Força Aérea. Os velejadores, com idades entre os 21 e os 55, foram levados para a Base Aérea do Montijo, em situação estável. ■ B.S.

AÇORES**Pescadores continuam desaparecidos**

■ Três dos quatro pescadores vítimas do naufrágio do barco 'Glacilária', ao largo da ilha de S. Jorge, Açores, continuam ontem desaparecidos.

As buscas para encontrar os naufragos, entre eles António Silveira, 50 anos, e Manuel Silva, 53, foram suspensas ontem ao anoitecer. Retomam hoje pelo nascer do dia.

Os pescadores saíram domingo à tarde do porto e a embarcação virou 5,5 milhas a oeste da ilha de S. Jorge. O barco "Prancha" salvou o sobrevivente, Paulo Jorge Silveira, de 53 anos. B.S. ☒

BOMBEIROS DE ENTRE-OS-RIOS**Fazem festas para reparar ambulância**

■ Precisam de 13 mil euros para remodelar uma ambulância de emergência, e arranjam o dinheiro em festas. Para o próximo fim de semana, os Bombeiros de Entre-os-Rios têm já agendado um desfile de moda que vai contar com a presença de famosos e pretende ajudar nas verbas.

Há cerca de dois anos organizaram uma festa que lhes rendeu algum dinheiro para comprar equipamento.

Para os Bombeiros, que atuam no sul do concelho de Penafiel, a viatura degradada, já com 13 anos de utilização, é essencial nas operações e socorro, e a organização de eventos foi a solução encontrada para ajudar nas despesas da corporação. B.S.

AÇORES**Aproveitava-se do emprego para roubar**

■ Uma mulher de 42 anos foi ontem detida, pela PJ dos Açores, por suspeita de burla qualificada. A arguida trabalhava como subgerente de uma agência bancária, e ter-se-á aproveitado da função para obter avultados proveitos financeiros. Segundo o CM apurou, a visada, detida na comarca do Seixal, provocava uma série de erros para ficar com o dinheiro. Foi presente a primeiro interrogatório ainda durante o dia de ontem. Até à hora de fecho desta edição, desconhecia-se a decisão judicial. ■ B.S.

RELATÓRIO SOBRE ACIDENTES DOMÉSTICOS E DE LAZER**Menores sofrem mais**

■ São as crianças até aos 14 anos que integram o grupo etário que mais sofreu com acidentes domésticos e de lazer o ano passado. Os resultados, divulgados pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA), revelam ainda que a maior parte dos acidentes ocorreram em casa, e que as quedas estiveram na origem da maioria das lesões.

Acidentes relacionados com o tráfego rodoviário e o traba-

lho estão, segundo o INSA, em declínio há cinco anos, ao contrário das lesões por acidentes domésticos e de lazer, e dos acidentes relacionados com desporto e traumatismos por quedas entre as pessoas mais velhas.

Para o Instituto é necessário criar um acordo entre todos os países, a nível da UE, que assegure uma troca contínua de dados sobre acidentes a partir do próximo ano. ■ B.S.

MADEIRA**Homem julgado por acidente de viação mortal**

■ Começa hoje a ser julgado, no Tribunal de Santa Cruz, Madeira, o motorista acusado de ter provocado um acidente de viação mortal na madrugada de 11 de junho de 2010.

O homem, com 47 anos, entrou na saída da Via Rápida no Caniçal, onde existia um sinal de sentido proibido, a mais de 100 km/hora. Segundo o Ministério Público, circulou na via durante pelo menos 10 quilómetros e obrigou os condutores dos veículos que por ele passavam a encostar à berma. Acabou por embater no motociclo conduzido pela vítima, que foi projetada para cima do separador central.

O início do julgamento está previsto para as 09h30. ■ B.S.

SAÚDE**SNS assegura medicamentos da GNR e PSP**

■ A comparticipação dos medicamentos adquiridos por beneficiários da GNR e da PSP vai, a partir de abril, ser assegurada pelo SNS, Serviço Nacional de Saúde. No entanto, se o valor ultrapassar o praticado pelo SNS, as forças de segurança têm que assumir o pagamento adicional.

De acordo com o Diário da República, fica de fora “o encargo de medicamentos dispensados por entidades integradas nos Ministérios da Defesa Nacional e Administração Interna, e por farmácias das regiões autónomas”.

SEGURANÇA**Sete presos por roubo na noite de Lisboa**

■ Dois jovens de 17 anos foram, durante a noite de sábado, agredidos e assaltados por sete homens, com idades compreendidas entre os 15 e os 21, na rua Escadinhas da Praia, junto à Avenida 24 de julho.

Os sete suspeitos roubaram aos jovens dois telemóveis no valor de 500€ cada, um maço de tabaco e cinco euros. Foram detidos após o roubo por agentes de investigação criminal em serviço de patrulhamento.

Quatro dos sete detidos, que eram menores, foram notificados a comparecer nos respetivos tribunais de família e menores. Os outros três detidos foram libertados com Termo de Identidade e Residência. ■ B.S.

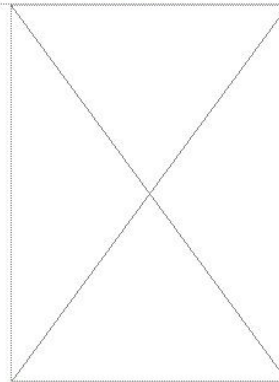
APARECIMENTO DAS TRÊS SEQUESTRADAS EM CLEVELAND TRAZ NOVA ESPERANÇA A PAIS DE MADELEINE**McCann celebram décimo aniversário de Maddie**

■ Seis anos depois do desaparecimento da filha, os McCann continuam a celebrar os seus aniversários e a orar pelo seu regresso. Ontem Maddie faria dez anos e, para comemorar, os pais marcaram um encontro discreto para toda a família e amigos onde rezaram pelo seu retorno.

Madeleine tinha três anos quando desapareceu do apartamento em que dormia, no Al-

garve. Kate e Gerry McCann têm, desde então, tentado manter a vida o mais normal possível por causa dos gémeos, irmãos de Maddie, mas nunca esqueceram a filha mais velha.

Agora, depois do aparecimento das três mulheres raptadas há 10 anos em Cleveland, EUA, os McCann admitem que aumentou a esperança de encontrar a pequena Maddie com vida. ■ B.S.



???

ALMEIRIM**‘Caçada’ com notas falsas**

■ A GNR de Almeirim deteve, na passada sexta-feira, uma mulher de 44 anos, por posse de notas falsas. A suspeita tentava pagar a despesa num supermercado, ao final da tarde, com uma nota de 50€ falsa quando foi detida.

Na sequência do episódio, a polícia realizou uma busca à via-tura da senhora, onde acabou

por encontrar mais 18 notas com o mesmo valor. No total, a suspeita trazia consigo 950€ em dinheiro falso. E ainda 170€ em notas do Banco Central Europeu (BCE) que, segundo a GNR, se presume serem a soma de alguns trocos recebidos em transações realizadas.

A suspeita foi entregue à Polícia Judiciária. ■ B.S.



SEGURANÇA

Sete presos por roubo na noite de Lisboa

■ Dois jovens de 17 anos foram, durante a noite de sábado, agredidos e assaltados por sete homens, com idades compreendidas entre os 15 e os 21, na rua Escadinhas da Praia, junto à Avenida 24 de julho.

Os sete suspeitos roubaram aos jovens dois telemóveis no valor de 500€ cada, um maço de tabaco e cinco euros. Foram detidos após o roubo por agentes de investigação criminal em serviço de patrulhamento.

Quatro dos sete detidos, que eram menores, foram notificados a comparecer nos respetivos tribunais de família e menores. Os outros três detidos foram libertados com Termo de Identidade e Residência. ■ B.S.

AMADORA

Preso com mais de dez mil euros em droga

■ Um homem de 26 anos foi ontem à noite detido pela PSP, na rua Ladeira, Bairro da Cova da Moura, por tráfico de droga. O indivíduo seguia ao lado de outro, num automóvel, quando avistaram agentes da PSP a patrulhar a zona.

O condutor imobilizou imediatamente a viatura e depois fugiu. O homem de 26 anos também tentou, mas acabou por ser detido pelos agentes na posse de um saco, de onde foi possível apreender 3,558 doses de droga, com um valor estimado de mais de 10 mil euros. ■ B.S.

ESPANHA

Julgado por roubar sino em Espanha

■ Começou ontem a ser julgado, em Espanha, o cidadão português de 45 anos, acusado de receção de um sino em bronze da capela de Caranza, em Ferrol.

A peça foi roubada em 2008 por pessoas ainda não identificadas, e interceptada em julho do mesmo ano, no carro de João Manuel R.C. O homem transportava o sino, com 58 centímetros de diâmetro e 60 de altura, na mala da viatura quando foi interceptado em Badajoz. Não há provas de que tenha sido João a roubar a peça. ■ B.S.

'OPERAÇÃO PÁSCOA'

Seis mortos em três dias

■ Seis vítimas mortais, sete feridos graves e 153 feridos ligeiros, são o resultado dos três primeiros dias da 'Operação Páscoa', da GNR, que intensificou as ações de patrulhamento e fiscalização rodoviária, entre as 00h00 de quinta-feira, e as 24h00 de ontem. Nos três dias da operação de vigilância foram registados 580 acidentes.

Na quinta-feira, foram contabilizados dois mortos e, na sexta-feira, quatro. No sábado,

a GNR registou 141 acidentes que fizeram dois feridos graves e 34 ligeiros. Não houve vítimas mortais.

Em relação ao mesmo período do ano passado, houve mais 87 acidentes e cinco mortos, mas foram registados menos feridos graves e ligeiros. Em 2012 nos três dias da 'Operação Páscoa', registaram-se 493 acidentes. Destes, resultaram um morto, oito feridos graves e 161 feridos ligeiros. ■ B.S.

PINHAL NOVO - SETÚBAL

Padeiro rouba 500 euros a reformado

■ A GNR deteve, durante o fim de semana, em Pinhal Novo, um homem por alegadamente ter roubado dinheiro a outro indivíduo.

O sujeito, que é padeiro de profissão, mas que está atualmente desempregado, é suspeito de ter roubado 500 euros em dinheiro a um homem reformado.

A polícia intercetou-o durante a tarde de domingo, no centro da vila de Pinhal Novo, concelho de Palmela, no distrito de Setúbal. Depois, o suspeito desempregado foi detido. ■ B.S.

PSP - 'OPERAÇÃO PÉGASUS' Mais de 100 infrações

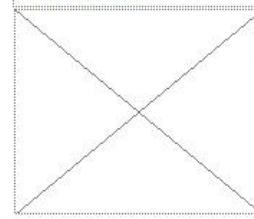
■ A PSP divulgou ontem os resultados da 'Operação Pégasus', que mobilizou Comandos de Lisboa, Porto, Faro, Madeira e Açores durante 24 horas. Foram fiscalizadas 317 viaturas, detida uma pessoa por tráfico de droga, e registadas mais de 100 infrações.

MADEIRA

Detido com haxixe

■ A PJ deteve, no Funchal, um homem de 20 anos por tráfico de droga. O sujeito foi intercetado junto de uma estação de correios, depois de ter levantado uma encomenda que continha 1200 doses individuais de haxixe.

SINISTRALIDADE



Acidentes na estrada

■ A GNR registou anteontem, entre as 00h00 e as 24h00, um total de 213 acidentes rodoviários nas estradas portuguesas. Destes, resultaram dois mortos, dois feridos graves e 62 feridos ligeiros. Lisboa (com 30), Porto (com 25), Leiria, Santarém e Setúbal (todos com 20), foram os distritos onde foram registados mais acidentes.

GREVE DOS GUARDAS PRISIONAIS

PARALISAÇÃO PROLONGADA NAS CADEIAS

■ BEATRIZ SARAIVA

Terminou ontem a greve dos guardas prisionais, no entanto já estão marcadas mais duas, em maio e em junho. Na próxima quinta-feira haverá ainda uma vigília junto ao Ministério da Justiça, em Lisboa, para a qual já está assegurada a vinda de alguns autocarros do norte do país. Jorge Alves, presidente do sindicato Nacional do Corpo da

Guardas querem forçar Ministério a recuar

Guarda Prisional (SNCGP), diz que é esperada uma grande adesão de guardas prisionais. E confessa que vão ser intensificados os protestos seguintes - cujo primeiro período vai decorrer entre dia 21 deste mês e o dia 01 de junho - já que foram nulos os resultados das greves feitas até aqui. Jorge Alves admite ainda que os guardas prisionais acabaram as greves do último mês pior do que estavam no início, uma vez que o Governo fechou portas para negociar o estatuto profissional da classe. Se o Ministério Público não recuar, estão prometidas mais greves. ■

BÉLGICA

Preso com 5 quilos de cocaína

■ Um português, de 24 anos, foi detido no aeroporto de Bruxelas, na Bélgica, por transportar cinco quilos de cocaína. O incidente ocorreu no sábado depois do jovem ter viajado desde São Paulo, no Brasil, até ao aeroporto onde foi detido, na posse da droga, pela polícia local. O indivíduo escondia os estupefacientes num fundo falso da mala que transportava, mas foi apanhado pelas autoridades antes de chegar ao seu destino.

Contatado pela Lusa, José Cesário, secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, disse ainda não ter qualquer conhecimento do caso, no entanto, segundo uma notícia da agência belga, publicada no site da estação pública RTBF, o sujeito ia ser presente a um juiz de instrução, ontem, que decidiria se o jovem ia ser preso ou não. Até à hora de fecho do jornal desconhecia-se o desfecho da história. ■ BS.

ESPAÑA

Escondia droga na mota e foi apanhado

■ Foi detido, durante a madrugada de ontem, um cidadão português, em Sevilla, Espanha, por posse de droga.

Eram cerca das 02h53, quando a polícia espanhola, na rua Arquitecto José Galnarez, Três Mil Viviendas, observou uma mota com uma matrícula suspeita. Entre outras coisas, não dava para ver o país de origem da mesma.

Depois de uma busca, foi possível apreender 468,5 gramas de haxixe escondidas no banco da mesma. O proprietário, um português de 40 anos, foi detido. ■ BS.

SEGURANÇA - 2.460 CRIANÇAS ATÉ AOS 17 ANOS FORAM ATROPELADAS ENTRE 2010 E 2011

Crianças dos 10 aos 14 são as mais atropeladas

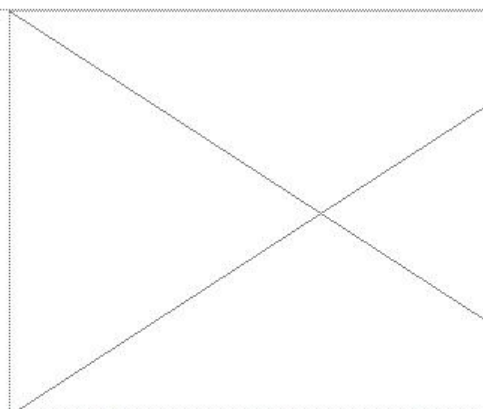
■ Nos últimos dois anos, todos os dias, 12 crianças sofreram um acidente de viação e, entre 2010 e 2011, 2.460 foram atropeladas. A conclusão é de um estudo da Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI), feito em novembro do ano passado e divulgado ontem.

Entre 1998 e 2011 foram registadas 1020 mortes com crianças até aos 17 anos. O grupo dos 10

aos 14 foi o mais atingido.

Segundo a European Child Safety Alliance, Portugal tem que assumir um compromisso mais sério com o problema, e tomar medidas que aumentem a segurança dos peões.

Os Cidadãos Auto-Mobilizados e a Federação de Ciclismo vão propor, no final desta semana, a criação de um provedor para peões e ciclistas. ■ BS.



Em média três crianças são atropeladas por dia em

CABO VERDE

Apanhado com cocaína no estômago

■ A PJ cabo-verdiana deteve, sexta-feira, no aeroporto da Cidade da Praia, um cidadão português, natural da Guiné, por transportar 691 gramas de cocaína no estômago.

O homem, de 47 anos, chegou à capital de Cabo Verde proveniente de Fortaleza, Brasil. Foi apresentado ontem ao Tribunal Judicial da Comarca da cidade para interrogatório. O juiz decretou-lhe prisão preventiva.

Não é a primeira vez que cidadãos portugueses são detidos no mesmo aeroporto por tráfico de droga. ■ B.S.

AVEIRO

Ex-segurança barricado após bater na família

■ Um ex-segurança privado com 38 anos, barricou-se em casa ante ontem à noite após discutir e agredir a mulher e a enteada, de 14. O homem, de Esgueira, Aveiro, entregou-se à polícia cerca de uma hora depois e foi levado para o Hospital de Aveiro. A jovem sofreu ferimentos ligeiros e também foi ao hospital.

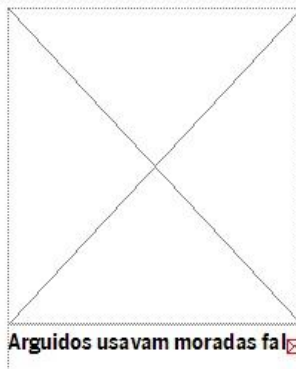
O agressor, que sofre de esquizofrenia, chegou a casa na praça S. Bartolomeu pelas 22h00 e discutiu com as vítimas. Ontem de manhã ainda estava internado para receber tratamento psiquiátrico. ■ F.M.

REINO UNIDO - ACUSADOS ENVIAM HEROÍNA E OUTRAS DROGAS POR CORREIO

Portugueses condenados por tráfico

■ Os portugueses José Sebastião Fernandes, de 27 anos, e Fernando Moreira Cerejo, de 43, foram ontem condenados em Guernsey, no Reino Unido, por tráfico de droga.

Os arguidos, ambos residentes no Reino Unido, declararam-se culpados das acusações. Fernando Cerejo, condenado a três anos e nove meses de prisão, admitiu enviar estupefacientes por correio a José Fernandes, punido com cinco anos de cadeia, em



Arguidos usavam moradas falsas

outubro do ano passado. Foram detidos quando tentavam enviar cerca de cinco mil euros em heroína e outras drogas.

Para consumar o crime, os portugueses utilizavam endereços falsos, que acabaram por ser descobertos durante as investigações das autoridades, em Novembro de 2012.

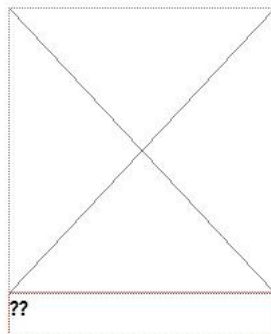
O tribunal aconselhou a deportação dos dois indivíduos, logo após o cumprimento das respetivas penas. ■ B.S./C.M.L.

SINES

Bombeiros resgatam homem de navio

■ Os Bombeiros Voluntários de Sines resgataram, durante a tarde de sábado, um homem de nacionalidade filipina que seguia a bordo de um cargueiro, ao largo do Porto de Sines.

O indivíduo partiu a perna durante a viagem e foi socorrido por dois bombeiros que, depois de efetuarem todos os cuidados pré-hospitalares necessários no navio, o moveram com as devidas precauções para terra, numa lancha da APS - Administração



??

do Porto de Sines. O veículo INEM dos Bombeiros Voluntários já estava à espera do homem em terra e, pelas 19h00, transportou-o para a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, em Santiago do Cacém.

Ao local, além dos bombeiros, socorreram vários meios da Capitania e da Administração do Porto de Sines.

De recordar que no dia do resgate as condições marítimas eram adversas. ■ B.S.

SEIXAL II

Detido com arma

■ Foi detido, anteontem à noite, na avenida da Ponte, no Seixal, um homem de 17 anos por posse de arma ilegal. O indivíduo tinha com ele um bastão extensível.

SEIXAL III

Detido com cocaína

■ Um homem de 30 anos, foi detido ontem, pelas 02h30, na Rua Vítor Santos, em Corroios, Seixal, por tráfico de estupefacientes. Foram-lhe apreendidas 28 doses de cocaína.

BARREIRO II

Fere com faca

■ Um homem de 33 anos agrediu anteontem, na Rua Carlos Augusto dos Santos, no Barreiro, outro de 36, com uma faca, e depois fugiu para parte incerta. A vítima deu entrada no Hospital do Barreiro com ferimentos no abdómen.

LISBOA

Partilhava pornografia infantil na Net

■ Um homem de 42 anos foi detido pela PJ por fortes indícios da prática de crimes de pornografia de menores na Internet.

O detido, com antecedentes criminais nesta prática, partilhava e divulgava fotografias e vídeos de crianças a serem vítimas de abusos sexuais de vários tipos.

Após alguns meses de investigação, a PJ deteve o sujeito, e apreendeu o material informático utilizado para os crimes. Neste momento estão a apurar a extensão criminosa dos mesmos. ■ B.S.

ESPAÑHA

Julgado por roubar sino em Espanha

■ Começa a ser julgado hoje, em Espanha, o português de 45 anos, acusado de receptação de um sino em bronze da capela de Caranza, em Ferrol.

A peça foi roubada em 2008 por pessoas ainda não identificadas, e interceptada em julho do mesmo ano, no carro de João Manuel R.C. O homem transportava o sino, com 58 centímetros de diâmetro e 60 de altura, e datado de 1669, na mala da sua viatura quando foi interceptado, em Badajoz. Não há provas de que tenha sido o português a roubar a peça. ■ B.S.

OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

GNR apanha menos droga aos finalistas

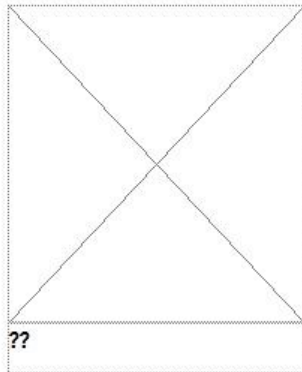
■ A GNR registou menos detenções e apreensões de droga junto dos estudantes finalistas que foram passar as férias da Páscoa a Espanha.

Entre sexta e domingo foram fiscalizados 192 veículos, detidas duas pessoas, apreendidas 39,4 gramas de haxixe e 4,7 de liamba. As operações decorreram em Vilar Formoso (Guarda), Caia (Portalegre) e Vila Real de Stº António (Faro). No mesmo período do ano passado, foram detidas sete pessoas, apreendidas 113,6 gramas de haxixe e 1,8 de cocaína. ■ B.S.

Invade feira e cai em cima de polícia

Um homem de 52 anos sofreu alguns ferimentos graves, na sexta-feira à noite, depois de ter caído de uma torre de rappel, instalada no recinto da Feira Internacional de Agropecuária de Estremoz (FLAPE).

Segundo fonte da PSP, o incidente poderia ter tido um final trágico, não fosse um agente estar por ali a passar àquela hora, e o homem, que estava a cerca de quatro metros de altura, e que não conseguia subir nem descer,



ter caído em cima do agente.

Segundo o CM apurou, a feira já estava encerrada quando o homem, apesar das restrições, resolveu subir a estrutura sem tomar qualquer medida de segurança. Na queda, o contacto com o corpo do agente, que acabou por amparar a queda, sem sofrer ferimentos, impediu que as consequências tivessem sido mais graves.

A vítima foi transportada para o Hospital de Évora. ■ B.S.

FECHO

SEGURANÇA

Mega operação GNR

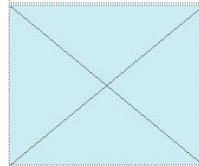
A GNR começou anteontem uma mega operação que se prolonga até dia 30, e tem como objetivo reforçar a segurança junto de estabelecimentos comerciais e dar a conhecer a nova nota de cinco euros. Estão envolvidos mais de seis mil militares.

ACIDENTES RODOVIÁRIOS

Com menos mortos

O número de mortos na estrada diminuiu 16% em 2012. Segundo dados provisórios da Comissão Europeia, divulgados ontem, foram registadas 71 mortes rodoviárias por milhão de habitantes. No ano anterior registaram-se 84.

LOURES



PSP caça armas

Um homem, com 36 anos, foi ontem detido, na rotunda António Morais, Loures, por posse ilegal de armas. Na via-tura, o indivíduo seguia com 50 munições de calibre .22. Numa busca à sua residência, a PSP apreendeu mais 300 munições, duas armas de ar comprimido, 30 bastões extensíveis, um punhal e um taco de baseball.

FECHO

VENEZUELA

Comerciante morto

Foram localizados, pelas autoridades venezuelanas, os restos mortais de Júlio Vieira Chachá, comerciante madeirense desaparecido desde 25 de fevereiro. Segundo os policiais o homem foi assassinado, esquartejado e queimado e os seus restos mortais encontrados num matagal a 20 km a sul de Caracas.

TIT NEIRO

Titulo

■ Texto

LISBOA



Furto em escola

Dois homens, de 25 e 31 anos, foram anteontem detidos pela PSP, por furto de metais não preciosos na Escola Afonso Domingues, em Marvila. Os suspeitos foram apanhados em flagrante a danificar as instalações da escola, que se encontra desativada. Usavam um martelo para roubar o cobre existente nos cabos eléctricos.

CARRO INCENDIOU-SE APÓS ACIDENTE EM SOURE

MADEIRA

Corpo resgatado

Foi resgatado ontem, pela manhã, o corpo de um indivíduo, de 41 anos, residente na Madeira, que foi avistado a boiar à entrada do Porto do Funchal. O resgate foi feito por uma embarcação da Capitania do Funchal.

LISBOA II

Ferido em despiste

Um ferido é o resultado do despiste de um veículo ligeiro, ontem, ao final da tarde, na IC17, sentido Amadora-Loures. A vítima, um homem de 34 anos, foi encaminhada para o Hospital de Santa Maria, sem ferimentos graves.

e feito compras com outra.

SINTRA

Detidos por roubo

Dois homens, com 27 e 35 anos, foram detidos, anteontem, pelas 00h00, na freguesia de São Marcos, pela autoria do crime de furto. Os homens roubaram objetos em várias arruadagens de um prédio.

IRA

??

??

??

??

??

??

??

TRÁNSITO

Operação GNR

■ A GNR está a realizar até domingo, uma mega operação de fiscalização à condução sob efeito de álcool e ao consumo de drogas. Vão ser realizadas 2317 ações, e mobilizados 5768 militares.

AVEIRO

Pescado apreendido

■ O Destacamento de Controlo Costeiro da Figueira da Foz da GNR apreendeu, na madrugada de ontem, quase duas toneladas de bivaldes, choccos e caranguejo, em Estarreja. O pescado foi avaliado em mais de 11 mil euros, e apreendido no âmbito de uma ação de fiscalização.

SETÚBAL

Detido por roubo

■ Um homem foi detido, sexta-feira, por furto de cobre e de um lava-loiças, na Rua 1º de Maio. O sujeito foi interceptado nas instalações da REFER, e provocou danos no valor de 4 mil euros.

SEIXAL

Assaltante detida

■ Uma mulher de 20 anos foi detida, sábado, pelas 18h15, quando tentava roubar um a loja do Shopping Rio Sul, na Torre da Mari-nha, Seixal. A jovem tinha a mala forrada com alumínio.

BARREIRO I

Roubam fio de ouro

■ Um homem de 54 anos foi assaltado e agredido por dois jovens, anteontem à tarde, na Rua Calouste Gulbenkian, no Barreiro. Os ladrões levaram um fio de ouro da vítima, e fugiram após o assalto. Já foram referenciados pela PSP.

SETÚBAL

Furto no Jumbo

■ Um homem de nacionalidade romena foi anteontem à tarde detido em flagrante, por furtar objetos no valor de 533€ no Jumbo de Setúbal. Ficou a aguardar julgamento na esquadra por não revelar morada e idade.

ho Artigos Prova

BREVES

BREVES

BREVES

MADEIRA

SEF interceta

■ Um português, com quatro mandados de detenção, foi interceptado anteontem, no Aeroporto da Madeira, pelo SEF. Depois de detido, foi constituído arguido pelo crime de furto qualificado.

LISBOA

Despiste fere

■ Uma mulher foi ontem assistida pelo INEM, na Rua Contra-Almirante Armando Ferraz, em Lisboa, depois do veículo em que seguia se ter despistado. Foi levada ao Hospital por precaução.

ALMADA

Preso com haxixe

■ Foi detido às 02h45 de ontem, na Avenida Henrique Barbeitos, em Almada, um homem de 22 anos por tráfico de droga. Na sua posse tinha 92 doses de haxixe, um canivete de corte e ainda 102 notas do BCE.

BARREIRO

Detidos com álcool

■ Dois homens, com 52 e 56 anos, foram detidos ontem de madrugada e anteontem à noite, no Barreiro, por conduzirem em briagados. O primeiro, conduzia com uma taxa de 2,66% de álcool. O segundo, de 2,78%.

SETÚBAL

Detido com heroína

■ Um homem de 24 anos foi detido anteontem, pelas 19h30, na Avenida de Belo Horizonte, por tráfico de droga. Tinha na sua posse 14 doses de heroína.

SETÚBAL I

Roubo por esticção

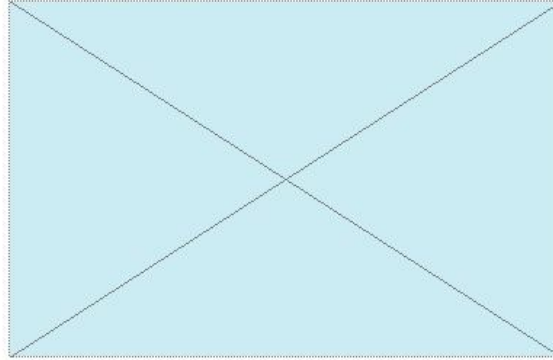
■ Um homem de 35 anos foi anteontem vítima de um roubo por esticção, na estação da CP da Baixa da Banheira. O suspeito roubou-lhe o telemóvel enquanto este se preparava para fazer uma chamada.

SEIXAL

Caçado com haxixe

■ Foi detido anteontem, pelas 22h00, na Avenida Silva Gomes, em Amora, Seixal, um homem de 30 anos, por posse de droga. Tinha com ele 52 doses de haxixe.

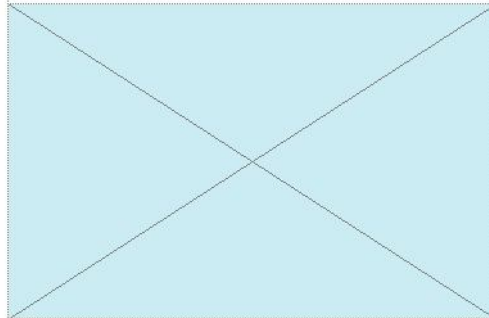
SEGURANÇA RODOVIÁRIA



Acidentes na estrada fazem três mortos

■ A GNR registou anteontem um total de 216 acidentes rodoviários nas estradas portuguesas, dos quais resultaram 3 mortos e 67 feridos ligeiros. Os distritos do Porto (com 51), Braga (27) e Aveiro (24) foram os que apresentaram um número maior de sinistralidade rodoviária.

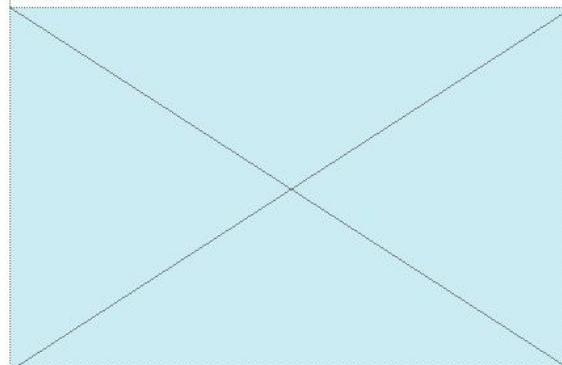
OEIRAS



Caçados a assaltar quiosque de jornais

■ Dois homens, um de 24 e outro de 34 anos, foram detidos em flagrante, durante a madrugada de ontem, a assaltar um quiosque de jornais, na Avenida Combatente da Grande Guerra, em Algés. Já tinham roubado material avaliado em 1.300 euros, e foram interceitados pela PSP.

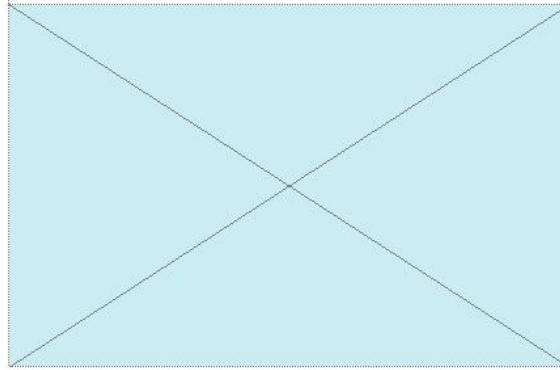
SINISTRALIDADE



Acidentes rodoviários fazem dois mortos

■ A GNR registou anteontem um total de 208 acidentes rodoviários nas estradas portuguesas, que resultaram em dois mortos, quatro feridos graves, e 69 feridos ligeiros. Porto (com 44), Braga (com 31) e Aveiro (com 27) foram os distritos onde se registaram mais acidentes.

SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA



Acidentes fazem dois mortos e 50 feridos

■ A GNR registou anteontem um total de 124 acidentes rodoviários em todo o país. Destes resultaram dois mortos, dois feridos graves e 48 feridos ligeiros. Aveiro (com 19), Faro (com 16), Coimbra (com 13) e Lisboa (com 10), foram os quatro distritos com mais acidentes.

LISBOA



8º Passeio Btt juntou centenas de pessoas

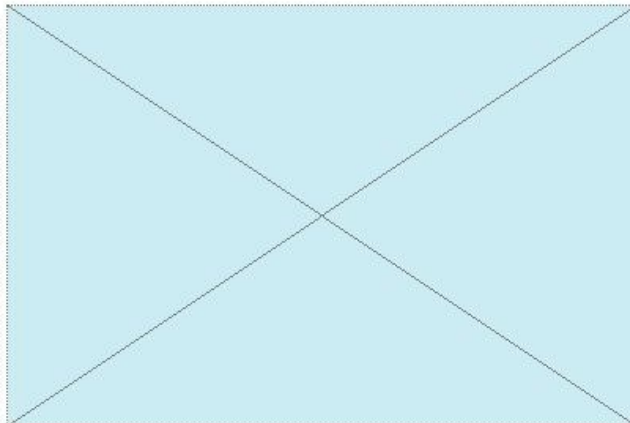
■ Centenas de pessoas participaram ontem na 8ª edição do Passeio BTT- ISCP/SPS organizado pelo projeto Escola BTT do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. O percurso do passeio incluiu a zona ribeirinha de Lisboa, o Parque da Bela Vista e Monsanto.

MINISTRO ELOGIA OPERACIONAIS DA UEP NO 5º ANIVERSÁRIO DA UNIDADE



UEP

A Unidade Especial de Polícia comemorou ontem o seu 5º aniversário, na Quinta das Águas Livres, em Belas, Sintra. Na cerimónia, além de todas as valências especiais da PSP, esteve presente o ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, que elogiou o trabalho e empenho da Unidade.



POMBAL Contra fecho dos CTT

● Centenas de pessoas manifestaram-se ontem à noite, na estação dos CTT de Albergaria dos Doze, contra o encerramento do espaço. Os utentes vão ter agora que se deslocar para Pombal, e fazer um trajeto de mais de 18 quilómetros. Também houve incidentes numa estação de Lisboa e noutra da Nazaré.

VENEZUELA Mãe e filha raptadas

● Uma portuguesa, com 40 anos, e a filha, luso-descendente com 16, foram ontem sequestradas por vários homens armados, no Estado venezuelano de Miranda. As mulheres foram raptadas enquanto a mais velha levava a filha à escola pelas 07h00 locais. Outra luso-descendente foi sequestrada esta semana.

BURLAVAM ATRAVÉS DE ANÚNCIOS NA INTERNET

PJ detém dois homens e trava burlas informáticas

■ A PJ deteve mais um indivíduo, de 24 anos, suspeito de praticar diversos crimes de burla informática.

Na semana passada já tinha detido outro homem que, em co-autoria com o arguido, colocava anúncios na Internet a promover a venda de telemóveis a um preço inferior ao do mercado. Depois solicitava o pagamento antecipado dos produtos,

mas nunca os enviava. Desta maneira, ambos os detidos lucraram mais de 78 mil euros em vantagens patrimoniais.

À semelhança do co-autor, o detido de 24 anos, que não tinha profissão e mudava frequentemente de moradas para iludir as autoridades e as vítimas, também foi presente a interrogatório judicial. Ambos estão agora em prisão preventiva. ■ B.S.

10.º FESTIVAL SECUNDÁRIO - GOUVEIA

Estudante preso a traficar

■ A GNR deteve, ontem, no recinto do 10.º Festival do Secundário, em Gouveia, um estudante de 19 anos por alegado tráfico de droga.

O jovem foi detido, pelas 04h00, por elementos do núcleo de investigação criminal da GNR de Gouveia, no âmbito de uma ação de policiamento realizada em coordenação com a organização do evento. O detido tinha na sua posse 150 doses de canábis e foi presente a

tribunal, também durante o dia de ontem, para primeiro interrogatório.

O 10.º Festival do Secundário já está a decorrer desde domingo, no Parque Senhora dos Verdes, e prolonga-se até quinta-feira. No evento estudantil, promovido pela Doctor Sport em parceria com a Câmara e a Associação de Beneficência Popular de Gouveia, participam cerca de 4 mil alunos do secundário. ■ B.S.



PORTUGAL

Detidos com droga

■ A PSP anunciou ontem o desmantelamento de uma rede de tráfico de droga entre Lisboa e as ilhas do Faial e Pico. Foram detidos 9 suspeitos e apreendidas mais de 16 mil doses de droga. A operação decorreu terça-feira e envolveu cerca de 50 agentes.

BEJA

SEF detém

■ Um cidadão estrangeiro, de 33 anos, com mandado de captura internacional pela prática de homicídio e roubo com recurso a arma de fogo, foi detido para extradição, pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em Odemira.

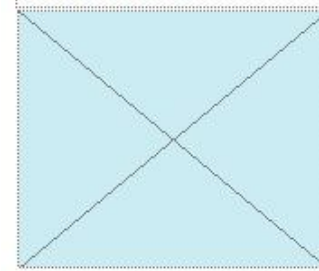
AMADORA



Detido com haxixe

■ Um homem de 21 anos foi ontem detido pela PSP, na rua 11 de setembro, freguesia da Reboleira, por tráfico de droga. Na sua posse o sujeito tinha um tipo de estupefaciente e dinheiro. Numa busca domiciliária à sua residência a PSP apreendeu duas armas brancas e um produto, suspeito de ser haxixe, no valor de cerca de 4 mil euros.

SINISTRALIDADE



Operação GNR

■ A GNR está a realizar, entre hoje e domingo, uma megaoperação de controlo intensivo da velocidade. As ações de fiscalização incidem nas vias onde existem mais infrações por excesso de velocidade - autoestradas, estradas nacionais, regionais ou interior de localidades. A operação tem como objetivo reduzir a sinistralidade rodoviária.

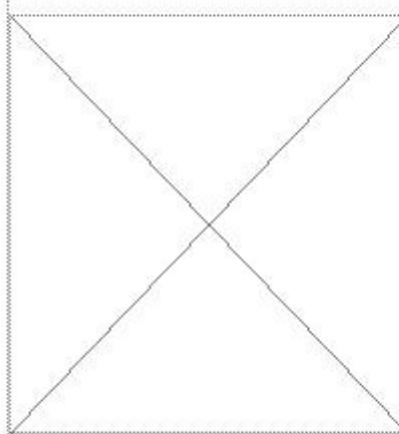
LISBOA

Preso por queimar bebé

■ Três anos e nove meses de prisão efetiva. Foi esta a sentença aplicada pelo Tribunal a Marco Neves, o homem que queimou o corpo do enteado de dois anos com um aquecedor e cigarros a 22 de dezembro de 2011.

O crime ocorreu quando o casal residia em Lisboa e o menino ficou ao cuidado de Marco para a mãe ir trabalhar.

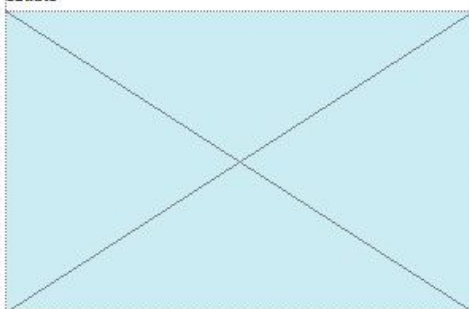
Segundo a acusação, além das queimaduras, o padrasto também pontapeou e partiu o braço esquerdo ao bebé, que esteve 113 dias a receber cuidados médicos. Tinha queimaduras de primeiro e de segundo grau nos olhos, lábios, costas e pernas.



dertrf

No decorrer do julgamento Marco Neves foi ainda condenado a uma pena suspensa de três anos por roubo qualificado. ■ B.S.

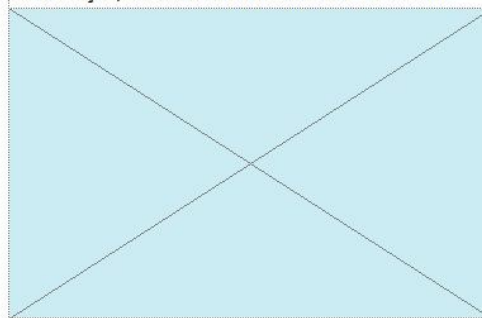
OEIRAS



Três detidos por posse de armas ilegais

■ Três homens, com idades entre os 25 e os 59, foram anteontem detidos pela PSP de Oeiras por posse de arma proibida. Dois dos sujeitos, o de 48 e o de 25 anos, eram pai e filho. Em buscas domiciliárias às residências dos detidos, foram apreendidas 2900 munições e 34 armas.

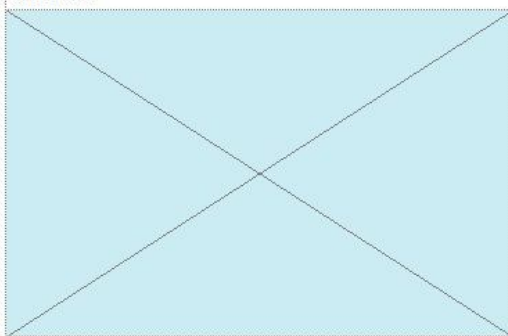
FISCALIZAÇÃO, ORDENAMENTO E DISCIPLINA DO TRÂNSITO



Viaturas entregues pelo MAI à GNR

■ A GNR recebeu ontem, nas instalações da Unidade de Segurança e Honras de Estado, em Lisboa, 36 novas viaturas. A iniciativa faz parte de um investimento de 11/12 milhões do Governo, com as forças de segurança. Os veículos foram entregues à GNR por Miguel Macedo.

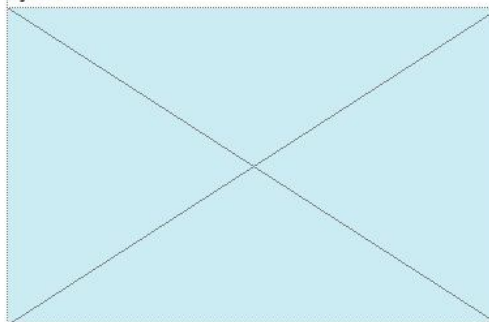
GRÂNDOLA



Bombeiros já têm novo quartel concluído

■ Já está concluído o novo quartel dos Bombeiros de Grândola, no entanto a corporação só o deverá ocupar no final do Verão. O novo edifício situa-se no Cerrado da Pernicória, no limite do perímetro urbano de Grândola. A obra tem um custo total de cerca de um milhão de euros.

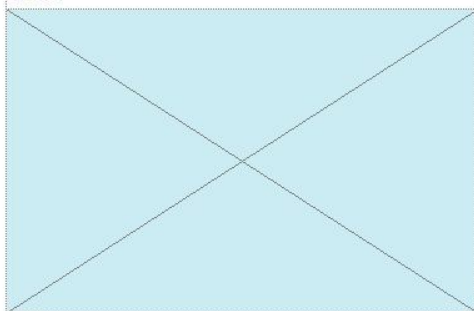
AÇORES



Desmantelada associação criminosa

■ A PJ de Ponta Delgada, em colaboração com a GNR e a Polícia Marítima, desmantelaram durante a semana uma associação criminosa internacional que cometia burlas qualificadas e branqueamento de capitais. Apreendeu uma embarcação, várias armas, munições e dinheiro.

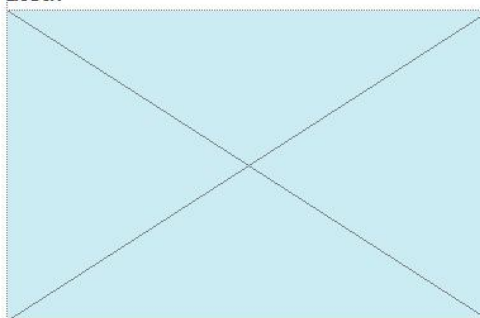
SINTRA



Detidos por tráfico de estupefacientes

■ A PSP deteve, sexta-feira, quatro homens, em Assafora, São João das Lampas, por tráfico de droga. Os suspeitos dedicavam-se à venda directa de cocaína e haxixe, e algumas vezes entregavam a droga junto das casas dos clientes. A três deles o Tribunal decretou prisão preventiva.

LISBOA



116 militares chegam de missão no Kosovo

■ Chegam hoje ao Aeródromo de Trânsito N.º1, em Figo Maduro, os 116 militares do contingente da Força de Reação Rápida da KFOR - operação de apoio à paz no Kosovo que terminaram a missão de 6 meses. O contingente português na KFOR passa a ser constituído por 174 militares.

<p>FRASE</p> <p>“O Sinapol não terá outra alternativa que não seja acionar todos os meios jurídicos para salvaguardar os direitos laborais dos profissionais da PSP”</p> <p>Armando Queirós Ferreira Presidente do SINAPOL</p>	<p>AGENDA</p> <p>■ HOJE Exército Abertas as inscrições para admissão à academia</p> <p>■ AMANHÃ Arrifana Bombeiros Voluntários celebram 86º aniversário</p> <p>Marinha Navio 'Sagres' está de visita ao porto de Rouen</p> <p>VAI ACONTECER, INFORME: agenda@omjornal.pt</p>	<p>FRASE</p> <p>“A capacidade de resposta dos bombeiros voluntários está dependente do voluntarismo (...) emigração está a causar alguns problemas nas corporações”</p> <p>Raul Castro Presidente da Câmara de Leiria</p>	<p>AGENDA</p> <p>■ HOJE GNR Prossegue operação 'Páscoa 2013'</p> <p>■ AMANHÃ Museu do Combatente Prossegue exposição da história da aviação militar</p> <p>PSP Continua a operação "Esquadras Europeias"</p> <p>VAI ACONTECER, INFORME: agenda@omjornal.pt</p>
--	---	---	---

<p>EVORA</p> <p>Começa julgamento</p> <p>■ Guilherme Páscoa, 42 anos, o homem que matou a irmã na noite de 30 de maio, começa hoje a ser julgado no Tribunal de Évora. O deputado do PSD António Prôa, cunhado do arguido, vai pedir 550 mil euros de indemnização pelo homicídio da mulher, Ana Bívar, subdirectora do IGESPAR. O aristocrata arrisca 25 anos de cadeia.</p>	<p>SINISTRALIDADE</p> <p>144 acidentes</p> <p>■ A GNR registou durante o dia de anteontem um total de 144 acidentes rodoviários nas estradas portuguesas. Destes resultaram sete feridos graves, e 84 feridos ligeiros. Aveiro e Porto (ambos com 26), Lisboa (com 14), Coimbra (com 12), e Faro (com 11), foram os distritos onde se registou um maior número de acidentes.</p>	<p>ACIDENTES RODOVIARIOS</p> <p>Fazem mais mortos</p> <p>■ A GNR registou quatro mortos em acidentes rodoviários, entre as 00h00 e as 24h00 de anteontem. O número de vítimas mortais registadas na sequência da operação especial da Páscoa sobe assim para seis, menos cinco que no ano passado. Nos dois dias da operação - quinta e sexta - foram registados 439 acidentes.</p>
--	---	--

+ OUTROS CASOS

<p>● VILA REAL Uma idosa foi agredida na residência onde morava, a 16 de setembro do ano passado, em Telões, por dois assaltantes que levaram cerca de 200€ e objetos em ouro.</p>	<p>● AVEIRO Uma idosa, de 83 anos, foi agredida e violada, a 29 de abril de 2012, em sua casa, na Mealhada. A intenção do predador era apenas a violação, porque nada foi roubado.</p>	<p>● POMBAL Quatro encapuzados assaltaram e agrediram uma mulher, de 82 anos, no passado dia 14 de setembro, em Casal Velho. Os ladrões agrediram a idosa ao empurrão.</p>
---	---	---

CASCAIS

PSP detém três assaltantes em flagrante

■ Três homens, com idades compreendidas entre os 18 e os 36 anos, foram detidos em flagrante, em Cascais, na passada sexta-feira, pelo crime de furto qualificado.

Eram cerca das 05h00 quando os policiais se deslocaram a uma casa, na rua Aura Abranches, e detiveram o primeiro indivíduo, que já tinha desmontado vários eletrodomésticos.

Ao início da tarde, na rua das Fontainhas, foram detidos os outros dois, de 18 e 19 anos, ouvidos ontem, em audiência de julgamento no Tribunal Judicial da Comarca de Cascais. O de 36 vai ser julgado próxima 5feira no mesmo local. Os detidos já estavam referenciados pela PSP.

LISBOA I

Feridos em colisão

■ Duas viaturas colidiram ontem, de manhã, entre a Avenida Brasil e a Avenida Rio de Janeiro. As únicas vítimas foram os condutores dos veículos, que acabaram por ser transportados para o Hospital Santa Maria, nenhum em estado grave.

LISBOA II

Condutora ferida

■ Uma mulher ferida é o resultado do despiste de um veículo, ontem, à hora de almoço, junto à Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa. A viatura seguia na 2ª Circular, no sentido Lisboa - Sintra

AMADORA

Detido com caçadeira

■ A PSP deteve ontem um homem de 33 anos por tráfico ilegal de armas, na Avenida Sacadura Cabral, na Amadora. Na sua posse o indivíduo tinha uma caçadeira de canos serrados. Já estava referenciado pela PSP.

MILITARES DO KOSOVO

Chegam a Lisboa

■ Chegam hoje ao Aeródromo de Trásfite N.º1, em Figo Maduro, os 116 militares do contingente da Força de Reação Rápida da KFOR - operação de apoio à paz no Kosovo, que terminaram a missão de 6 meses. Chegam pelas 16h30 numa aeronave civil.

SINTRA

Jovem atropelado

■ Um jovem de 17 anos foi atropelado, ontem, de manhã, na Rua António Feijó, em Mem Martins. A vítima foi conduzida ao Hospital Santa Maria, e já teve alta. Não sofreu ferimentos graves.

LISBOA III

Colhido na Portela

■ Deu entrada ontem, de manhã, no Hospital Santa Maria, um homem, com 30 anos, vítima de um atropelamento ocorrido junto à empresa TNT, na Rua C - Aeroporto. A vítima sofreu apenas ferimentos ligeiros.

POMBAL

GNR detém ladrão

■ Um homem, 33 anos, despistou-se anteontem enquanto fugia à GNR. Acabou por ser detido. No carro transportava alumínio e cobre roubados em Leiria.

LISBOA III

SEF detém

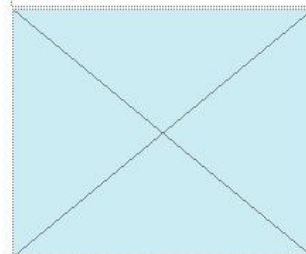
■ Um cidadão estrangeiro, com três mandados de prisão no Brasil, foi ontem detido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no aeroporto de Lisboa.

LISBOA IV

Assalto a Caixas MB

■ Foram detidos em flagrante, pela PSP, dois homens por furto a caixa multibanco. Vão ser presentes em Tribunal como arguidos.

ODIVELAS



Detidos em flagrante

■ Um jovem de 17 anos foi ontem detido e entregue, pela Divisão Policial de Loures, a um centro educativo de onde terá fugido. O indivíduo seguia numa viatura roubada, anteontem, ao lado de um homem de 22 anos, também ele detido, por conduzir sem carta e furto de viatura. O mais velho foi notificado para comparecer em Tribunal.

LISBOA**Agressores detidos**

■ A GNR deteve, anteontem, dois homens por violência doméstica em Asseiceira Grande e São João das Lampas. Um dos detidos, 43 anos, ameaçava a esposa e os filhos com armas de fogo. O outro, com 37, agredia a esposa e o enteado.

supermercado comercial.

PORTO**Suspeito detido**

■ A PJ do Porto anunciou ontem a detenção de um homem, 37 anos, suspeito de roubo, condução perigosa e detenção de arma proibida. Os crimes ocorreram em dezembro do ano passado, em Sobrado, Castelo de Paiva.

pela GNR.

MADEIRA**Morre esmagado**

■ Um homem de 60 anos morreu ontem esmagado por um carro, em Santana, no Pico das Pedras, Madeira, enquanto procedia à elevação do veículo para o deslocar para outro sítio. Era proprietário de uma sucateira.

LISBOA**Homem é atropelado**

■ Um homem de 50 anos ficou ferido na sequência de um atropelamento, ontem pela manhã, junto à praça de táxis de Sete Rios, Lisboa. Deu entrada no Hospital de São José pelas 11h30 com ferimentos ligeiros.

LISBOA Advogado condenado

● Um advogado foi condenado pelos crimes de falsificação e auxílio à imigração ilegal, a cinco anos de prisão, com suspensão por igual período condicionada pelo pagamento de 25 mil euros à APAV no prazo de dois anos. O caso já estava a ser investigado desde 2006, por uma equipa de inspetores do SEF.

Dia sem mortes nas estradas portuguesas

■ A GNR registou anteontem 170 acidentes dos quais resultaram quatro feridos graves e 41 feridos ligeiros. Não foram registadas mortes. Porto (com 31 acidentes), Aveiro (18), e Lisboa (17), foram os distritos com maior índice de sinistralidade.

LISBOA Pai esfaqueia filho

● Um homem de 46 anos foi ontem à noite esfaqueado pelo pai, com 78, na Avenida Glicínia Quartim, Lisboa. A vítima deu entrada no Hospital de Santa Maria, pelas 21h30, com ferimentos superficiais nas costas e no peito. A PSP tomou conta da ocorrência. Ambos os indivíduos estavam alcoolizados.

MADEIRA**Acidente faz um morto e um ferido grave**

■ Uma mulher, de 58 anos, morreu ontem na sequência do despiste do veículo que conduzia, na Estrada do Aeroporto, na Cancela, Funchal. Os outros três passageiros da viatura, dois homens e uma criança de sete anos, ficaram feridos. Um dos homens foi internado em estado grave.

SANTANA LOPES**Gaspar não deve sair**

■ O comentador da CMTV disse ontem que se Gaspar sair será a vitória do facilitismo; e que é uma questão de categoria os políticos se sentarem à mesa.